



DESIGUALDADES & CONHECIMENTOS

Transformações, desafios
e estratégias após
10 anos da Lei de Cotas

Diagnósticos e Recomendações nº 7

INTERNETLAB

COMO CITAR ESSE MAPEAMENTO

LIMA, Stephanie P.; MARTINS, Fernanda K.;
LANA, Alice de P.; ARAÚJO; Anna Martha C.
Desigualdades e Conhecimentos. Transformações,
desafios e estratégias após 10 anos da Lei de Cotas.
InternetLab, São Paulo, 2022.



Este mapeamento está licenciado sob uma licença
Creative Commons Attribution-ShareAlike
4.0. Essa licença permite copiar e redistribuir
o material em qualquer suporte ou formato,
remixar, transformar e criar a partir do material
para qualquer fim, mesmo que comercial.

Para ver uma cópia desta licença, acesse:
<http://creativecommons.org/licenses/by-sa/4.0/>

PESQUISA E REDAÇÃO

Stephanie P. Lima
Fernanda K. Martins
Alice de P. Lana
Anna Martha Cintra Araújo

COLABORAÇÃO

Mariana Valente
Ester Borges
Clarice Tavares

ILUSTRAÇÕES DAS PESSOAS

Stephanie Gaddi Pollo

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Gabriela Rocha

ÍNDICE

PESSOAS QUE FORAM OUVIDAS PARA CONSTRUIR ESSE MAPEAMENTO 4

APRESENTAÇÃO 10

O CONTEXTO DE PRODUÇÃO DO MAPEAMENTO 11

METODOLOGIA 14

ACERTOS E TRANSFORMAÇÕES 16

AUMENTO DA PARTICIPAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR 17

POLÍTICAS DE ACESSO À EDUCAÇÃO FORMAL 20

REFERÊNCIAS NEGRAS E INDÍGENAS 25

AUMENTO DE PUBLICAÇÕES 28

REDUÇÃO GRADUAL DE DESIGUALDADES NO ACESSO À INTERNET 31

CRESCIMENTO DA CONSCIÊNCIA ÉTNICO-RACIAL 34

NOMEAR AS DIFICULDADES 37

EPISTEMICÍDIO 38

DA ALIMENTAÇÃO À EVASÃO 41

DESIGUALDADES NO PROCESSO DE INCLUSÃO DIGITAL 43

CONSUMIR VERSUS PRODUZIR 46

ÓDIO, RACISMO E COLONIALISMO DE DADOS 48

UM OLHAR ESTRATÉGICO PARA O FUTURO 50

DIREITOS DIGITAIS COMO DIREITOS FUNDAMENTAIS 51

DRIBLAR O EPISTEMICÍDIO 53

IMPENSAS NEGRAS E INDÍGENAS 56

A DISPUTA POR RECURSOS 58

CONHECIMENTO LIVRE COMO PRÁTICA E ESTRATÉGIA 60

CREATIVE COMMONS 61

WIKIPÉDIA 62

CONSIDERAÇÕES FINAIS - OU INICIAIS 65

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 66

MÍDIAS SOCIAIS DE ALGUMAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS QUE FORAM CITADAS 71

NOTAS DE RODAPÉ 72

PESSOAS QUE FORAM OUVIDAS PARA CONSTRUIR ESSE MAPEAMENTO

ANGELA FIGUEIREDO

Coordenadora do Coletivo Angela Davis, um grupo de pesquisa ativista nas áreas de gênero, raça e subalternidade e coordenadora da primeira Escola Internacional Feminista Negra Decolonial. É professora do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Como pesquisadora, tem atuado nas áreas de Desigualdades Sociais e Raciais, Desigualdades de Gênero, Cultura e Identidade, Classe Média, Beleza, Movimento Sociais, Empreendedorismo, Feminismo Negro e Emprego Doméstico.

DANDARA MARIA BARBOSA

Jornalista, ativista e coordenadora de comunicação do Movimento Negro Unificado-Tocantins. Faz parte da Rede Nacional de Ciberativistas Negras e Jovens Negras Feministas. Dedicar-se aos estudos nas áreas de Educação e sobretudo na Comunicação, com ênfase em temas ligados ao antirracismo, feminismo negro, direitos humanos, ciberativismo e mídia/imprensa negra.

DARA SANT'ANNA CARVALHO IGNACIO

Integrante do Coletivo de Juventude Negra (Enegrecer), Coalizão Negras por Direitos. Foi diretora de combate ao racismo na UNE de 2017 a 2019 e também foi parte do Conselho de Promoção de Igualdade Racial Nacional.

GISELLE CRISTINA DOS ANJOS SANTOS

Doutoranda na USP em História Social, investigando a produção intelectual de mulheres negras na diáspora, considerando uma historiadora de Cuba e outra brasileira. Trabalha no Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT).

GLENDADANTAS CARDOZO

Jornalista, pesquisou ao longo da graduação o ciberativismo de mulheres negras. Ciberativista através da Conexão Malunga e participa do Laboratório de Identidades Digitais e Diversidade da UFRJ. Faz pós-graduação em Comunicação Estratégica e Gestão de Marcas.

JULIANA JODAS

Feminista, Promotora Legal Popular e atua como educadora social com adolescentes que estão cumprindo medida socioeducativa em meio aberto no município de Campinas. É cientista social, mestra em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) cuja área de pesquisa é educação das relações étnico-raciais, ações afirmativas e inclusão e permanência de povos indígenas na universidade.

JULIANE CINTRA DE OLIVEIRA

Coordenadora da área de tecnologia e comunicação e desenvolvedora de debates sobre direitos digitais com organizações de direitos humanos na Ação Educativa. Jornalista, comunicadora e no mestrado está pesquisando a mobilização de jovens mulheres negras e teoria crítica de direitos humanos.

LEONARDO FOLETTI

Jornalista de informação, professor e pesquisador na área de comunicação e cultura digital. Ativista e pesquisador do conhecimento livre desde 2008. Integrante da Creative Commons Brasil e autor do livro “A cultura livre: uma história da resistência anti propriedade”.

LUCIANO ARIABO KEZO

Do povo Balatiponé, da aldeia Bacalana, do estado do Mato Grosso. Foi coordenador do Centro de Cultura Indígena e mestrando na área de linguística, na UFSCAR. Participou de mobilizações sobre a bolsa de permanência para indígenas, quilombolas e alunos oriundos de ações afirmativas; construindo pontes com universitários na Unesp, Unicamp, USP, além de universidades privadas. Além disso, organizou o Encontro Nacional de Estudantes Indígenas e fez parte da construção do vestibular indígena. Participou da comissão de bolsa de permanência pela UFSCar como estudante egresso, que assessorava a inclusão e participação acadêmica dos povos indígenas na universidade.

LUZ GONÇALVES BRITO

Doutora em Antropologia Social, mestra em Antropologia Social e também estudou Letras-Português e Ciências Sociais na graduação. Autora do livro “O Véu do congá sobre três aspectos do conhecimento umbandista” que foca na abordagem epistêmica sobre religiões afro-brasileiras, estudando a umbanda como filosofia e conhecimento.

MARIA ANNA RORY

Liderança da CUFA em Rondonópolis (MT) e do Conselho Suplente da Federação dos Povos, da Tecnam (organização de mulheres indígenas do MT).

MARIA ELIS COSTA ALENCAR

Formada em Ciências Sociais, educadora popular e estudante de pedagogia, atuando no Núcleo dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental do Colégio de Aplicação do ISERJ (CApISERJ), com enfoque na Educação Literária e a sua relação com a formação leitora.

MARIANA DE PAULA SANTOS

Compõe a equipe do Labjaca, um laboratório de produção de dados e narrativas na área de comunicação, observando essa ferramenta como principal forma de mobilização da sociedade civil, favelas e comunidades para o alcance de políticas públicas e mobilização de institutos privados.

NANASHARA FERREIRA PIAZENTIN GONÇALVES

Advogada, estuda propriedade intelectual, atua como conselheira de cultura da cidade, conselheira do fundo de cinema de Florianópolis. Coordenadora de cultura livre do Creative Commons. Desenvolve trabalho de pesquisa ligado aos direitos culturais, arte, acesso ao conhecimento e propriedade intelectual.

NICÉA QUINTINO AMAURO

Professora da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Pesquisadora sobre conhecimento científico e tecnológico da população negra. Participa do Movimento de Mulheres Negras pela Casa Laudelina de Campos Mello e foi presidente da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros e Pesquisadoras Negras (ABPN).

PAULO RENÁ DA SILVA SANTARÉM

Ativista no Aqulture Lab: Direito, Raça e Tecnologia.

RAIAL ORUTU PURI

Indígena do povo Puri, antropóloga e autora do livro “Ao Abrigo da Família: emoções, cotidiano e relações em instituições de abrigamento de crianças e adolescentes em situação de risco social e familiar” (2011), publica textos sobre o mundo indígena no Blog “Crônicas Indigenistas” e na Revista Xapuri Socioambiental. Tem buscado e lutado junto de seu povo pelo reconhecimento identitário, resgate e fortalecimento de sua cultura ancestral.

REGINA FACCHINI

Doutora em Ciências Sociais, pesquisadora do Núcleo de Estudos de Gênero Pagu e professora dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais e em Antropologia Social, todos na Unicamp. Atua nos temas: cultura e política; gênero, sexualidade, corporalidades e interseccionalidade; coprodução do conhecimento científico; violência, sofrimento social e subjetivação.

TALITA LAZARIN

Doutora em Antropologia Social pela USP (2018). Tem experiência na área de Antropologia, com ênfase em Etnologia Indígena, atuando principalmente com os seguintes temas: modos de saber indígenas, ações afirmativas, estudantes indígenas na universidade, conhecimento tradicional e antropologias indígenas.

TATIANE MAÍRA KLEIN

Doutoranda em Antropologia pelo Centro de Estudos Ameríndios da USP. Compõe a rede indigenista Raiz, parte da assessoria técnica da Comissão Guarani Yvyrupa e foi parte da ONG Instituto Socioambiental que atua há anos com comunidades tradicionais.

TONICO BENITES GUARANI-KAIOWÁ

Antropólogo e pedagogo, original do Mato Grosso do Sul. Professor visitante e pesquisador do Programa de Pós- Graduação em Sociedade e Fronteiras PPGSOF da Universidade Federal de Roraima (UFRR). Tem experiência na área de Antropologia, com ênfase em Antropologia da educação, antropologia rural, relações interétnicas, atuando principalmente nos seguintes temas: o movimento étnico político dos povos indígenas, movimento do povo Guarani e Kaiowa, violações de direitos humanos e indígenas, violências contra os povos indígenas Guarani e Kaiowa, educação indígena e educação escolar intercultural e bilíngues.

VERÔNICA TOSTE DAFLON

Professora da Universidade Federal Fluminense (UFF). Desenvolveu pesquisas sobre ações afirmativas e atualmente realiza um levantamento de pesquisas sobre mulheres negras e não-ocidentais na sociologia.



APRESENTAÇÃO

SOBRE O INTERNETLAB

O InternetLab é um centro independente de pesquisa interdisciplinar, que produz conhecimento e promove o debate em diferentes áreas que envolvem tecnologia, direitos e políticas públicas. Somos uma entidade sem fins lucrativos baseada em São Paulo, que atua como ponto de articulação entre pesquisadoras/es e representantes dos setores público, privado e da sociedade civil. Partimos da ideia de que a formulação de boas políticas públicas depende de diagnósticos mais precisos sobre a relação entre as novas tecnologias de informação e comunicação - como a internet - e os direitos das pessoas.

SOBRE ESTE DOCUMENTO

Somos uma das seis organizações que fazem parte da primeira rodada de financiamento do **Wikimedia Knowledge Equity Fund** (Fundo de Equidade no Conhecimento), lançado pela Wikimedia no segundo semestre de 2021. O objetivo da participação do InternetLab é contribuir com reflexões sobre a produção e disseminação de conhecimento feitas por pessoas negras¹ e indígenas no Brasil - tanto na esfera *online*, quanto *offline*.

Este mapeamento é resultado da primeira fase do projeto, na qual realizamos pesquisa bibliográfica, levantamento de atrizes e atores sociais atuantes na academia, em movimentos sociais e/ou no terceiro setor que estão envolvidas(os) com o tema, assim como a escuta ativa desses sujeitos em dois momentos distintos: uma reunião ocorrida no dia 23 de fevereiro de 2022 com pessoas atuantes na academia; e seminário realizado nos dias 22 e 23 de março de 2022, com referências das áreas de conhecimento livre e de produção de conhecimento por pessoas negras e indígenas.

Ao ouvir estes sujeitos, queríamos entender, a partir de diferentes experiências e trajetórias intelectuais e políticas, quais são as principais barreiras encontradas para produção e circulação do conhecimentos *online* e *offline* quando a autoria é de pessoas pertencentes a grupos historicamente subalternizados. Além disso, buscamos compreender quais futuros são vislumbrados por estas(es) agentes sociais e como a internet é ou não considerada em suas perspectivas.

Organizamos, desse modo, um mapeamento que não pretende esgotar o tema, mas que organiza os pontos levantados nesses encontros, a fim de dialogar com pessoas e organizações interessadas no debate acerca da desigualdade e seus impactos na forma de produzir, circular e legitimar diferentes epistemologias.



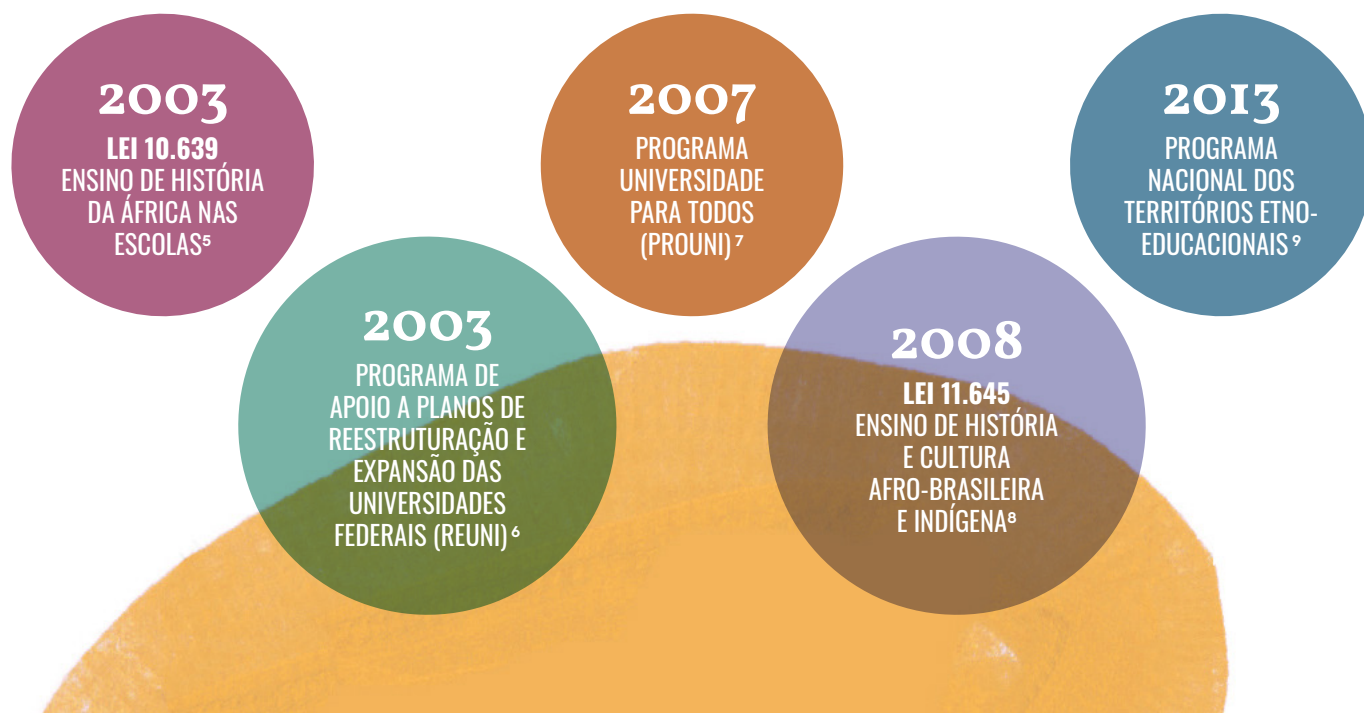
O CONTEXTO DE PRODUÇÃO DO MAPEAMENTO

Apesar de podermos afirmar que há uma intensa desigualdade no acesso e produção de conhecimento no Brasil, extensas pesquisas qualitativas e quantitativas sobre o tema demonstram que passamos por mudanças significativas nas últimas décadas. Nesse sentido, em 2022, desenvolver uma pesquisa sobre produção de conhecimento nos leva necessariamente ao marco da Lei de Cotas no Ensino Superior – Lei n. 12.711/2012, que, além de completar uma década nesse ano, tem a previsão de passar por um processo de revisão². A Lei de Cotas é importante por ser um dos principais marcos do debate público sobre as desigualdades estruturais da sociedade brasileira.

Aprovada em 2012, a Lei de Cotas foi responsável por garantir a reserva de 50% das matrículas por curso e turno nas universidades e institutos federais para estudantes oriundas(os) de instituições de ensino público, incluindo, nesse percentual, a subdivisão de cotas étnico-raciais direcionadas a pretas(os), pardas(os) e indígenas. Resultado de um amplo processo de luta e reivindicação de movimentos sociais, a Lei de Cotas teve como um de seus principais defensores o movimento negro, que **tinha o acesso à educação formal como parte de suas pautas antes mesmo do processo de redemocratização**, período iniciado com a Constituinte de 1988, após 20 anos de ditadura militar no país³.

No conjunto das lutas travadas pelos movimentos no início do século XXI, observa-se ainda uma ampla mobilização no cenário internacional protagonizada pelo movimento de mulheres negras e indígenas. A participação destas mulheres na Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, em 2001, refletiu na construção de políticas públicas nacionais de educação para as populações negra e indígenas⁴.

Dentre alguns marcos, destacamos:



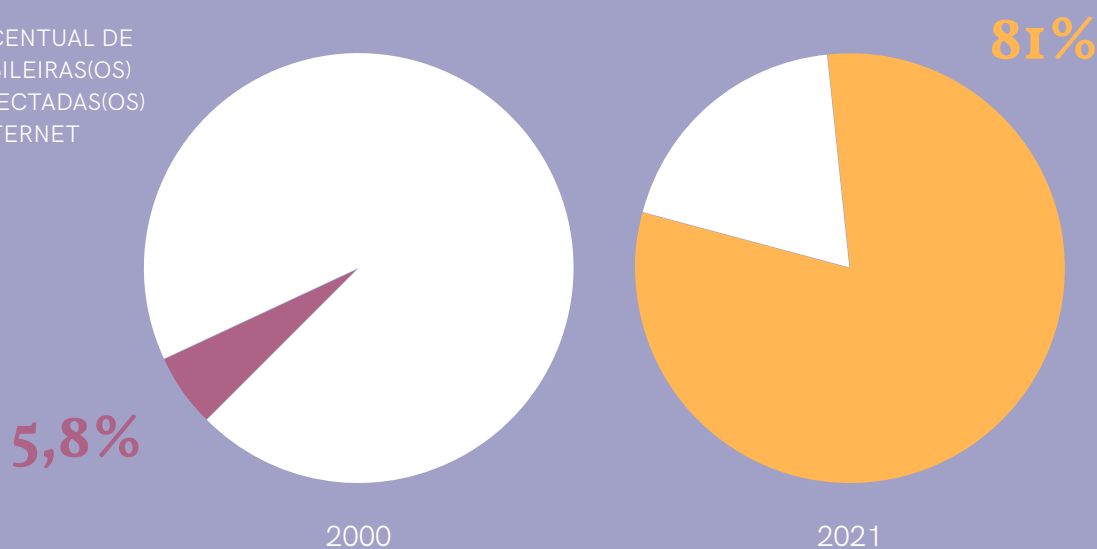
Como resultado desse processo, observamos a ampliação da presença de estudantes negras(os) e indígenas nas universidades. O crescimento no corpo discente, no entanto, não se desdobrou na maior presença de pessoas negras e indígenas em espaços de circulação e produção de conhecimento, tais como eventos científicos, corpo docente das universidades, publicações em revistas científicas, dentre outros¹⁰ - **apenas 16% das(os) professoras(es) universitárias(os) são negras(os), enquanto docentes indígenas nem ao menos aparecem nos dados gerais da Educação Superior¹¹.**

As dificuldades para que intelectuais negras(os) e indígenas ocupem esse tipo de espaço são inúmeras: dificuldades materiais (renda); falta de acesso digital qualificado; discriminação nos espaços acadêmicos e epistemicídio¹². Um olhar atento para os currículos, majoritariamente compostos por teóricos e teóricas brancas, por si só reforça a solidão a que estudantes negras(os) e indígenas são submetidos nos ambientes universitários. **Solidão que constitui não só a passagem pela universidade, mas o pensar científico.** Afinal, imagine só como deve ser passar por toda uma graduação sem ter acesso aos seus pares nos currículos e na constituição do que ali é compreendido enquanto conhecimento.

Nesse cenário, o ambiente *online* se colocou como um dos locais em que havia a possibilidade de essas(es) jovens em formação acessarem produções de conhecimento mais próximas de suas experiências de vida. No início da década de 2000, a proliferação de blogs que traziam, por exemplo, bibliografias de teóricas(os) negras(os) e testemunhos de como era ser uma/um estudante que não vinha de famílias brancas e de classes médias em uma universidade pública contribuía para que essas(es) mesmas(os) jovens se sentissem menos sozinhas(os). Na internet, tinham acesso a pautas políticas que, anteriormente, se mantinham restritas a alguns espaços de movimentos sociais. Aos poucos, a internet facilitou, então, a criação e divulgação de revistas, blogs e sites que tinham como objetivo ampliar o conhecimento sobre e/ou de pessoas negras e indígenas¹³.

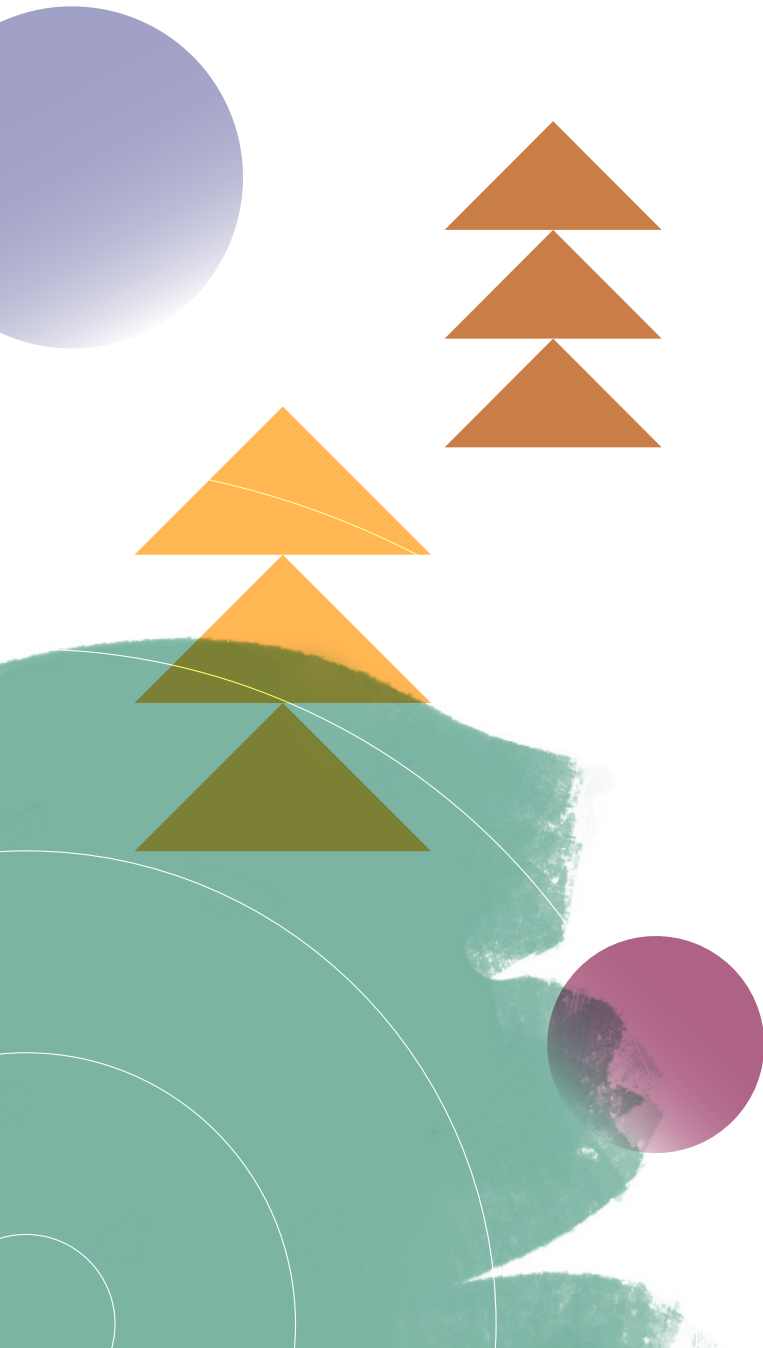
No final dos anos 1990, a banda larga chega no Brasil, junto com grandes portais de conexão. Segundo dados do Ibope e Ratings, o número de brasileiras(os) conectadas em 2000 correspondia a 5,8% da população¹⁴. Vinte anos depois, segundo os dados da pesquisa TIC Domicílios sobre o ano de 2021, 81% da população acima de 10 anos estava conectada a internet¹⁵. A comparação entre os anos 1990 e 2000 demonstra a capilaridade que a internet tem, aos poucos, atingido na sociedade brasileira.

PERCENTUAL DE
BRASILEIRAS(OS)
CONECTADAS(OS)
À INTERNET



O ambiente *online*, entretanto, não estava isento das desigualdades que estruturam a sociedade brasileira. Para além da quantidade de pessoas negras e indígenas que não estavam conectadas, na passagem da primeira década dos anos 2000 para a segunda década, debates acerca de como a internet reproduz e cria outras formas de desigualdade paulatinamente ganharam espaço. Aqui, entretanto, pretendemos olhar, principalmente, a partir das brechas que se abriram para que pessoas oriundas de grupos historicamente subalternizados utilizem a internet como um espaço de reconhecimento de seus pares e fortalecimento de suas reivindicações políticas.

Ao considerar o contexto brasileiro, é central, para nós, costurar o cruzamento entre duas pautas que raramente aparecem conectadas, mas que, do nosso ponto de vista, devem ser articuladas para darmos andamento ao debate: o conhecimento livre e a equidade no conhecimento. Como ficará perceptível nas próximas páginas, no seminário realizado foi possível perceber que tanto nas reivindicações pelo conhecimento livre, quanto nas reivindicações de intelectuais negras(os) e indígenas, encontramos como **foco o desejo de produzir e circular conhecimento para além das lógicas dominantes**. Acreditamos, assim, que o esforço de sistematização desse processo de escuta e diálogo coletivo pode servir de guia para observar como esses temas se tocam e podem se construir conjuntamente.



“Conhecimento livre”, como detalharemos mais adiante, é o termo que usamos para nos referir ao conhecimento que pode ser acessado, compartilhado e adaptado livremente. Ele pode ser reformulado de acordo com as nossas necessidades, e compartilhado com outras pessoas interessadas, visando o benefício das comunidades envolvidas. Essa é, inclusive, a definição de “conhecimento livre” que encontramos na [Wikipédia](#) - um dos grandes projetos de conhecimento livre *online* do mundo. Outro projeto que se relaciona com conhecimento livre é o Creative Commons - licenças que permitem que as pessoas compartilhem suas obras protegidas por direitos autorais com apenas “alguns direitos reservados” e não todos, e que permitem que essas obras sejam usadas de forma mais livre.



METODOLOGIA

Este material é resultado de um conjunto de dois encontros que tiveram como objetivo principal a **escuta ativa**. O primeiro encontro se tratou de uma roda de diálogo com intelectuais e acadêmicas(os) da área e ocorreu no dia 23 de fevereiro de 2022. Nosso objetivo foi iniciar um mapeamento que nos auxiliasse a entender quais as principais barreiras encontradas quando estamos diante da produção de conhecimento - *online* e *offline* - de pessoas negras e indígenas.

Neste primeiro encontro, que compôs um conjunto de atividades planejadas para a pesquisa, provocamos as(os) convidadas(os) a refletirem acerca de algumas questões principais:

- i) Após 10 anos da aprovação da Lei de Cotas, quais as principais dificuldades e transformações na produção e circulação do conhecimento de pessoas negras e indígenas? Como a internet tem se colocado (ou não) como parte desse processo?**
- ii) Após 10 anos da aprovação da Lei de Cotas, como as transformações na produção e circulação do conhecimento de pessoas negras e indígenas se reflete no chamado conhecimento livre?**
- iii) Como o conhecimento livre contribui (ou pode contribuir) na transformação dessas dificuldades?**

A reunião foi um pontapé inicial para compreendermos que as pautas relacionadas a ações afirmativas, barreiras na produção/circulação do conhecimento e a reivindicação por um conhecimento livre se somam substancialmente. Com esse encontro, buscamos escutar o posicionamento de intelectuais e acadêmicas(os) especialistas sobre o tema.

O segundo encontro, nomeado “Seminário 10 anos da Lei de Cotas: mapeando conexões entre epistemologias outras e conhecimento livre”, foi realizado nos dias 22 e 23 de março de 2022. Aqui, o objetivo foi tecer o encontro entre diferentes atrizes e atores sociais atuantes na academia, em movimentos sociais e/ou no terceiro setor. Seguindo a metodologia do primeiro encontro, o debate livre e escuta foram guiadas por questões semelhantes:

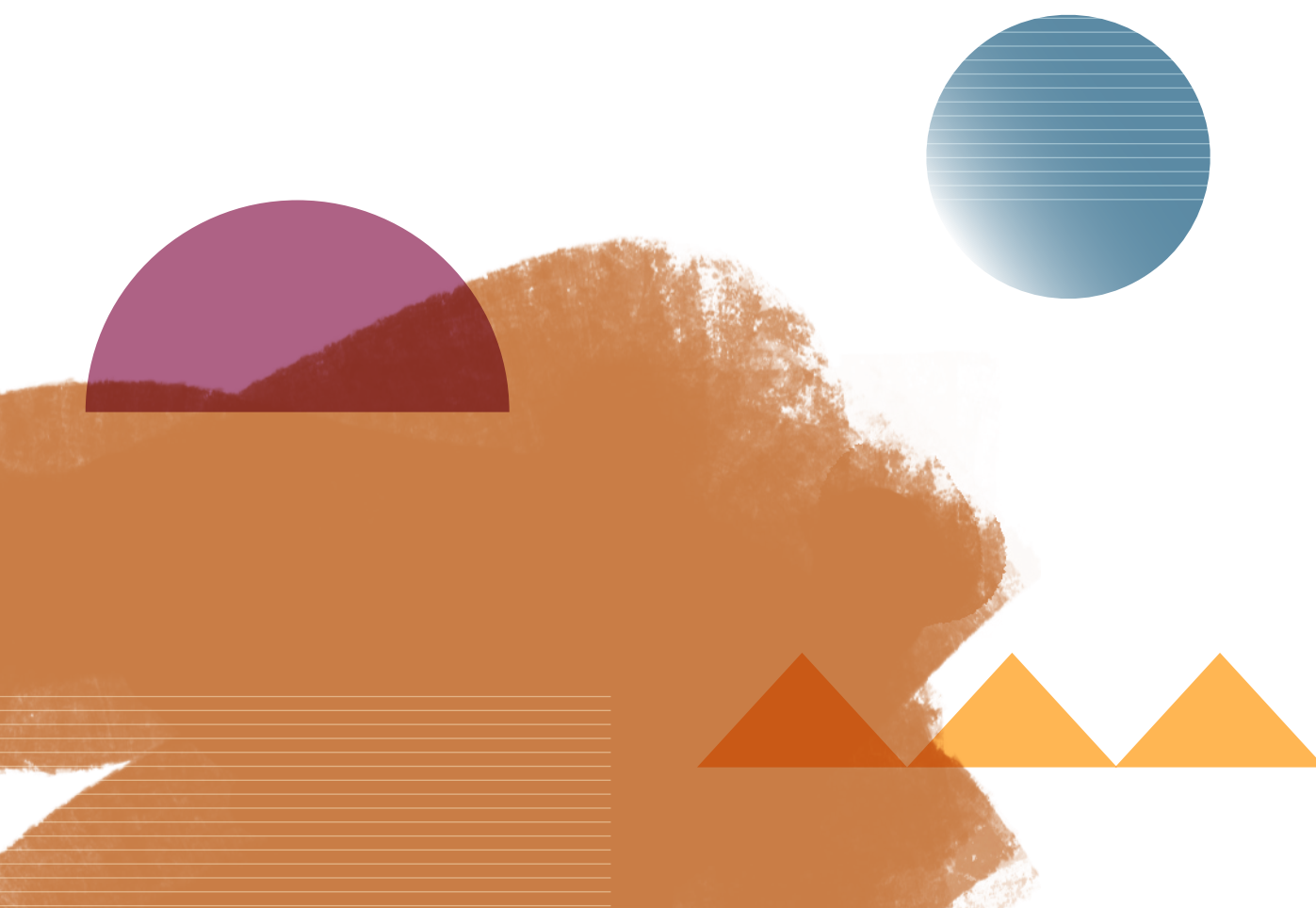
i) Quais foram os principais acertos e transformações para o acesso, produção e circulação do conhecimento de pessoas negras e indígenas? Como a internet tem se colocado (ou não) como parte desse processo?

ii) Quais são as principais dificuldades para o acesso, produção e circulação do conhecimento de pessoas negras e indígenas? Como a internet tem se colocado (ou não) como parte desse processo?

iii) Quais são os possíveis caminhos e estratégias que podemos apontar para diminuição dessas desigualdades? Como a internet, e as plataformas como Wikipedia, podem se tornar aliadas nesse processo?

Apresentaremos nas próximas seções o mapeamento que fizemos a partir dos principais pontos que foram levantados durante os dois encontros supracitados, além de organizar materiais de apoio e dados que auxiliem na compreensão do contexto aqui trabalhado.

Cada subitem das próximas seções corresponde às “respostas” dadas pelas(os) convidadas(os) no Seminário. Cada uma dessas respostas foi ancorada em experiências, estudos e produções diversas de conhecimentos. Por fim, em cada subitem traremos também dados e referências que dialogam com o que nos foi trazido pelas(os) participantes de ambos os eventos.

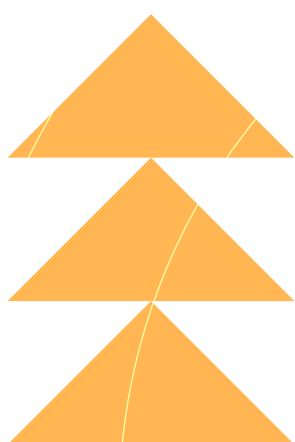


ACERTOS E TRANSFORMAÇÕES

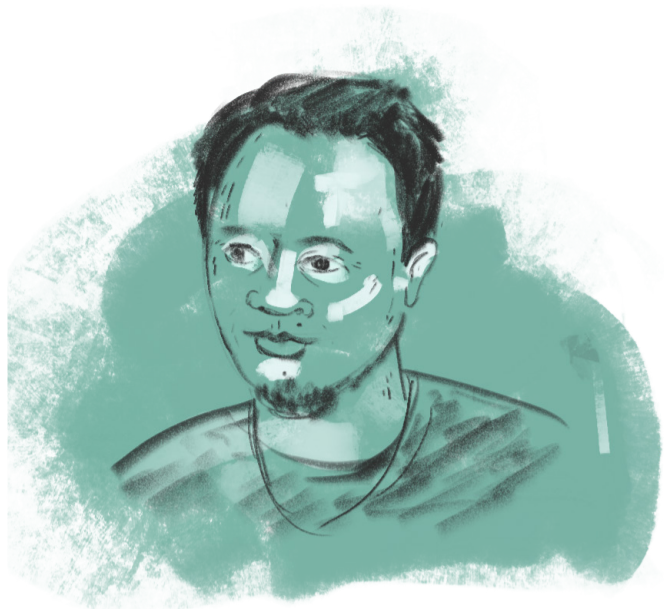
Desde a aprovação da Lei de Cotas, é possível reconhecer alguns avanços que foram conquistados. Nesta seção, tivemos como guia as seguintes perguntas:

i) Quais foram os principais acertos e transformações para o acesso, produção e circulação do conhecimento de pessoas negras e indígenas?

ii) Como a internet tem se colocado (ou não) como parte desse processo?



AUMENTO DA PARTICIPAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR



“

Em termos de participação no ensino superior, depois das ações afirmativas e luta, conseguimos conquistar um número significativo de indígenas matriculados no ensino superior, seja em espaços públicos ou privados. Temos a Secretaria Especial de Saúde Indígena, uma política pública construída por indígenas. Além disso, temos a Educação Escolar Indígena.¹⁶

”

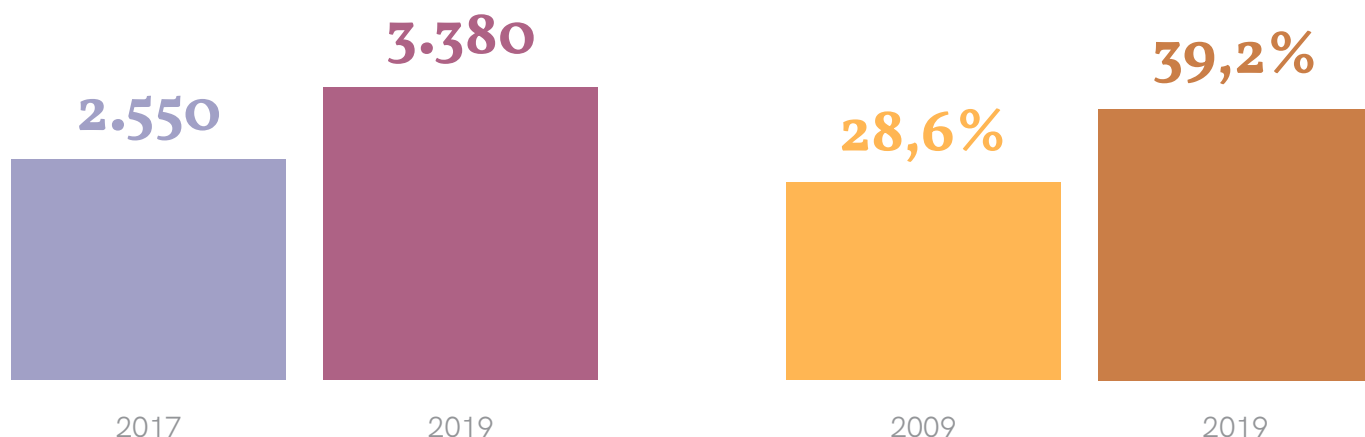
LUCIANO ARIABO KEZO

O crescimento no número de pessoas negras e indígenas nas universidades públicas e privadas foi tema de inúmeras pesquisas realizadas nos últimos anos. Para ressaltar essa transformação trazemos aqui alguns dados:

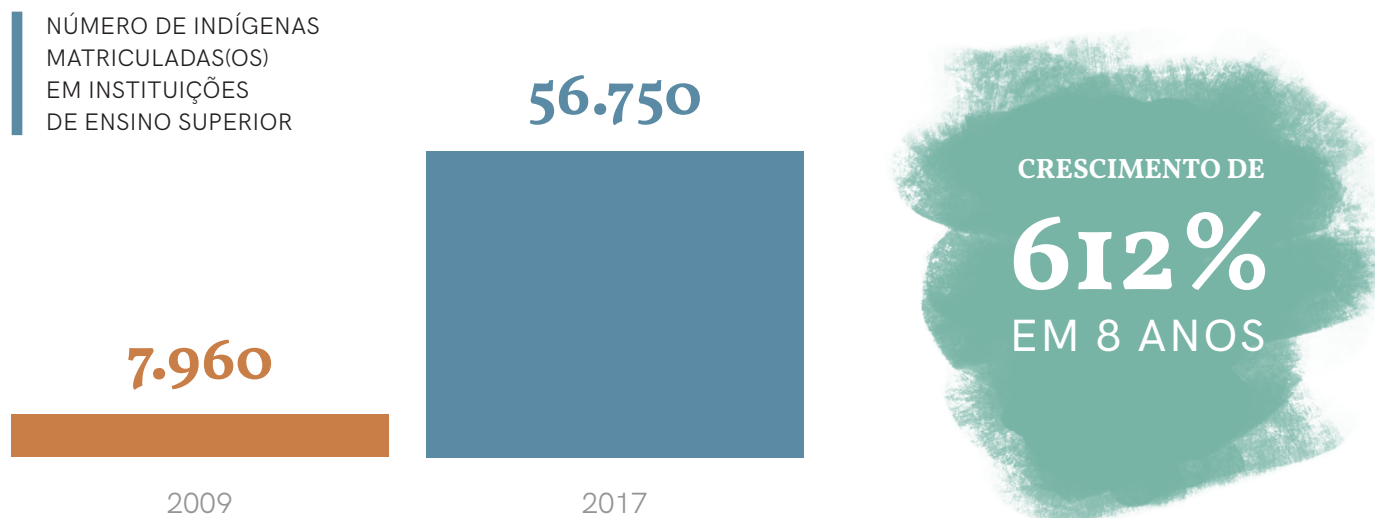
De 2007 a 2019, a matrícula na educação básica em escolas indígenas apresentou uma taxa média de crescimento de 4,7% ao ano¹⁷. Em 2007, havia um total de 2.550 escolas com educação escolar indígena. Já em 2019, este número subiu para 3.380¹⁸. De 2009 a 2019, a proporção de alunas(os) pretas(os) e pardas(os) na Educação Básica foi de 28,6% para 39,2%, isto é, teve um aumento de 10,6%¹⁹.

NÚMERO DE MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA EM ESCOLAS INDÍGENAS

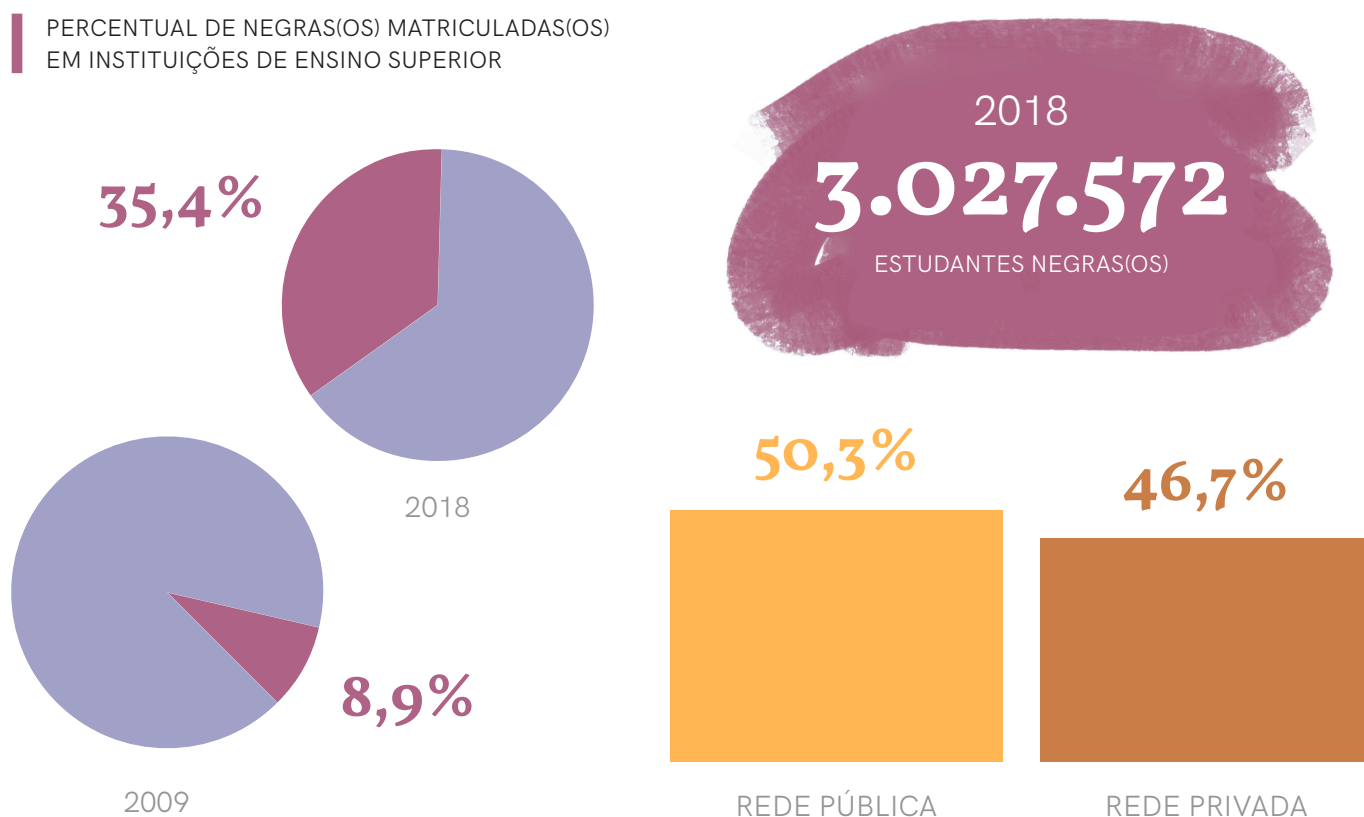
PERCENTUAL DE ALUNAS(OS) PRETAS(OS) E PARDAS(OS) NA EDUCAÇÃO BÁSICA



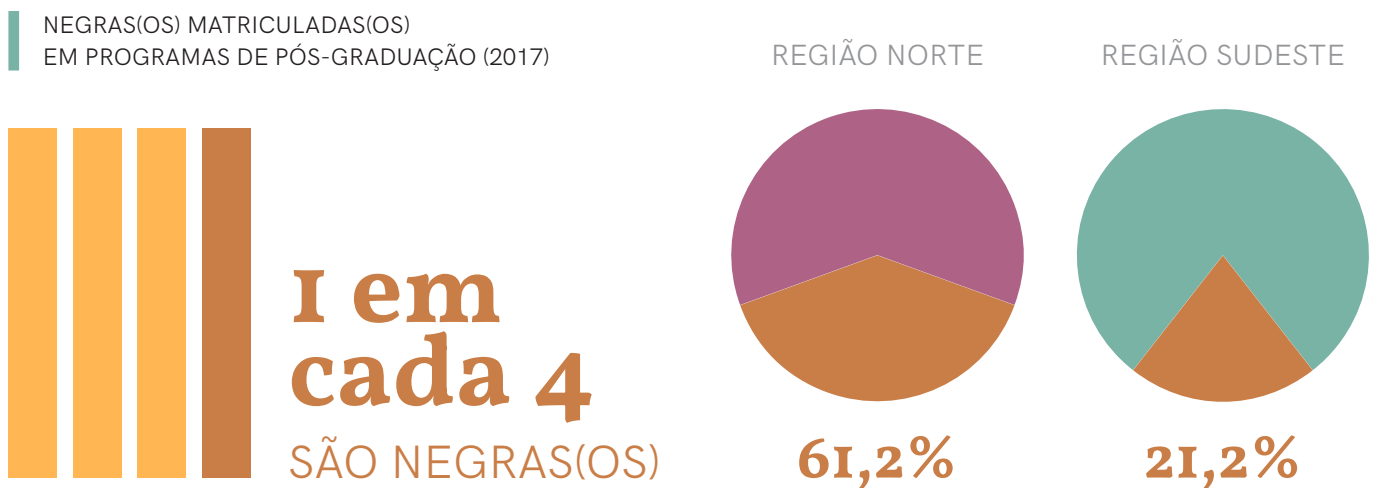
Em 2009, o número de indígenas matriculadas(os) em uma instituição de ensino superior era 7.960²⁰. Em 2017, este número aumentou para 56.750, representando, portanto, um aumento de 612%²¹. Destaca-se que o número referente ao ano de 2017 representa tanto matrículas em cursos de graduação presenciais, quanto matrículas em cursos de graduação à distância. Já em 2018, as(os) indígenas eram 0,68% do total de matriculados. Tivemos, então, o crescimento de 695% em relação ao ano de 2010²².



No que tange à população negra, de acordo com pesquisa realizada pelo site **QueroBolsa**, houve um aumento significativo nas universidades entre o período de 2009 a 2019. Em 2009, o número de alunas(os) negras(os) representava 8,9% do total de matriculadas(os) nas universidades - públicas e privadas. Esse número chegou a 35,4% em 2018, ou seja, um aumento de quase 400%²³ - sendo 50,3% em redes de ensino superior públicas e 46,6% em redes de ensino privadas²⁴. Em dimensões absolutas, tais porcentagens indicam que, de meio milhão de alunas(os) negras(os) em 2009, foi para 3.027.572 em 2018.

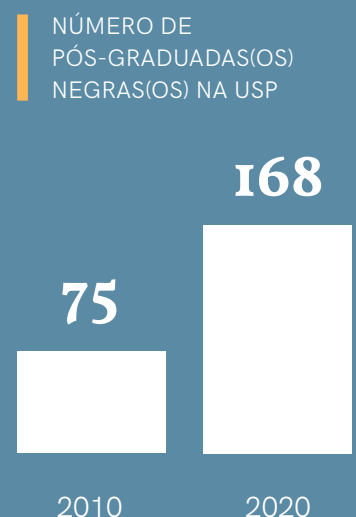


A principal base de coleta de dados sobre programas de pós-graduação é a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)**. Apenas em 2017, no entanto, passou-se a coletar dados relacionados à raça em relação aos programas de pós-graduação, de modo que **há dificuldade em se fazer uma análise sobre a evolução racial nessa área. Diante desse contexto, de acordo com levantamento feito pela Folha de S. Paulo a partir de dados de 2018, disponibilizados pela CAPES**, apenas 1 em cada 4 matriculadas(os) em programas de pós-graduação (mestrado e doutorado) é negra(o), havendo uma variação numérica relevante a depender do curso e da região do Brasil no qual se encontra o programa de pós-graduação. Em odontologia e medicina, por exemplo, menos de 2% das(os) pós-graduandas(os) são negras(os), enquanto nas áreas de serviço social e antropologia este número sobe, respectivamente, para 13,6% e 18%. Por sua vez, geograficamente, há uma diferença de negras(os) na pós-graduação nas regiões Norte e Sudeste: no Norte, 61,2% das(os) pós-graduandas(os) são negras(os), o que representa aproximadamente 4.000 alunas(os), enquanto, no Sudeste, 21,2% das pessoas matriculadas são negras.



No tocante à população indígena, não foi possível obter dados sobre o número de matriculados em programas de pós-graduação.

Apesar da ausência de levantamento de dados sobre critérios étnicos e raciais na CAPES, durante períodos anteriores a 2017, algumas universidades foram responsáveis por levantamentos próprios. Adriana Alves, geóloga e professora do Instituto de Geociências da Universidade de São Paulo (USP), foi responsável pela compilação de dados da distribuição de cor de pele em programas de mestrado, doutorado e pós-doutorado da USP. De acordo com a pesquisa feita, houve um aumento no número de estudantes negras(os) no período de 2010 a 2020 na instituição, passando de 75 para 168, isto é, um aumento de 124%. Ainda assim, este número representa apenas $\frac{1}{3}$ do total de pós-graduandas(os) na USP.



POLÍTICAS DE ACESSO À EDUCAÇÃO FORMAL

Nesta seção, separamos algumas iniciativas relacionadas à legislação nacional, bem como alguns programas que, somados uns aos outros, foram responsáveis pelo aumento do número de estudantes negras(os) e indígenas na educação formal. Conforme vimos acima, ainda que alguns dados não estejam disponíveis no que diz respeito às pós-graduações quando consideramos o momento anterior a 2017, ainda é possível pensar no aumento substancial da presença desses estudantes na educação formal como um todo. Algumas das iniciativas abaixo foram lembradas pelas(os) participantes durante nossos encontros:

2003

PROGRAMA DE APOIO A PLANOS DE REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS (REUNI)

O Reuni foi criado em 2003, como uma das medidas para **ampliar o acesso e a permanência no Ensino Superior**, adotando uma série de medidas que incluíam a expansão física das universidades, o aumento do número de cursos, turnos e campi.

2007

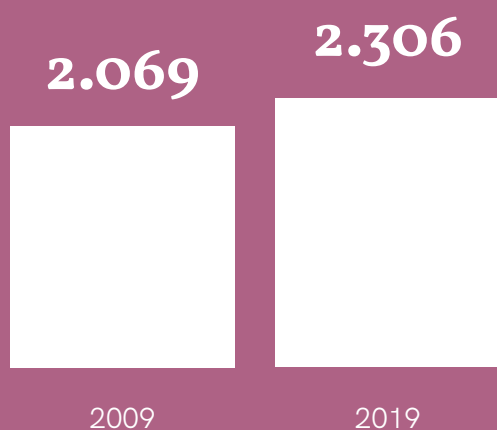
PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS (PROUNI)

O Prouni tem como finalidade a **concessão de bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação em instituições de ensino superior privadas**. As bolsas são direcionadas para estudantes com renda per capita máxima de até três salários mínimos.

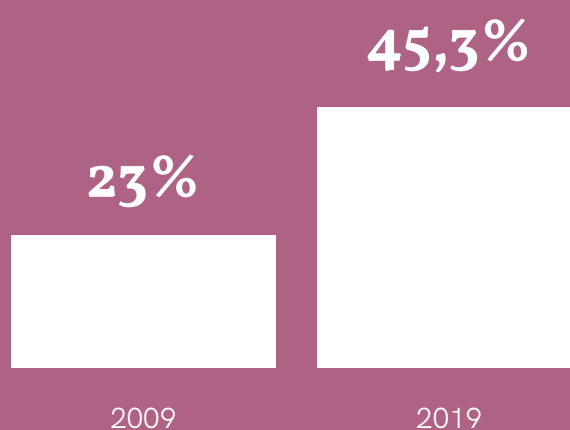


Em 2019, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) divulgou os **resultados do Censo de Educação Superior de 2019**, no qual é possível observar alguns dados que refletem o impacto do Prouni na educação. Em 2009, o número de instituições de ensino privadas no país era de 2.069. Já em 2019, contabilizava-se 2.306 instituições de ensino particulares. Para além do aumento das instituições de ensino privadas, houve um crescimento relevante de matriculadas(os) nestas redes de ensino. Enquanto, em 2009, o número de pessoas matriculadas em universidades particulares correspondia a cerca de 4.500.000 de pessoas, em 2019, esse número saltou para 6.253.678, de modo que alunas(os) das redes privadas correspondiam a 75,8% do total do número de matrículas em instituições de ensino superior no país. O aumento geral de matrículas acompanhou o crescimento do número de matrículas na rede privada que contavam com algum tipo de financiamento ou bolsa. Em 2009, o percentual de matrículas feitas a partir de programas de financiamento/bolsa era de 23%. Já em 2019, o percentual de matrículas com algum tipo de bolsa foi de 45,6%.

IMPACTO DO PROUNI NA EDUCAÇÃO
NÚMERO DE INSTITUIÇÕES
DE ENSINO PRIVADAS NO PAÍS



IMPACTO DO PROUNI NA EDUCAÇÃO
PERCENTUAL DE MATRÍCULAS FEITAS A PARTIR
DE PROGRAMAS DE FINANCIAMENTO/BOLSA



2009
4.500.000

PESSOAS MATRICULADAS
EM UNIVERSIDADES PARTICULARES

2019
6.253.678

PESSOAS MATRICULADAS
EM UNIVERSIDADES PARTICULARES

75,8%
INSTITUIÇÕES
PRIVADAS

24,2%
INSTITUIÇÕES
PÚBLICAS

2019

2010

FUNDO DE FINANCIAMENTO AO ESTUDANTE DO ENSINO SUPERIOR (FIES)

Criado em 1990, o programa de financiamento para estudantes da graduação de instituições privadas de ensino superior, foi atualizado em 2010 ajustando a taxa de juros de 6,5% para 3,4% ao ano. Além disso, o tempo de quitação foi ampliado em três vezes a duração do curso realizado.

Segundo dados do Ministério da Educação, em 2014 o FIES ofertou 732.673 vagas, já em 2021, por conta de cortes no orçamento, ofereceu apenas 93.000 vagas²⁵.

2012

SISTEMA DE SELEÇÃO UNIFICADO (SISU)

Estabelecido, em 2012, através da **Portaria Normativa nº 21 do Ministério da Educação**, o SISU unificou a seleção para acesso, principalmente, às universidades federais, por meio da nota do **ENEM** (Exame Nacional do Ensino Médio). Por ser um sistema integrado, o processo de seleção ao vestibular acabou ficando mais barato, **umentando, assim, as possibilidades de entrada de estudantes de baixa renda e do interior nas universidades.**

2012

LEI 12.711 - LEI DE COTAS

Sancionada em 2012, após a aprovação da constitucionalidade no Supremo Tribunal Federal (STF), a lei é responsável por garantir a **reserva de 50%** das matrículas por curso e turno nas universidades e institutos federais para alunas(os) oriundas(os) de instituições de ensino público, incluindo, nesse percentual, a subdivisão de **cotas étnico-raciais (pretas(os), pardas(os) e indígenas).**

RESERVA DE

50%

das matrículas para pessoas pretas(os), pardas(os) e indígenas

2013

PROGRAMA DE BOLSA DE PERMANÊNCIA

Criado em 2013, por meio da Portaria do Ministério da Educação nº 389, de 9 de maio de 2013²⁶. O Programa tem como objetivo assegurar o auxílio financeiro para a **permanência de estudantes durante o período da graduação nas Instituições Federais de Ensino Superior. O programa também prevê uma diferenciação para estudantes indígenas e quilombolas devido às “especificidades”.**

2014

RESERVA DE VAGAS

A lei federal nº 12.990, de 9 de junho de 2014²⁷, instituiu a política de **reserva de vagas em concursos públicos**. Assim, a partir de 2014, quando oferecerem número igual ou superior a três vagas, os concursos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União deverão ter **uma reserva de 20% das vagas que serão destinadas às pessoas negras**.

RESERVA DE

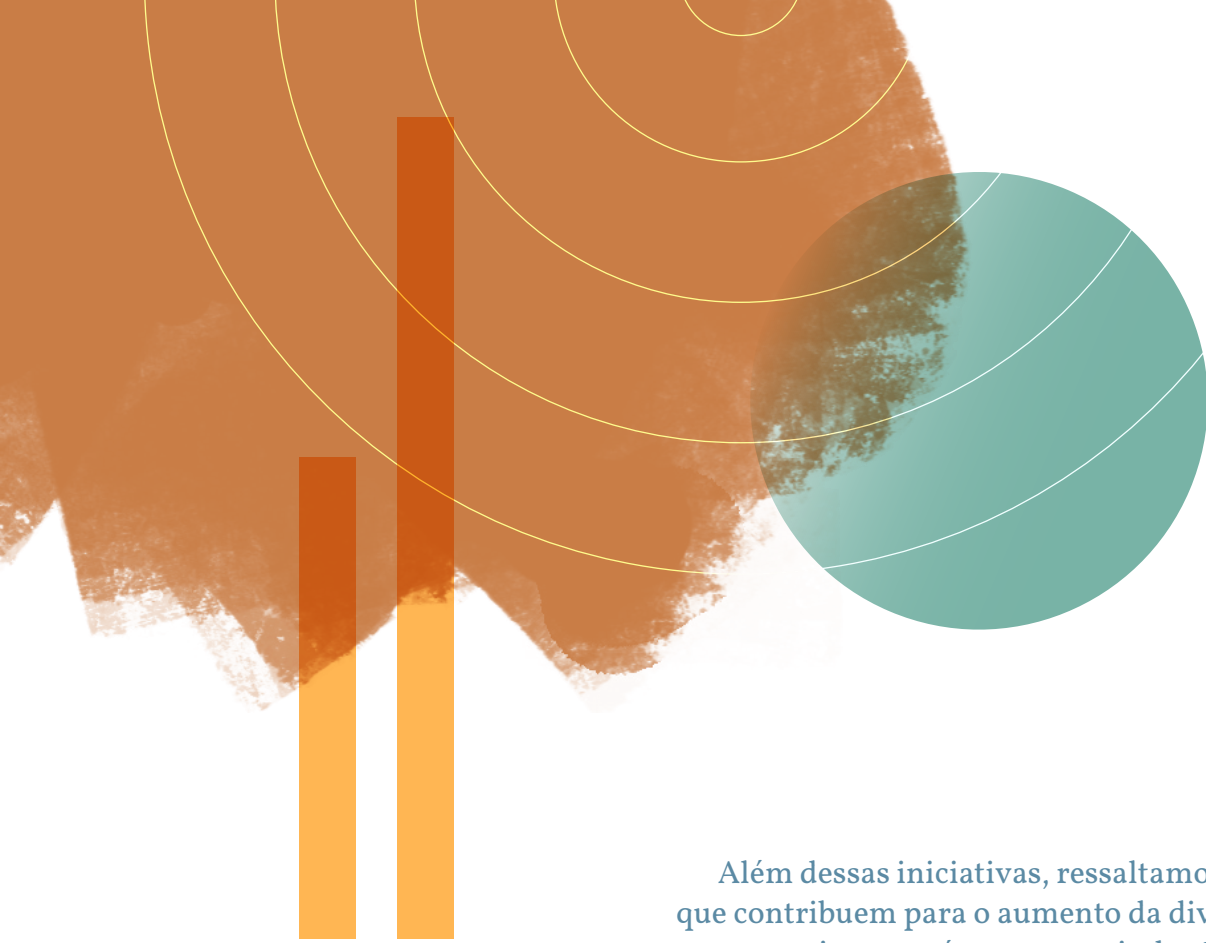
20%

de vagas em
concursos
públicos para
pessoas negras

2016

COTAS NA PÓS-GRADUAÇÃO

A portaria normativa nº 13, de 11 de maio de 2016, do Ministério da Educação (MEC), estabelece ações afirmativas na pós-graduação. Nesse sentido, a portaria recomenda às instituições federais de ensino superior a obrigação de apresentação de propostas ao MEC de **inclusão de negras(os), pardas(os), indígenas e pessoas com deficiências em seus programas de pós-graduação**. A portaria foi revogada em 2020.



Além dessas iniciativas, ressaltamos duas outras ações que contribuem para o aumento da diversidade no ensino superior no país, mas que ainda são estabelecidas em caráter de decisão individual pelas universidades:

POLÍTICAS DE RESERVA DE VAGAS PARA PESSOAS TRANS

São políticas estabelecidas por cada universidade para incentivar e aumentar o número de pessoas trans nas universidades. Em 2020, por exemplo, a Universidade do Estado da Bahia (Uneb), a Fundação Universidade Federal do ABC e a Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB) ofereceram juntas 142 vagas para pessoas trans por meio do SISU²⁸. Temos hoje o índice de 0,3% de estudantes trans no ambiente universitário, número que retrata a baixa presença dessa população nos espaços universitários.

VESTIBULARES INDÍGENAS

Tratam-se de provas para entrar nas universidades que são pensadas especificamente para pessoas oriundas de sociedades indígenas. De todas as universidades federais do país, apenas dezessete possuem essa forma de seleção.

Ao observarmos os dados quantitativos e os anos de aplicações dessas políticas, percebemos a correlação entre a execução das políticas e o aumento de pessoas negras e indígenas nas instituições de educação formal. É importante sublinhar que apesar da educação ser um direito básico garantido pela Constituição, **os dados e a linha do tempo demonstram como políticas específicas para populações historicamente vulnerabilizadas são essenciais para a participação desses grupos no ambiente educacional.**

Algumas políticas públicas, no entanto, por não serem estabelecidas como Leis, tornam-se frágeis e mais difíceis de se manter diante dos processos políticos mais amplos do país. Podemos exemplificar essa fragilidade com a revogação da portaria que instituía reserva de vagas na pós-graduação, citada acima. Como a portaria tinha caráter de recomendação, a revogação é apenas simbólica, mas, ao mesmo tempo, demonstra como algumas dessas conquistas não são estáveis.

REFERÊNCIAS NEGRAS E INDÍGENAS



Ao pensar no resgate de conhecimentos historicamente silenciados e destruídos, o movimento de recuperar e encontrar formas de fortalecer essas outras epistemologias contra hegemônicas é uma forma de sobrevivência e com isso, pensar na circulação de conhecimento.

MARIA ELIS ALENCAR



O aumento numérico na representação, somado ao fortalecimento dos movimentos e das políticas públicas focadas em contribuir para a equidade no conhecimento, trouxeram mais um resultado: **o crescimento de iniciativas que resgatam marcos históricos e agentes sociais negros(os) e indígenas que foram centrais para a história do Brasil**. Assistimos, assim, à criação de políticas públicas que buscam construir essa legitimação, assim como de coleções de materiais produzidos por organizações nacionais e internacionais, além de campanhas e exposições artístico-culturais. Organizamos aqui algumas destas políticas e iniciativas:

ENSINO DE HISTÓRIA DA ÁFRICA NAS ESCOLAS

Foi instituído pela Lei Federal nº 10.639, de 9 de janeiro de 2007²⁹. A lei alterou a lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece diretrizes e bases da educação nacional, incluindo no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “**História e Cultura Afro-Brasileira**”.

HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA

Foi instituída pela Lei Federal nº 11.645, de 10 de março de 2008³⁰, cinco anos depois da Lei que tornava obrigatória o ensino da “história e cultura afro-brasileira”. Alterou a Lei nº 10.639, tornando obrigatório, também, **o ensino da cultura e da história indígena**.



PROGRAMA NACIONAL DOS TERRITÓRIOS ETNOEDUCACIONAIS

Foi instituído pela Portaria nº 1.062, de 30 de outubro de 2013³¹. Busca **“garantir a participação dos povos indígenas nos processos de construção e implementação da política de educação escolar indígena, observada a sua territorialidade e respeitando suas necessidades e especificidades”**.

Compreende como territórios etnoeducacionais os espaços institucionais em que os “entes federados, as comunidades indígenas, as organizações indígenas e indigenistas e as instituições de ensino superior pactuam as ações de promoção da educação escolar indígena, efetivamente adequada às realidades sociais, históricas, culturais, ambientais e linguísticas dos grupos e comunidades indígenas”.

AÇÃO DE SABERES INDÍGENAS

Instituída pela Portaria nº 1.061, de 30 de outubro de 2013³², integra o Programa Nacional dos Territórios Etnoeducacionais, estruturado pelo Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI/MEC). Visa a **reafirmação do comprometimento com a educação escolar indígena na educação básica**, por meio de práticas tais como (i) promoção de formações para o corpo de docentes que atua na educação escolar indígena na educação básica; (ii) oferecimento de mecanismos didáticos e pedagógicos compatíveis com a interculturalidade, o multilinguismo, e a organização comunitária das comunidades indígenas; (iii) oferecimento de subsídios para o desenvolvimento de recursos compatíveis com o processo de letramento, numeramento e conhecimento dos povos indígenas e (iv) fomento de pesquisas dedicadas ao desenvolvimento de materiais a serem utilizados na educação escolar indígena.

DIRETRIZES CURRICULARES PARA FORMAÇÃO DE PROFESSORES INDÍGENAS

A Resolução do Conselho Pleno do Conselho Nacional de Educação nº 01, de 7 de janeiro de 2015³³, institui **diretrizes curriculares nacionais para a formação de professores indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio**, tendo como objetivo “formar, em nível de Educação Superior e do Ensino Médio, docentes e gestores indígenas para atuar na Educação Escolar Indígena com vistas ao exercício integrado da docência”.

ENCICLOPÉDIA NEGRA

De maio a novembro de 2021, a Pinacoteca de São Paulo organizou uma exposição intitulada **“Enciclopédia Negra”**. A exibição tem origem em **livro homônimo**, composto por mais de 550 biografias de personalidades negras que tiveram as suas imagens e histórias de vida historicamente invisibilizadas. Nesse contexto, o museu fez uma parceria com 36 artistas contemporâneos que produziram retratos das pessoas biografadas no livro, dividindo-os em seis núcleos temáticos (i) Rebeldes; (ii) Personagens atlânticos; (iii) Protagonistas negras; (iv) Artes e ofícios; (v) Projetos de liberdade e (vi) Religiosidades.

COLEÇÃO HISTÓRIA GERAL DA ÁFRICA

Em 1964, a Unesco iniciou um projeto cujo objetivo era **recontar a história da África a partir da perspectiva de pessoas africanas**. Quase 30 anos depois do início desta iniciativa, mais de 350 cientistas coordenados por um comitê de 39 especialistas, dois terços delas(es) africanas(os), completaram o projeto. A coleção é composta por oito volumes, com quase dez mil páginas, sendo eles: (i) Metodologia e pré-história da África; (ii) África antiga; (iii) África desde 1935; (iv) África do século VII ao XI; (v) África do século XII ao XVI; (vi) África do século XIX à década de 1880; (vii) África do século XVI ao XVIII e (viii) África sob dominação colonial, 1880-1935. A coleção está disponível em português e **online**³⁴.

NARRATIVAS NEGRAS

O livro “Narrativas negras - Biografias ilustradas de mulheres pretas brasileiras”, escrito e ilustrado por mulheres, traz a biografia de **41 nomes femininos desde o período da luta contra a escravidão**. O trabalho foi lançado pela **editora mineira Voo** e idealizado pela estudante de design gráfico Isadora Ribeiro, de 21 anos³⁵.

RESISTÊNCIA JÁ!

Em 2019, o Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE) da Universidade de São Paulo (USP) organizou uma exposição denominada **“Resistência Já! - Fortalecimento e União das Culturas Indígenas - Kaingang, Guarani Nhandewa e Terna”**. A exposição foi fruto de uma colaboração do MAE com os grupos indígenas kaingang, guarani nhandewa e terna, vindos da região centro-oeste do Estado de São Paulo, que participaram ativamente do processo de curadoria, e mostra a história e as tradições desses grupos por meio de objetos, vestimentas e fotografias selecionados por elas(es) próprias(os)³⁶.

HERANÇAS DE UM BRASIL PROFUNDO

Em 2020, o Museu Afro Brasil promoveu a exposição “Heranças de um Brasil profundo”, que reunia mais de 500 objetos entre obras de artes e utensílios da cultura material indígena da raiz brasileira³⁷.

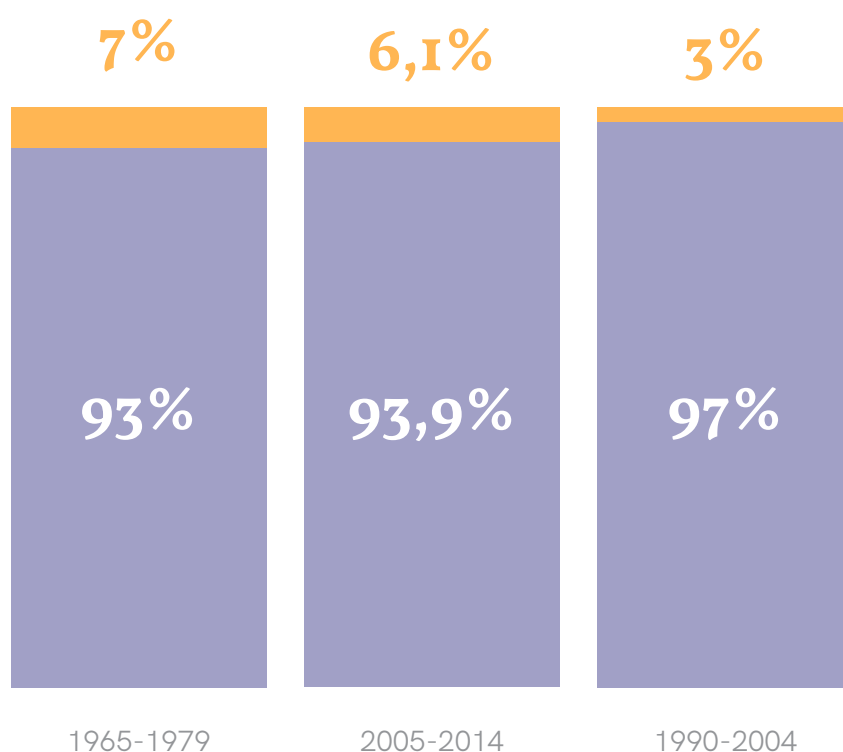
SECULT/CE

A **Rede de Equipamentos Culturais da Secretaria da Cultura do Estado do Ceará (SECULT) realiza, anualmente, o mês da consciência negra a partir de uma programação especial**. São realizados, por meio de cine teatros, bibliotecas, teatros e centros culturais, espetáculos dedicados ao universo da cultura afro-brasileira e ao tema da igualdade racial. **Além do mês da Consciência Negra, a SECULT conta com um Prêmio de Culturas Indígenas e Expressões Culturais Afro-brasileiras**. O **prêmio “Culturas Indígenas do Ceará”** tem por objetivo **reconhecer e valorizar a cultura dos povos indígenas no território estadual** por meio da concessão de prêmios para organizações indígenas dotadas de personalidade jurídica ou pessoas físicas que realizem iniciativas culturais indígenas em diversas áreas, tais como narrativas simbólicas, histórias e outras narrativas orais; educação e processos próprios de transmissão de conhecimentos; memória e patrimônio; documentação; museus; e pesquisas aplicadas. Por sua vez, o **prêmio “Expressões Culturais Afro-brasileiras do Ceará” tem como objetivo reconhecer e valorizar formas de expressão, celebrações e saberes feitos por coletivos negros, comunidades quilombolas e comunidades tradicionais de matriz africana ou afro-brasileira com sede no Estado do Ceará**.

AUMENTO DE PUBLICAÇÕES

Regina Dalcastagné, da Universidade de Brasília (UnB), analisou 692 romances publicados de 383 escritoras(es) brasileiras(os) e apontou que **93% das(os) autoras(es) publicadas(os) eram brancas(os) de 1965 a 1979**. Entre 1990 e 2004, o índice era de 93,9% e, entre 2005 e 2014, o número era de 97,5%. A pesquisa revelou que mulheres e homens negros aparecem como autores em 2% das publicações e como personagens em 6%. **Mulheres negras protagonistas aparecem 6 vezes e como narradoras, 2 vezes. Já as mulheres brancas aparecem 136 vezes como protagonistas e 44 vezes como narradoras (DALCASTAGNÉ, 2005).**

ROMANCES BRASILEIROS PUBLICADOS
PERCENTUAL DE AUTORAS(ES) BRANCAS(OS) ● E NEGRAS(OS) ●



“

Na última década, tivemos um boom de publicações de pretos e pretas, a criação de editoras pretas, como a Ciclo Contínuo que realiza um lindo trabalho de publicação e parceria justa com autores negros. São iniciativas embrionárias, mas presentes.

”

MARIA ELIS ALENCAR

Os dados da pesquisa realizada por Dalcastagné, reforçam o argumento levantado por algumas e alguns das(os) participantes. Para elas(es), o **surgimento de editoras independentes e antirracistas** é uma reação à baixa representatividade de pessoas negras e indígenas nas produções literárias e acadêmicas, e são responsáveis, assim, pelo aumento da presença de obras com maior diversidade nas prateleiras³⁸. Organizamos, aqui, algumas das editoras que buscam criar espaços alternativos para publicações de pessoas negras e indígenas:

EDITORA CICLO CONTÍNUO

Se dedica à produção de obras literárias, como **ênfase especial na Cultura Afro-brasileira**.

BIBLIOTECA NEGRA

Em 2021, a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) lançou dois projetos: (i) Biblioteca negra e (ii) Coleção de Autorias Negras, da Educ (Editora da PUC-SP).

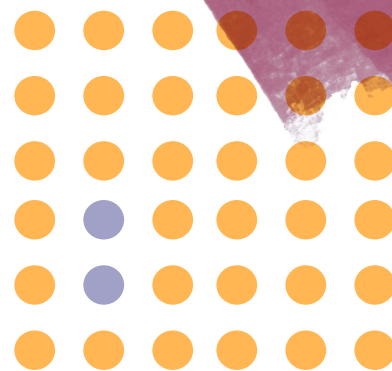
Ambos os projetos surgiram **a partir de reivindicações e reflexões sobre a falta de autores e autoras negros e negras na Biblioteca da PUC-SP realizadas no Grupo de Trabalho da Inclusão Social da PUC-SP, organizado pela Pró-Reitoria de Cultura e Relações Comunitárias**³⁹.

MALÊ EDITORA

Voltada para a **valorização da autoria negra** e ampliação da diversidade na literatura⁴⁰.

OGUM'S TOQUES NEGROS

Editora independente que surgiu em 2014, na cidade de Salvador, Bahia. Propõe-se a publicar literatura de afrodescendentes brasileiras(os) e autoras(es) diaspóricas(os) africanas(os)⁴¹.



MAZZA EDIÇÕES

Especializada em literatura afro brasileira, é uma das editoras mais antigas no Brasil⁴².

SELO NEGRO EDIÇÕES

Em 2009, lançou a coleção **Retratos do Brasil Negro**, coordenada por Vera Lúcia Benetido que tem como objetivo **resgatar a vida e obra de atrizes e atores fundamentais** para a cultura e política da **população negra no Brasil**.

PACHAMAMA EDITORA

Protagonizada por mulheres e alinhada com o ideário de democratização da leitura e da escrita, prioriza temáticas que **contemplem as Culturas Indígenas**, em livros bilíngues, registrando os saberes e a história dos povos originários⁴³.

EDITORIA ESCOLA PAJUBÁ

Tem como objetivo formar **jovens LGBTQIA+ negres** para o mercado editorial.

Em paralelo à criação dessas editoras, o mercado editorial tradicional vem se aproximando da pauta antirracista e aumentando em seu catálogo de publicações obras de autoras(es) negras(os) e indígenas. Ainda que incipiente e recente, em comparação ao número de publicações de pessoas brancas, esses dados são considerados um avanço considerável na conquista do reconhecimento da intelectualidade não hegemônica.

Segundo a reportagem **“O aumento da diversidade nas prateleiras das livrarias”** feita pela revista Época, houve um aumento na oferta de livros de autoras(es) negras(os) não só por parte de editoras menores, mas também de editoras tradicionais. Em julho de 2020, por exemplo, o grupo **Companhia das Letras** anunciou a contratação de Fernando Baldráia, historiador formado pela Universidade de São Paulo e doutor pela Freie Universität Berlin, como responsável pela editoração de diversidade e publicação de autoras(es) negras(os), como Carolina Maria de Jesus e Lélia Gonzalez. Por sua vez, a editora **Globo Livros** lançou livros de dois autores negros: Igor Pires, autor do *best-seller* “Textos cruéis demais para serem lidos rapidamente”, e Rachel Maia, autora do livro “Meu caminho até a cadeira número 1”, em que conta sobre como se tornou uma das empresárias mais influentes no Brasil. A **Ediouro Publicações** preparou títulos como “O pequeno príncipe preto”, de Rodrigo França, e “A empresa antirracista”, organizado por Maurício Pestana, em que discute sobre diversidade no mundo corporativo. A editora **Todavia** lançou “Uma breve história do racismo no Brasil”, da historiadora Ynaê Lopes dos Santos, e “Os supridores”, romance de José Falero. Além disso, **em 2019, dos cinco autores mais vendidos na Feira Literária Internacional de Paraty (Flip)**, um grande evento do mercado editorial do país, **quatro eram negros e um era indígena. Em 2016, não havia negras(os) entre as(os) 39 autoras(es) convidadas(os) para a festa literária.**

REDUÇÃO GRADUAL DE DESIGUALDADES NO ACESSO À INTERNET



“

No Brasil, mais de 80% da população, por volta de 152 milhões de pessoas, têm acesso à internet. Mas que tipo de inclusão é essa? A pesquisa da PwC e da Locomotiva sinalizam que temos 80% da população com acesso à internet, mas apenas 20% com acesso à banda larga de qualidade e quase 60% acessando apenas pelo celular.

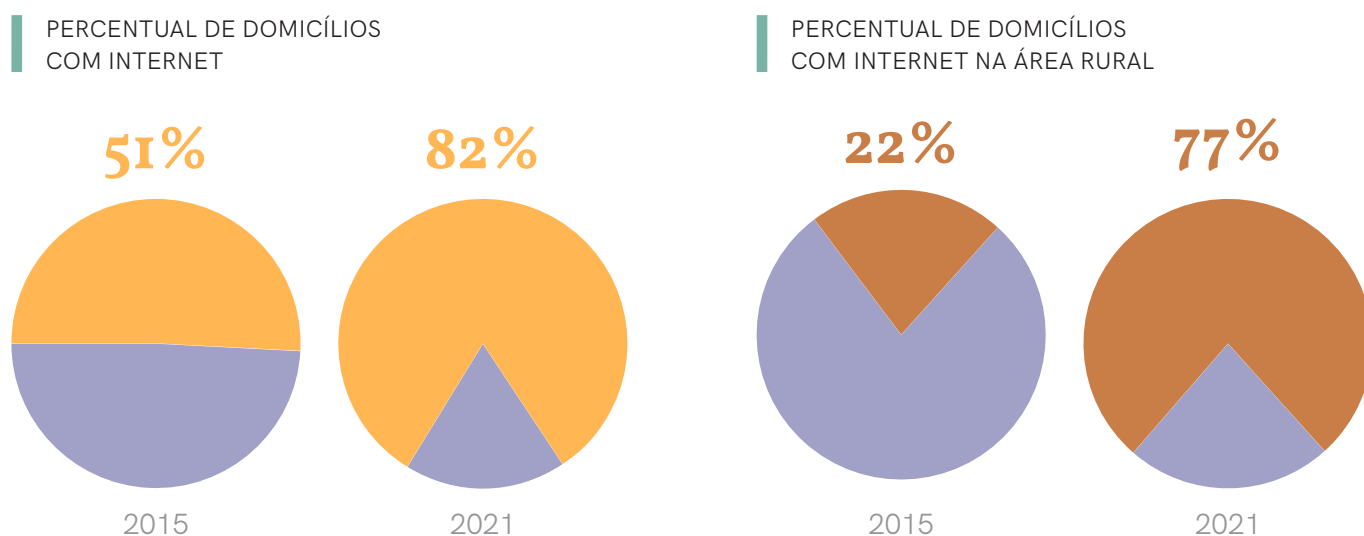
”

LEONARDO FOLETTO

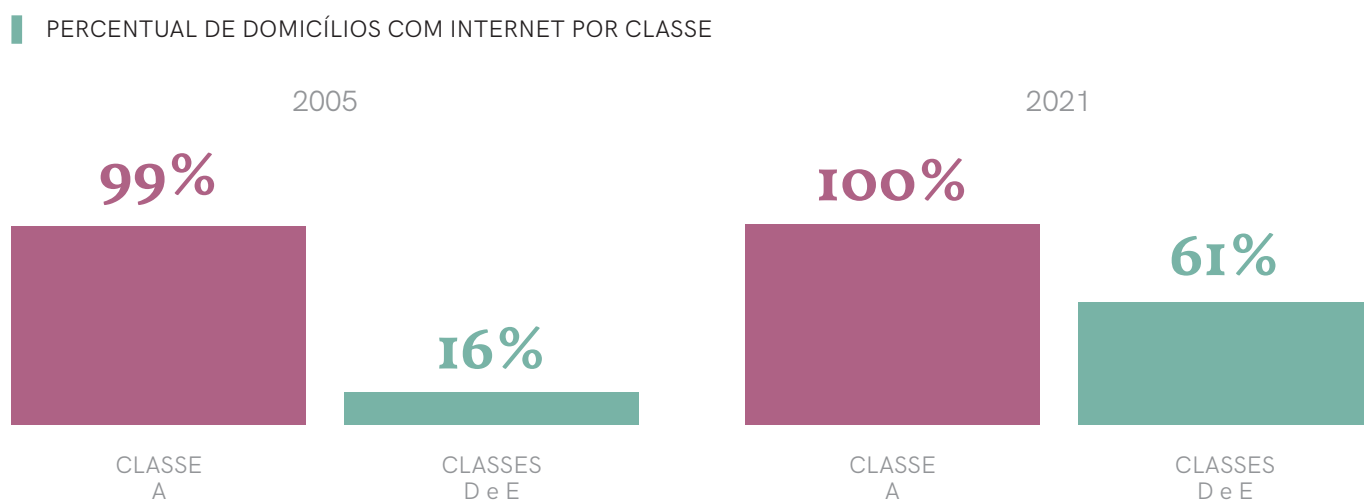
Na última década, uma das conquistas que tivemos foi o crescimento contínuo do número de brasileiras(os) com acesso à internet. As pesquisas mostram que o acesso da população brasileira está na faixa dos 80%, o que coloca o Brasil em 5º lugar no ranking de países com população *online*. Como colocou Leonardo Foletto, no entanto, é preciso sempre questionarmos: qual tipo de inclusão à internet está acontecendo? Abaixo, sistematizados alguns dados que aprofundam essa discussão.

ACESSO À INTERNET - CETIC

De acordo com a pesquisa **“TIC Domicílios 2021”**⁴⁴, entre as pessoas entrevistadas, 81% utilizava a internet, o que representa um aumento em relação aos 58% verificados em 2015⁴⁵. Com relação aos domicílios, em 2015, 51% tinha acesso à internet, um crescimento de 33 pontos percentuais em relação a 2008. Na pesquisa atual de 2021, 82% dos domicílios alvos da pesquisa possuíam acesso à internet. Esse aumento também foi observado em domicílios com internet em áreas rurais, que subiu de 22% em 2015, para 77% na pesquisa recente.



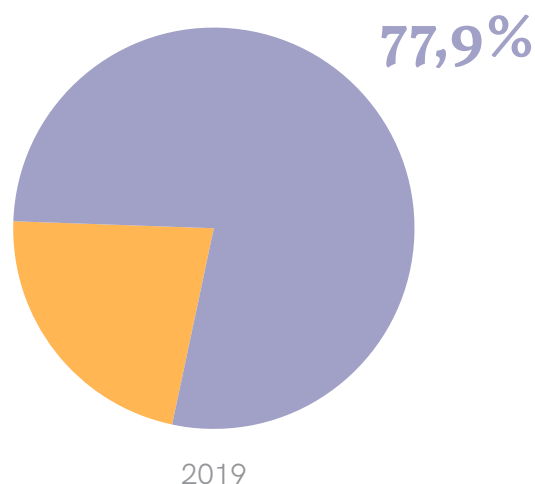
Apesar da pesquisa ter observado uma diminuição de domicílios com acesso à internet nas classes D e E, entre 2020 e 2021 - caindo de 64% para 61%, respectivamente -, a diferença entre classes diminuiu nos últimos anos. Em 2015, 99% da classe A tinha internet em seus domicílios, enquanto nas classes D e E eram apenas 16%, uma diferença de 83 pontos percentuais (pp). Atualmente essa diferença percentual caiu para 39pp. Quanto ao tipo de conexão, por região, a pesquisa apresenta um aumento de acesso em todas as regiões com relação aos dados de 2019. Contudo, aponta grandes diferenças regionais. Nas regiões Sul e Sudeste o acesso por fibra ótica é 73% e 64%, respectivamente, no Norte e Nordeste esse número cai para 53% e 54%. Na região Norte, região que concentra grande parte da população indígena do país, o acesso à internet em domicílio por rede móvel 3G/4G fica na casa dos 33%, enquanto nas outras regiões não ultrapassa 16%, o que reforça a precariedade da internet em territórios indígenas, ou arredores, apontados pelo movimento.



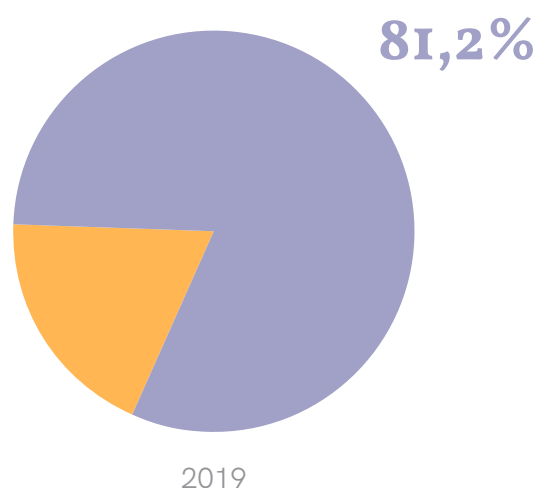
ACESSO À INTERNET - PNAD

Anualmente, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), realiza a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Em 2019, a referida pesquisa apontou que **82,7% dos domicílios nacionais possuíam acesso à internet**, representando um aumento de 3,6 pontos percentuais em relação a 2018. No que se refere à distribuição de acesso à internet nas áreas rurais e urbanas, a PNAD revelou que, no ano de 2019, houve um crescimento significativo de **domicílios rurais com internet - de 49,2%, em 2018, para 55,6%, em 2019** - em comparação com os domicílios urbanos com internet, em que a utilização de internet subiu de 83,8%, em 2018, para 86,7%, em 2019. Apesar do aumento de domicílios conectados, o levantamento demonstrou que 12,6 milhões de domicílios ainda não possuíam acesso à internet em 2019. **As razões levantadas pelo instituto para essa ausência de conectividade foram “falta de interesse (32,9%), serviço de acesso caro (26,2%) e o fato de nenhum morador saber usar a internet (25,7%)”**. Quanto aos tipos de conexão aos quais os domicílios tinham acesso, houve um aumento tanto da **banda larga fixa - de 75,9% para 77,9%** - quanto em relação à **banda larga móvel - de 80,2% para 81,2%**. Além disso, a proporção de domicílios com os dois tipos de conexão cresceu de 56,3% para 59,2%.

PERCENTUAL DE DOMICÍLIOS COM BANDA LARGA FIXA



PERCENTUAL DE DOMICÍLIOS COM BANDA LARGA MÓVEL



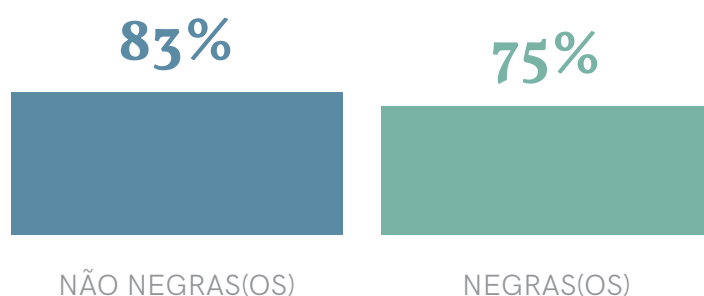
ACESSO À INTERNET - PWC

A PWC, em 2022, realizou um estudo em parceria com o Instituto Locomotiva, intitulado **“O abismo digital no Brasil”**. De acordo com a pesquisa, no Brasil, 81% da população com 10 anos ou mais usam a internet, mas somente 20% têm acesso de qualidade à rede. Ainda, há diferenças marcantes no acesso à internet entre pessoas negras e não negras: enquanto no grupo de pessoas não negras temos um percentual de 83% de acesso à internet, no grupo de pessoas negras temos 75%⁴⁶.

81%

da população com 10 anos ou mais usam a internet

PERCENTUAL DE ACESSO A INTERNET (2022)



CRESCIMENTO DA CONSCIÊNCIA ÉTNICO-RACIAL



*A própria Carta da **Marcha das Mulheres Negras**, marcha de 2015, que eu acho que é um marco para pensar a organização política das mulheres negras no Brasil, traz justamente essa noção de um novo **pacto civilizatório**, onde caibam as nossas vozes, os nossos olhares, as nossas narrativas. Reconhecer os avanços. Reconhecer que tem muita limitação? Tem muita dificuldade? Tem, mas o quanto que a própria internet, nessa coisa de furar as bolhas, que eu acho que é um grande desafio, tem nos ajudado nesse sentido da profusão de outros olhares, de novos cursos. Para mim, eu acho que é uma análise incipiente ainda, mas eu acho que o **sepultamento do mito da democracia racial veio por meio disso**. Dessa experiência de **ter tanta gente falando**, inclusive sobre cabelo, e o quanto que a internet nos ajudou nesse sentido da disputa. Muito ainda para avançar, temos muito ainda para trilhar nesse caminho, mas eu acho que a gente já tá. Eu acho que **a gente também tem que valorizar os nossos ganhos, os nossos avanços ainda que limitados, senão a gente não levanta da cama de manhã**.*

CLIQUE AQUI

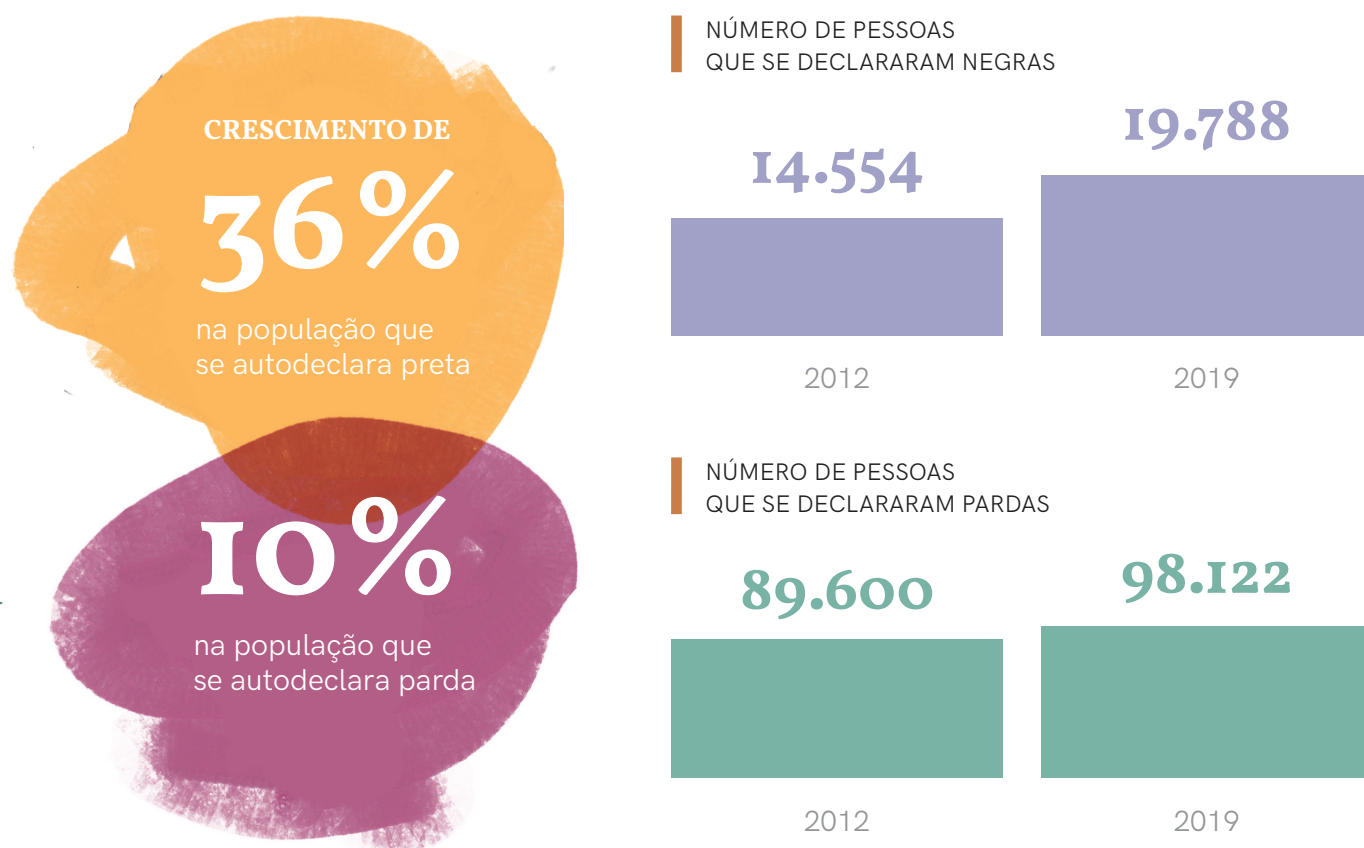


GISELLE DOS ANJOS

Na tentativa de mensurar os avanços trazidos por Giselle dos Anjos e corroborado por outras pessoas presentes, organizamos alguns dados ilustrativos. Um dos pontos principais trazidos pelas(os) participantes diz respeito ao aumento do número de pessoas que têm se declarado enquanto pardas e pretas nas pesquisas do IBGE⁴⁷. Pessoas pertencentes ao movimento negro, assim como alguns e algumas pesquisadoras, têm relacionado esse crescimento ao processo de positivação da identidade negra e do termo “preto”⁴⁸. Outro ponto que nos chamou atenção foi o aumento de buscas em plataformas como o Google por termos que se conectam com as pautas antirracistas.

AUMENTO DE AUTODECLARADOS PRETOS E PARDOS

Segundo levantamento feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ao comparamos os anos de 2020 e 2012, encontramos um crescimento de 36% na população que se autodeclara preta e de 10% na população que se autodeclara parda. Em números absolutos, em 2012, um total de 14.554 pessoas autodeclaravam-se negras; em 2019, esse número aumentou para 19.788; em 2012, 89.600 pessoas autodeclaravam-se pardas e, em 2019, esse número cresceu para 98.122. Por regiões do Brasil, a maior proporção de pessoas declaradas da cor preta, de acordo com o IBGE, foi no Nordeste, seguida por Sudeste, Centro-Oeste e Norte. Em relação à população parda, os maiores valores eram da região Norte e Nordeste.



PESQUISAS POR “RACISMO”

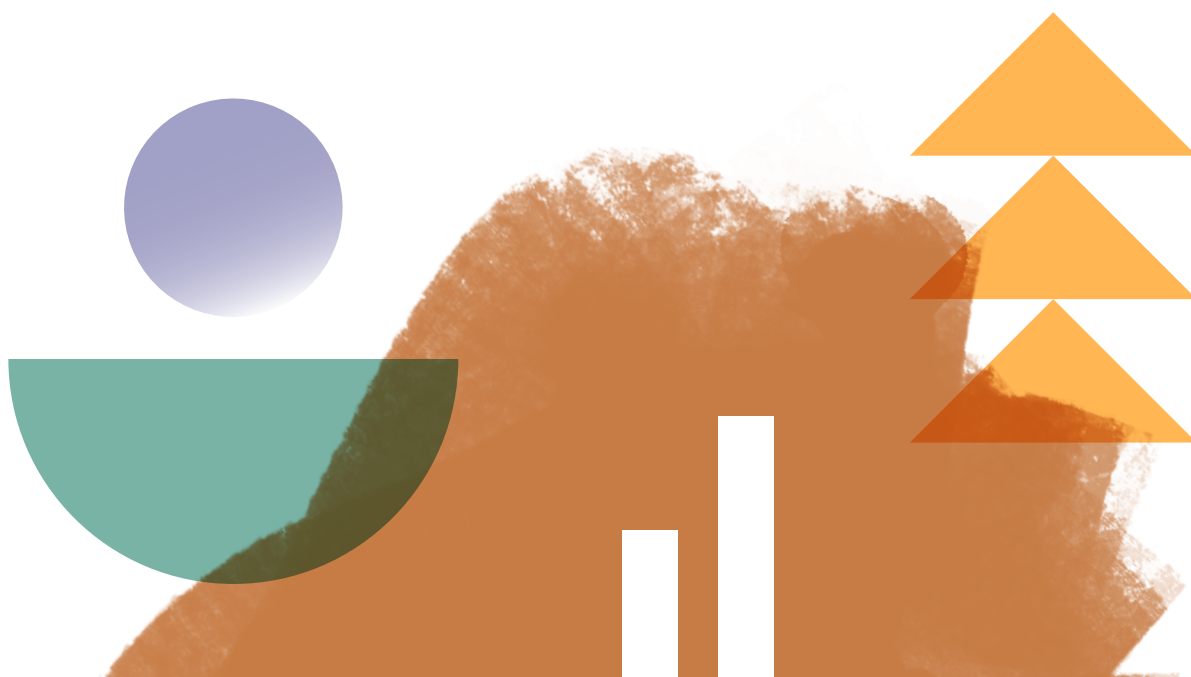
Dados sobre tendência de buscas na plataforma Google mostram que a palavra “racismo” historicamente atinge picos de popularidade no mês de novembro, em razão da comemoração do dia da Consciência Negra. A medição do grau de interesse por termos é feito a partir dos graus de 0 a 100. **Em 2020, no mês de junho, o indicador chegou ao máximo para a palavra racismo.** Em pesquisa realizada pela própria empresa, o estopim para o crescimento das buscas foi o assassinato de George Floyd, nos Estados Unidos, no fim de maio. O interesse de busca por “violência policial” também bateu o recorde da última década entre maio e junho de 2020⁴⁹. A tendência, porém, não é de agora: ao longo dos anos analisados pelo Google, outros fatos marcaram a sociedade e aumentaram as buscas na internet, como foi o caso da aprovação da **Lei de Cotas** no ensino superior, em 2012 e, em 2014, a aprovação de cotas no serviço público. A pesquisa sobre **“o que é racismo estrutural”** também atingiu o máximo de popularidade, com 100 pontos, em junho de 2020, um recorde desde 2004. **“Como combater o racismo”** sempre teve oscilações de busca desde 2010, mas ganhou maior destaque em novembro de 2019, com 68 pontos, e atingiu o nível mais alto da década também em junho de 2020.

Em 25 de maio de 2020, **George Floyd**, um homem negro de 48 anos, foi assassinado após ser sufocado pelo policial branco Derek Chauvin na cidade de Minneapolis, nos Estados Unidos. A violenta abordagem foi filmada por uma testemunha e o vídeo foi postado nas redes sociais, viralizando. A divulgação do vídeo gerou protestos contra o racismo e a brutalidade policial ao redor do mundo, incluindo o Brasil. No **Rio de Janeiro**, por exemplo, ocorreram atos de protesto em frente ao Palácio Guanabara, sede do governo do estado, motivadas pela intensificação das manifestações nos Estados Unidos e, também, pela **morte de um menino negro de 14 anos, João Pedro**, na sua casa no Complexo Salgueiro, em São Gonçalo durante uma ação policial. Nas redes sociais, os protestos se deram, sobretudo, por meio do movimento **“Black Lives Matter”** - em português, “Vidas Negras Importam”. Várias hashtags foram espalhadas pelas plataformas, como a **#blackouttuesday**.

PESQUISA POR “INDÍGENAS”

Anualmente, o Google divulga o “Year in Search”, uma retrospectiva dos assuntos mais procurados no serviço de buscas no Brasil e no mundo. São apresentadas diversas categorias, como “Cultura”, “Economia”, “Meio Ambiente”; “Entretenimento” e “Saúde e bem-estar”. Em 2021, na parte de “Notícias e eventos”, **a plataforma apontou que houve um aumento nas buscas por “mulheres indígenas desaparecidas”**. A maior parte dessas buscas foi feita no Canadá, em razão, sobretudo, da divulgação de notícias da **descoberta de valas anônimas em um antigo internato para crianças indígenas no oeste do referido país**.

Mensurar a conscientização relacionada ao combate à discriminação e ao racismo e observar a posituação de identidades negras e indígenas leva-nos à compreensão de que ambos acontecimentos se relacionam de forma direta com o conjunto de transformações mencionados aqui⁵⁰. Do acesso à internet à possibilidade real de entrar em uma universidade, passando por iniciativas e obras que resgatam figuras e histórias de protagonismo, pessoas negras e indígenas passam a se ver como agentes da história. Agentes construtores de arte, cultura, conhecimento, tecnologias, história.





NOMEAR AS DIFICULDADES

Além de acertos, os últimos 10 anos também foram marcados por grandes dificuldades e percalços. As perguntas norteadoras desta seção foram: quais são as principais dificuldades para o acesso, produção e circulação do conhecimento de pessoas negras e indígenas? Como a internet tem se colocado (ou não) como parte desse processo?

Aqui, trazemos alguns dos problemas que foram levantados pelas pessoas participantes.



EPISTEMICÍDIO

“

Quem são as pessoas e corpos que podem emanar conhecimento? Historicamente nos foi negado, enquanto população negra e de mulheres, a humanização e o conhecimento. No mundo acadêmico esse lugar é negado e dentro da internet também não encontramos esse espaço de escuta e fala.

NICÉIA QUINTINO



”

“

*Você tem que falar português. Você tem que participar como cidadão. Se você continuar falando a sua língua materna e prestar os seus cultos religiosos a deuses estranhos e se você não vestir as vestes comuns, você é um animal. **Você é um selvagem.** Então, até que ponto essa integralização, essa integração, não reproduz essa mesma ideia de apagamento, **mesma ideia epistemicida**, vamos dizer assim. Seria nesse sentido, a gente mudar a imagem que a gente foi condicionado a ver e a reproduzir da história do Brasil. Então é lá na sala de aula, lá na base que a gente tem que desconstruir esse modelo e aí sim ressignificar um currículo. Um currículo escolar tanto no nível básico quanto no nível superior que nos represente.*

LUCIANO ARIABO KEZO

”

CLIQUE AQUI



“

*Sempre penso nas organizações que trabalham ao lado das causas indígenas, mas na hora das contratações e editais, as vagas nunca são destinadas aos indígenas, além das burocracias internas que dificultam a participação. **Conseguem nos conceber enquanto indígenas quando nos veem usando nossas pinturas e vestes, mas não nos respeitam pelo nosso intelecto.***

MARIA ANNA RORY

”

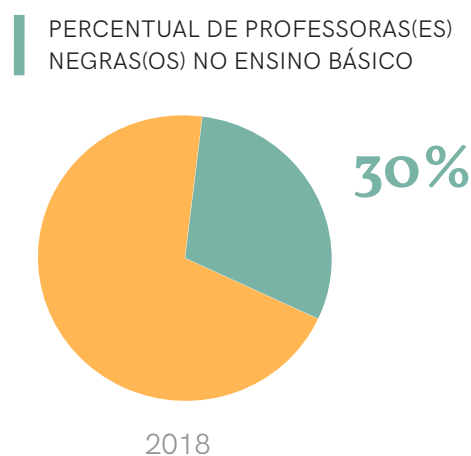


Desde o início dos nossos debates, o termo epistemicídio surgiu com força nas falas e reflexões de todas(os) as(os) convidadas(os) presentes. Epistemicídio foi um conceito criado por Boaventura de Souza Santos e muito referenciado no Brasil a partir da obra de Sueli Carneiro (2005). Em diálogo com esses autores, podemos defini-lo como um conjunto de práticas que **nega, dificulta e elimina** a produção de conhecimento construída por pessoas não brancas.

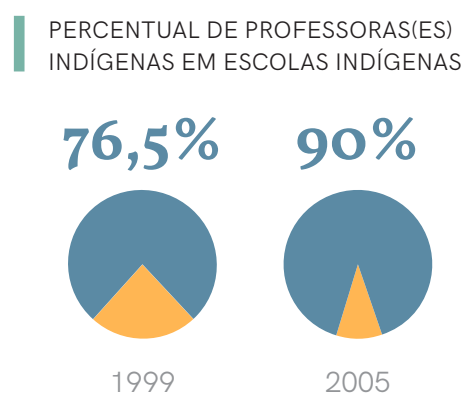
Diferente dos tópicos e subtópicos anteriores, compreendemos que é necessário resgatar nesta seção algumas análises presentes na bibliografia para pensar o porquê do uso desse termo e por qual razão ele é colocado como a principal dificuldade para produção, circulação e acesso ao conhecimento da população negra e indígena.

Inicialmente, é necessário recuar algumas décadas para demonstrar que o combate ao epistemicídio não é uma novidade na pauta dos movimentos negros e indígenas. Segundo Alex Ratts (2009), a partir da percepção da ausência de autoras(es) negras(os) como produtoras(es) de conhecimento e de análises sobre a questão racial produzidas por estas(es) pesquisadoras(es), os movimentos negros, a partir da década de 1970, passam a criar núcleos de estudos com o objetivo de “combater o racismo acadêmico”. Esta lacuna indicada por Ratts (2009), também é percebida no campo dos estudos “sobre a mulher” e é apontada igualmente por Regina Facchini (2018), no que se refere ao campo de estudos de sexualidade no Brasil na década de 1980. Segundo os autores, estes campos de estudos se constroem também a partir da ausência de pesquisas sobre o tema na perspectiva de **sujeitos que vivem as experiências**.

Apesar de, no decorrer destes anos, as mulheres (brancas) terem avançado na ocupação de cargos de docência, assim como pessoas brancas que se autodeclararam como LGB – lésbicas, gay e bissexuais–, como apontado anteriormente, isso não aconteceu com as(os) pesquisadoras(es) negras(os) e indígenas. A desigualdade educacional se faz sentir não só no ensino superior, mas também quando nos atentamos aos dados de evasão escolar no ensino básico. De acordo com o Censo da Educação Básica de 2018, **estudantes negras(os) têm 16,2% mais chances de evasão que estudantes brancas(os)**. Também na educação básica, os dados mostram que apenas 30% dos professores(as) são negros(as).



No que diz respeito à população indígena, o Relatório de Estatísticas de Educação Escolar Indígena no Brasil aponta que, em 1999, 76,5% das(os) professoras(es) das escolas indígenas eram indígenas. Em 2005, esse número aumentou para 90%⁵¹. Não encontramos, entretanto, dados sobre evasão escolar de estudantes indígenas, nem tampouco dados sobre docentes universitárias(os) indígenas, o que, por si só, demonstra como o tema é invisibilizado. Encontramos apenas notícias pontuais, como foi o caso de matéria que relata ter ocorrido, pela primeira vez, **a contratação de um professor indígena na UNICAMP**.



Além do baixo número de docentes negras(os) e indígenas ser consequência direta do epistemicídio, outro ponto que foi questionado e levantado como reflexo desse fenômeno social foi a ausência de obras de autoras e autores negros e indígenas nos currículos acadêmicos. Apesar de intelectuais negras(os) e indígenas contribuírem decisivamente em pesquisas em diversas áreas de conhecimento, suas obras não aparecem nos currículos de formação obrigatória dos cursos.

Estudo realizado por Priscila Silva e Ana Passos (2021) revelou alguns dados sobre a impressão dos estudantes quanto à dinâmica das relações étnico-raciais estabelecidas no espaço acadêmico. A publicação, intitulada “Expressões de branquitude no ensino superior brasileiro”, fez um levantamento com estudantes da graduação no primeiro semestre de 2021 a partir de um questionário *online* a fim de angariar percepções sobre relações raciais no Ensino Superior. O questionário foi dividido em quatro temas principais: (1) corpo docente; (2) corpo discente; (3) o modus operandi da instituição; e (4) currículo. Das 505 pessoas que responderam ao questionário, 53,5% eram brancas; 44,2% eram negras (somando pretas e pardas); 1,4% eram amarelas e 0,6% eram indígenas. As perguntas alcançaram instituições de ensino públicas e privadas e todas as áreas de conhecimento. **A baixa diversidade do corpo docente foi apontada por grande parte dos respondentes.** Durante todo o período da graduação, 96,6% afirmaram terem tido professores homens brancos, 35,1% afirmaram terem sido ensinados por mulheres negras e 1% por docentes mulheres indígenas. No que diz respeito à percepção do corpo discente também houve afirmação de os cursos serem ocupados por uma maior presença de homens e mulheres brancas. Os dados sobre o modus operandi da instituição revelou que, grande parte dos estudantes não brancos afirmaram ter sofrido racismo durante o curso e as opções mais assinaladas foram: “entre os estudantes” e “na relação entre estudante/professor”. No que tange aos currículos, grande parte mencionou a **necessidade de alteração do currículo do curso, em razão da ausência de abordagens que não a eurocêntrica e alguns reforçaram a importância de “incluir o debate sobre a realidade brasileira considerando todas as suas matrizes étnico-raciais”** (2021, p. 20).



Outro estudo feito na Universidade de Brasília (UnB) também apontou para a ausência de literatura de autores e autoras negras nas universidades. O estudo fez um levantamento sobre as(os) intelectuais selecionadas(os) pelas(os) docentes a serem estudadas(os) nos programas dos cursos de Sociologia Brasileira da Universidade de Brasília (ICS/UnB), no período de 2014 a 2020. A publicação demonstrou que, das(dos) 125 autoras(es) indicadas(os) ao longo dos anos, 103 eram homens brancos, com 324 inserções nos programas, 12 eram autoras brancas, presentes 34 vezes; 5 autores negros, com 17 inserções e apenas 4 eram mulheres negras, inseridas apenas 3 vezes. Desse modo, o estudo apresenta que $\frac{3}{4}$ dos **autores nos programas de disciplina são homens brancos.**



A questão não fica restrita apenas ao currículo das universidades. Um **levantamento** feito pelo **Observatório da Branquitude**, uma iniciativa da sociedade civil dedicada à produção de conhecimento sobre branquitude, revelou que, de **302 instituições de ensino públicas do Brasil, 294 têm reitoras(es) brancas(os).**

DA ALIMENTAÇÃO À EVASÃO



A falta de recursos se manifesta pelas ausências materiais e estruturais e impactam diretamente na nossa condição enquanto produtores de conhecimento. É preciso uma mudança social e estrutural para que todos sejam vistos e ouvidos.



NICÉIA QUINTINO

Assim como o epistemicídio é identificado como um dos reflexos do racismo estrutural que cria barreiras para produção, divulgação e acesso de conhecimento de pessoas negras e indígenas, a desigualdade de renda e necessidades básicas para acesso e permanências nos espaços educacionais é uma grande barreira para essas populações. A merenda na educação básica, o restaurante universitário, o auxílio transporte, a moradia universitária, as bolsas permanência são algumas das necessidades que estudantes negras(os) e indígenas - em sua maioria de baixa renda - passam no decorrer de sua vida de ensino. Para vir a ser considerado um produtor de conhecimento se faz necessária uma estrutura que dê acesso a boas bibliotecas, o que significa entrar em contato com obras diversas, mas para populações tão vulnerabilizadas, passa também por alimentação e moradia. Separamos algumas pesquisas que apresentam esse retrato de desigualdade material e renda destas populações.

O Observatório da Alimentação Escolar (OAE) realizou, em 2021, **pesquisa online para levantar as percepções de estudantes da rede básica pública de ensino sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)**. De acordo com a pesquisa, **antes da pandemia, 85% das(os) estudantes entrevistadas(os) faziam parte considerável da alimentação diária na escola**. Com o início da pandemia, em abril de 2020, o Congresso Nacional autorizou a distribuição de cestas de alimentos com recursos do PNAE. Apesar de todos os municípios brasileiros terem recebido subsídios para a implementação da medida, **apenas 77% das(os) estudantes receberam cestas de alimento ou cartão de alimentação**, enquanto 23% não receberam qualquer tipo de assistência alimentar.

De acordo com outro estudo, realizado pela Unicef também em 2021, intitulado “Alimentação na Primeira Infância”, **72% das famílias mais pobres no Brasil passaram fome durante a pandemia de Covid-19**.

85%

das(os) estudantes faziam parte considerável da alimentação diária na escola antes da pandemia de Covid-19

77%

das(os) estudantes receberam cestas de alimento ou cartão de alimentação durante a pandemia de Covid-19

72%

das famílias mais pobres no Brasil passaram fome durante a pandemia de Covid-19

O IBGE elabora, anualmente, uma Síntese de Indicadores Sociais. Esta síntese avalia, através de indicadores que contemplam a sociedade brasileira sob a ótica das desigualdades sociais, “a qualidade de vida e os níveis de bem-estar das pessoas, famílias e grupos populacionais, a efetivação de direitos humanos e sociais, bem como o acesso a diferentes serviços, bens e oportunidades”⁵². Em 2018, **a evasão escolar durante o ensino médio**, ou seja, predominantemente entre jovens de 15 a 17 anos, **foi oito vezes maior entre os mais pobres**. Além disso, **no ensino superior**, o que inclui principalmente jovens de 18 a 24 anos, **63,2% dos matriculados pertencem aos 20% da população com maior rendimento**. **Essa mesma análise**, sob a perspectiva da cor ou raça, aponta que 51,5% de pessoas brancas que completaram o ensino médio ingressaram no ensino superior, comparado a apenas 33,4% de pessoas negras nas mesmas condições que conseguiram ingressar nesse nível.

EVASÃO ESCOLAR NO ENSINO MÉDIO (2018)



8x maior

ENTRE AS(OS) MAIS POBRES DE 15 A 17 ANOS

51,5%

das pessoas brancas que completaram o ensino médio ingressaram no ensino superior

33,4%

das pessoas negras que completaram o ensino médio ingressaram no ensino superior

Na pandemia, a situação agravou-se. Um relatório elaborado por **Todos pela Educação**, por meio da análise dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), **indicou que a evasão escolar de crianças e adolescentes aumentou 171% durante a pandemia**. De acordo com a publicação, 244 mil crianças e adolescentes entre 6 a 14 anos estavam fora da escola no segundo trimestre de 2021. Além disso, durante o mesmo período, a taxa de matrícula desta mesma faixa etária em escolas caiu de 99% (2019) para 96,2%, menor valor desde 2012.

na pandemia a evasão escolar aumentou

171%

Segundo dados da **V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Instituições Federais de Ensino Superior Brasileiras**, realizada pelo Fórum Nacional dos Pró-Reitores de Assuntos Estudantis (FONAPRACE) em parceria com o Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições de Ensino Superior (ANDIFES), os recursos para o **Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)**, criado em 2008, vinham crescendo desde então. **Em 2017 e 2018, no entanto, o programa sofreu redução de orçamento pela primeira vez desde sua criação**. Ainda segundo a pesquisa, são raros estudos sobre políticas de assistência estudantil e suas relações com a permanência de estudantes nos cursos de graduação.

DESIGUALDADES NO PROCESSO DE INCLUSÃO DIGITAL

“

*A região onde os Guarani Kaiowá se encontram, seja no vale do Javari ou na Cabeça do Cachorro, são regiões que precisam dessa infraestrutura ainda. No sul do estado do Mato Grosso do Sul existe um aparato de internet, mas as terras indígenas demarcadas carecem de conexões estáveis. Na fronteira imediata do Brasil com o Paraguai, a conexão só é possível **por meio do 3G** e, para uma possível melhoria, é preciso comprar um chip paraguaio. **O acesso precário impede que essas comunidades tenham um acesso com regularidade a essas tecnologias de informação.** As escolas que garantem a instalação do WiFi junto a Secretaria de Educação ou as comunidades que têm pontos de cultura em seus territórios só garantem esse acesso porque existem indígenas que acessam o espaço da universidade e circulam nesses espaços de poder.*

TATIANE KLEIN

”

“

*Falamos de um acesso que é realizado em sua maioria pelo celular, e mesmo que gratuito, são disponibilizados por aqueles que consomem nossos dados e transformam em grandes fortunas, como é o caso de empresas como o Facebook, Instagram e Google. É possível pensar em inclusão quando esse acesso é realizado por meio de aplicativos privados? Essa reflexão que apresento é clara: **não basta somente o acesso. Esse acesso precisa proporcionar autonomia, justiça social, pensamento crítico e o verdadeiro acesso às tecnologias digitais.***

”

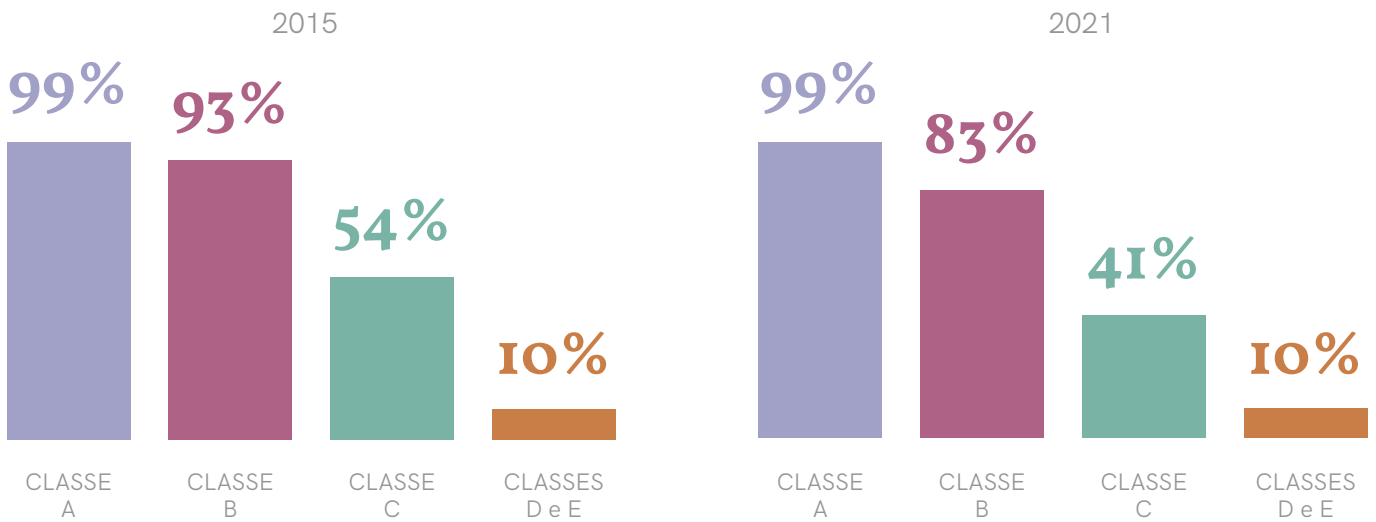
LEONARDO FOLETTO



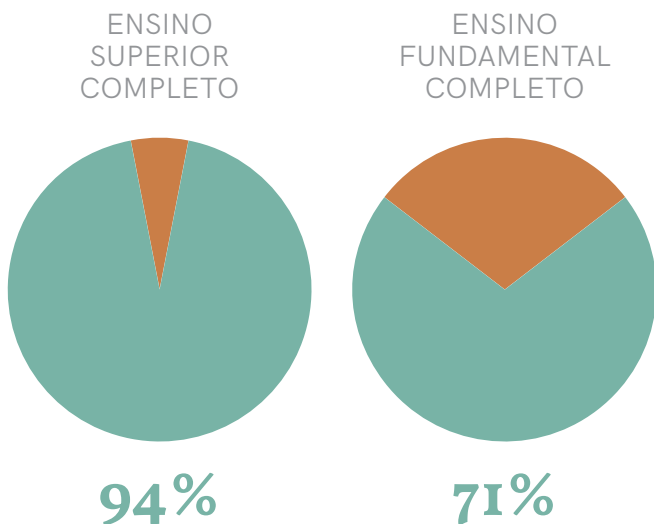
A inclusão digital é trazida ao mesmo tempo como transformação e desafio. Como colocado acima, é inegável o aumento do número de brasileiras(os) *online* nos últimos anos. Entretanto, o modo desigual como o acesso acontece, levando em consideração as diferenças de classe e regionais, é alarmante. Ainda que essas desigualdades sejam cruciais para compreendermos as desigualdades que constituem o cenário brasileiro, é importante mencionar que apenas em 2020 a pesquisa sobre o “Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nos Domicílios Brasileiros”, realizada anualmente pelo Comitê Gestor da Internet e pelo Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto Brasileiro, passou a incluir marcadores étnico-raciais nos dados coletados e analisados⁵³. Dentre os **dados de 2021**, destacamos:

Computadores estão presentes em 99% dos domicílios da classe A, 41% da classe C e apenas 10% das classes D e E. Com relação a esse mesmo dado, no comparativo dos anos, a classe A se manteve com a mesma proporção (99%); a classe B caiu de 93%, de domicílios com computadores em 2015, para 83% em 2021; a classe C saiu de 54%, em 2015, para 41% em 2021 e a classe D e E se manteve no índice de 10%, dos domicílios com computador, nos últimos 6 anos. Com relação aos dados dos usuários, a pesquisa recente apresenta diferenças entre classe e formação educacional. 98% das pessoas da classe A utilizam a internet. Na classe D e E esse número cai para 66%. Na mesma proporção, 94% dos usuários têm Ensino Superior e entre os com Ensino Fundamental Completo, apenas 71% têm acesso à internet. As desigualdades de qualidade no acesso se refletem também nos tipos de conexão e nos dispositivos utilizados. 89% da população das classes D e E tem acesso à internet exclusivamente pelo celular. O mesmo tipo de acesso também ocorre entre 67% de pessoas negras, enquanto entre brancos esse número cai para 54%. Os dados também confirmam que a pandemia da COVID-19 contribuiu para o aumento dessas desigualdades. **Em relação à pesquisa de 2019, o índice de usuários gerais com acesso exclusivo ao celular subiu 6pp.** Na região nordeste houve um aumento de 9pp, assim como entre as pessoas com Ensino Médio Completo.

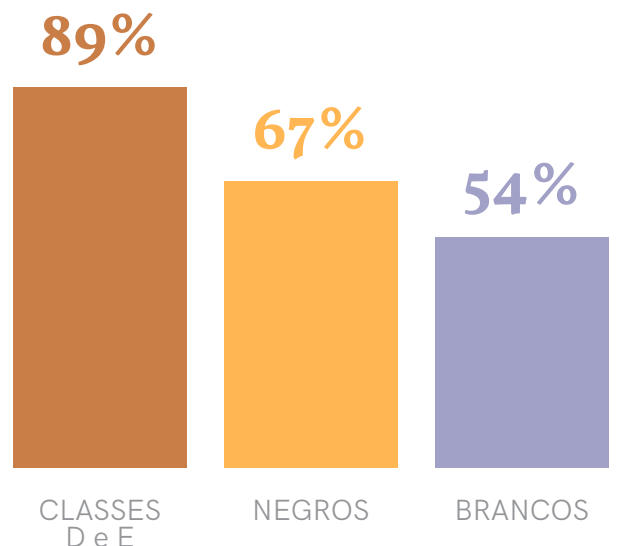
PERCENTUAL DA PRESENÇA DE COMPUTADORES NOS DOMICÍLIOS BRASILEIROS



PERCENTUAL DE USUÁRIAS(OS) COM ACESSO A INTERNET

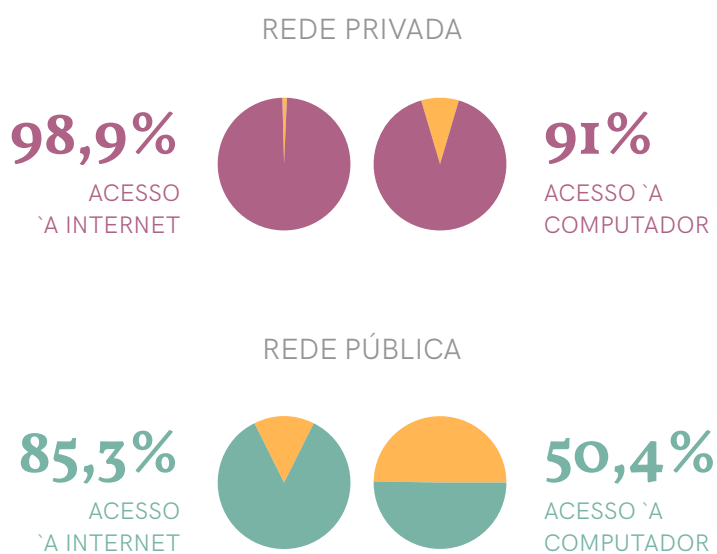


PERCENTUAL DA POPULAÇÃO QUE ACESSA A INTERNET EXCLUSIVAMENTE PELO CELULAR



Em 2019, estudantes de 15 a 17 anos que frequentavam a rede privada de ensino possuíam acesso quase universal à Internet (98,9%), sendo que 91% tinham computador ou notebook em seus domicílios e 90,5% possuíam acesso simultâneo à internet e à computadores ou notebooks. Por outro lado, na rede pública, durante o mesmo ano, 85,3% das(os) estudantes possuíam acesso à internet em casa e apenas 50,4% possuíam acesso a computador ou notebook. Tratando da presença simultânea de Internet e computadores ou notebooks, esse número caía para 48,6%. Em termos absolutos, essas porcentagens indicam que 3,6 milhões de alunos de 15 a 17 anos de idade não tinham acesso a equipamentos e conexão, em um total de 6,8 milhões⁵⁴.

PERCENTUAL DE ESTUDANTES COM ACESSO À INTERNET E COMPUTADORES (2019)



Desse modo, os dados demonstram que a **escola para estudantes de baixa renda - em sua maioria negras(os) e indígenas - coloca-se não só como o lugar onde se come, mas também onde se tem acesso à internet**. Muitas vezes, em regiões interioranas, a escola é uma das poucas unidades públicas onde se pode acessar a internet via WI-FI. Nesse sentido, o **acesso à tecnologia de qualidade se coloca como um desafio relacionado diretamente à renda, à classe social, à regionalidade e ao pertencimento étnico-racial**.

CONSUMIR VERSUS PRODUZIR

“

*As populações negra e indígena não são vistas e legitimadas como desenvolvedoras de ambientes digitais. São lidas apenas como **usuárias e não como autoras**, o que reforça a exclusão e segregação.*

”

JULIANE CINTRA



“

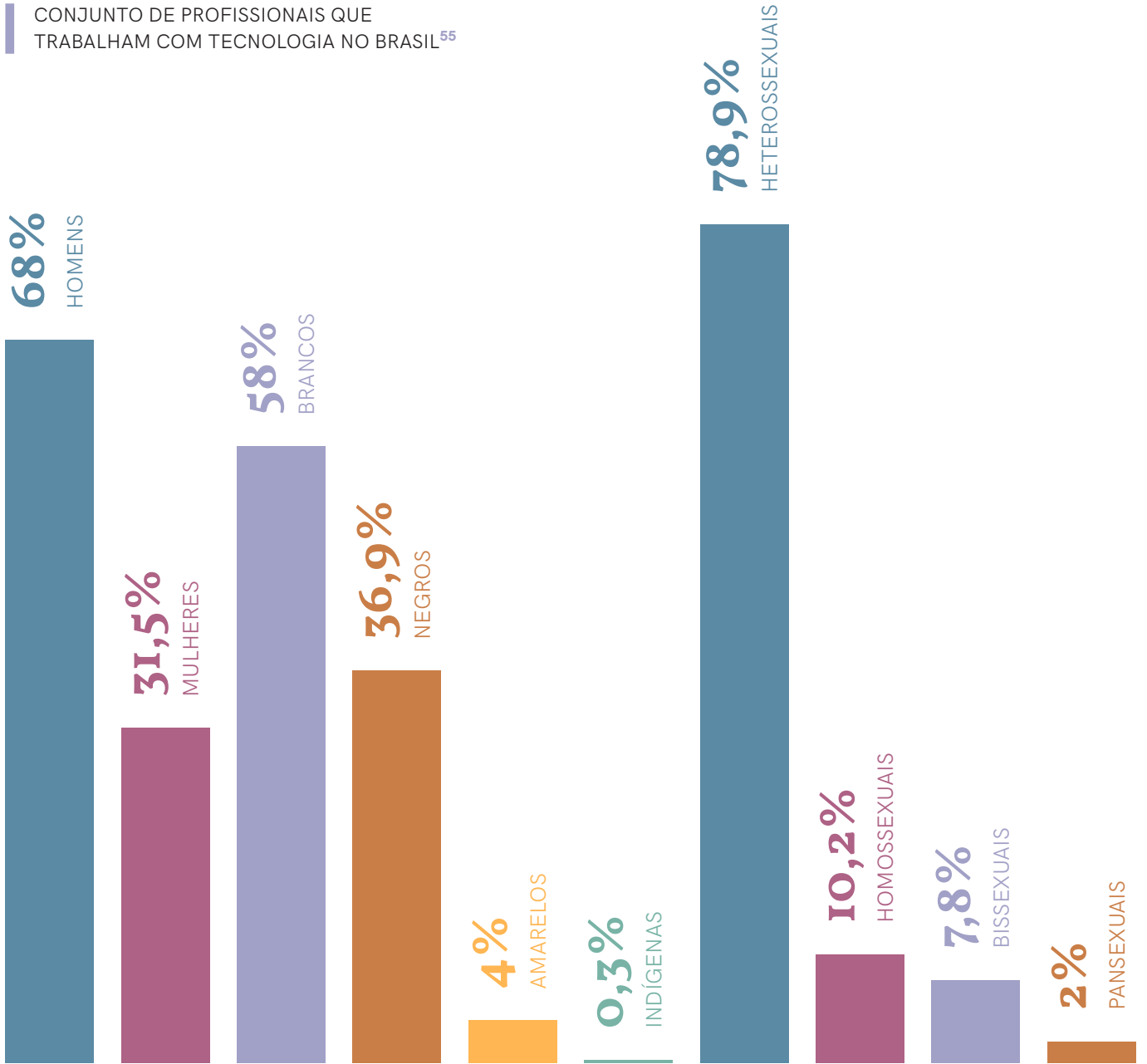
Populações vulnerabilizadas precisam sair da posição de consumidoras e tornarem-se produtoras de conhecimento e de conteúdo também.

”

NANASHARA PIAZENTIN

O número de pessoas negras, no Brasil, corresponde a aproximadamente 50% da população. Isso, em teoria, significaria que essa população poderia ser a principal consumidora de produtos relacionados à tecnologia e, ao mesmo tempo, representaria pelo menos metade daquelas(es) que estão presentes nos empregos do campo tecnológico. O cenário, no entanto, não é bem assim. **Estudo realizado em uma parceria entre PretaLab e ThoughtWorks** com pessoas que trabalham, em empresas com foco ou em departamentos de tecnologias apontou que, em 32,7% das empresas, não há nenhuma pessoa negra nas equipes de trabalho, e em 95,9% delas não existe nenhum funcionário que seja indígena. De acordo com a mesma pesquisa, o conjunto de profissionais que trabalham com tecnologia no Brasil é majoritariamente composto por homens, brancos e heterossexuais. Os dados foram coletados a partir de um formulário *online*, entre novembro de 2018 e março de 2019, tendo 693 respostas de 21 estados, incluindo o DF.

CONJUNTO DE PROFISSIONAIS QUE TRABALHAM COM TECNOLOGIA NO BRASIL ⁵⁵



32,7%
das empresas não tem nenhuma pessoa negra nas equipes de trabalho

95,9%
das empresas não tem nenhuma/nenhum funcionária(o) que seja indígena

A única pesquisa a qual tivemos acesso com olhar específico para as diferenças de raça/etnia na tecnologia foi esta produzida pelo PretaLab em parceria com a ThoughtWorks. **Não encontramos dados produzidos por órgãos oficiais do governo e não tivemos acesso a nenhuma política pública direcionada especificamente ao combate às desigualdades no campo da tecnologia.**

ÓDIO, RACISMO E COLONIALISMO DE DADOS



CLIQUE AQUI



“

*Acredito que há um longo caminho para a nossa inserção, algo recorrente em todas as falas, e seguimos em uma disputa pela visibilidade, pelo uso de equipamentos, o acesso de qualidade à internet por pessoas em comunidades distantes. E, ao mesmo tempo, quando conseguimos acessar esses espaços, há a **reprodução de opressões dentro desses ambientes**, uma via de mão dupla que nos permite o acesso, mas temos que lidar com **o discurso de ódio, o racismo do algoritmo, o colonialismo de dados, a desinformação** que afeta as populações que acessam a internet via celular. É preciso um acesso crítico ao universo digital para conseguir utilizar essa ferramenta para produzir e disseminar conhecimento.*

”

GLENDANTAS

A necessidade de encarar o ecossistema digital a partir de um olhar crítico, abrindo espaço para compreender como desigualdades que estruturam a sociedade brasileira são reproduzidas e ganham outras dinâmicas nas redes sociais, tem feito organizações da sociedade civil produzirem dados que demonstrem de forma concreta como grupos historicamente minorizados podem ser vitimizados nesse processo. Aqui, elencamos algumas iniciativas que trilham esse percurso.

Em 2019, o pesquisador Tarcízio Silva⁵⁶, mestre em Comunicação (UFBA) e doutorando em Ciências Humanas e Sociais (UFABC) lançou uma timeline interativa chamada “Linha do Tempo do Racismo Algorítmico: casos, dados e reações”. **A plataforma retrata ano a ano, desde 2010, casos, reportagens e reações ao racismo algorítmico, contextualizado pelo pesquisador como a reprodução e intensificação do racismo na sociedade por meio de plataformas digitais, mídias sociais, aplicativos e inteligência artificial.** Dentre os casos citados na Linha do Tempo estão, por exemplo, a denúncia em 2015 da ferramenta GooglePhotos que taggeou pessoas negras como “gorilas”, pois sua tecnologia de reconhecimento facial não reconhecia seus rostos como humanos, um aplicativo de 2017 que transformava selfies e equiparava beleza a brancura e, ainda, a exclusão pela plataforma LinkedIn de um anúncio de vaga afirmativa em 2022, por considerá-la discriminatória.

Comunidades, algoritmos e ativismos digitais: Olhares afrodiaspóricos - Também organizado por Tarcízio Silva, **o livro reúne reflexões sobre a relação entre raça, racismo, negritude e branquitude com as tecnologias digitais como algoritmos, mídias sociais e comunidades online.** O material possui 14 capítulos de pesquisadoras e pesquisadores brasileiros e estrangeiros, além de traduções de materiais inéditos na língua portuguesa. O livro faz parte da construção de uma narrativa complexa sobre comunicação digital e dinâmicas raciais exercidas nos espaços virtuais.

A pesquisa **“Prioridades antirracistas sobre tecnologia e sociedade”**, realizada pela **Ação Educativa** e a REDE Negra em Tecnologias e Sociedade, com o apoio da **Fundação Mozilla**, compila dados sobre **a relação entre a utilização de procedimentos algorítmicos**, automatização e inteligência artificial e a promoção e **manutenção do racismo no Brasil**.

MonitorA - é um observatório de violência política e eleitoral contra candidatas(os) nas redes, que teve início durante as eleições municipais de 2020, em uma parceria do InternetLab e da Revista AzMina. De natureza qualitativa-quantitativa, em 2020, a metodologia do MonitorA foi elaborada a partir da seleção de 175 candidaturas — entre mulheres e homens de distintos pertencimentos identitários e espectros político-ideológicos — aos cargos de vereança, prefeitura e vice-prefeitura em 13 estados de todas as regiões do Brasil. Durante a realização do MonitorA, nos deparamos com a necessidade de compreender **como diferentes grupos sociais são atingidos a partir de seus locais de pertencimento étnico-racial, identidade de gênero, sexualidade, geração e territorialidades. A pesquisa identificou que a violência política se direciona às mulheres de forma geral, independentemente do espectro ideológico em que estão situadas, e, ao mesmo tempo, percebeu que o racismo e a lgbtqia+fobia, com ênfase na transfobia, são discriminações que se fizeram substancialmente presentes nos ataques às candidaturas.**

Especial Discurso de Ódio - foi um conjunto de entrevistas realizado com pesquisadoras(es) e operadoras(es) do direito que trazem **reflexões sobre violência contra mulheres na internet**. Foram entrevistadas para o especial: Fabiana Benedito, jornalista, mestra em divulgação científica e cultural e militante da Marcha Mundial das Mulheres (MMM); Jesz Ipólito, gestora de projetos e social media; Luiza Ferreira, antropóloga, doutoranda, não-binária e transativista; Paula Bernardelli, advogada das áreas de direito digital, eleitoral e administrativo; e Silvia Chakian, promotora de justiça do Ministério Público de São Paulo.


Understanding How Influence Operations Across Platforms Are Used To Attack Journalists And Hamper Democracies - desenvolvido por Internet Lab, INCT.DD, Instituto Vero, DFR Lab, AzMina e Volt Data Lab. O estudo tem por objetivo **compreender os padrões de ataques a jornalistas em ambientes digitais, com especial foco em questões de gênero e raça**. No âmbito do projeto, no início de 2022 foram publicadas duas matérias sobre a análise de dados coletados no Twitter que concluíram: (i) **Jornalistas negras e indígenas são ofendidas quando se posicionam contra racismo** e (ii) **Mulheres jornalistas recebem mais que o dobro de ofensas que colegas homens na plataforma**. Novamente olhar para as ofensas e ataques nos fez notar a importância de um **olhar atento para as práticas de violência que acontecem contra grupos sociais historicamente marginalizados e quais são as especificidades desses ataques dependendo, dentre outras coisas, da plataforma em questão**.

O InternetLab vem desenvolvendo pesquisas sobre os impactos da **datificação nos programas de proteção social**, com enfoque nos impactos da introdução de tecnologias e tratamento de dados no direito à privacidade de mulheres e pessoas em situação de vulnerabilidade. No artigo **“Presas na rede proteção social: Privacidade, gênero e justiça de dados no Programa Bolsa Família”**, Mariana Valente, Natália Nérís e Nathalie Fragoso analisam **o uso de dados pessoais por parte de programas de transferência e demonstram como a datificação do Programa Bolsa Família reflete-se em uma exposição desproporcional de mulheres a violações com base em dados e a vigilância social**. A frente de pesquisa sobre proteção social do InternetLab produziu, também, o relatório **“O Auxílio Emergencial no Brasil: Desafios na implementação de uma política de proteção social datificada”**, que analisa os **impactos diretos do tratamento de dados pessoais nos direitos subjetivos das beneficiárias do Auxílio Brasil**, e também as limitações do emprego de bases cadastrais e da digitalização de políticas sociais na efetivação da justiça distributiva.



UM OLHAR ESTRATÉGICO PARA O FUTURO

A partir do reconhecimento de acertos e dificuldades, passamos para o momento mais desafiador do mapeamento: como podemos garantir que o cenário de produção e difusão de conhecimentos por pessoas negras e indígenas, tendo em conta tudo o que foi dito, continuará em movimento? Quais as estratégias certas para nos movermos no futuro? Os diálogos travados abriram novos horizontes e indicaram pistas de por onde podemos seguir. Em outras palavras, **o que deve nascer, o que deve deixar de existir e o que deve frutificar.**



DIREITOS DIGITAIS COMO DIREITOS FUNDAMENTAIS



É muito importante que a gente repense essa epistemologia negra, feminista, da tecnologia a partir também do olhar e do modo como a gente se organiza para assegurar a mobilização política em torno destas pautas. Porque não é só abrir espaço para pessoas negras, por exemplo, para estarem dialogando sobre, mas é, também, **repensar os espaços de mobilização e articulação política no campo** - porque, muitas vezes, são esses espaços que são decisivos para a definição de políticas públicas e outras dimensões. E a gente sente que, no campo da organização de direitos humanos, ainda, em sua maioria, são organizações brancas, que estão nos espaços de decisão, estão conduzindo os debates relacionados a direitos digitais. E aí a gente acaba não acolhendo organizações do movimento negro, de mulheres negras e outros coletivos que não estão organizados na lógica que a gente definiu para a institucionalidade. Então, a gente volta de novo “para que tudo que tem não nos cabe” e como isso é estruturado para ser dessa **maneira excludente**. É uma estratégia que faz com que a gente **não se sinta parte e nem autor** dessas perspectivas todas.

JULIANE CINTRA



Pensamos sempre no diálogo com o terceiro setor, com a sociedade civil, mas é importante pensar na comunidade técnica que constrói essas redes em comunidades tradicionais, indígenas, rurais e distantes. É importante pensar na **implementação de mais redes comunitárias**; é preciso pensar nossa **inserção nesses ambientes de tecnologia** a partir da educação digital e midiática; pensar nas escolas e formar novas gerações.

GLENDA DANTAS

Defender os direitos digitais e a tecnologia como direitos humanos é um caminho estratégico para ampliar o número e a diversidade de agentes sociais nos debates e nos espaços de tomada de decisão. É necessário, portanto, trabalhar em conjunto com um número amplo de organizações da sociedade civil, atores sociais e da comunidade técnica. A partir de um olhar intersetorial e atravessado pelas diversidades que constituem as pessoas envolvidas, podemos pautar quais são as pautas específicas de diferentes regiões do país, das populações negra e indígena. Para tanto, é importante também que organizações e sujeitos que não estão necessariamente no campo dos direitos digitais sejam parte desses espaços, pensando conjuntamente em quais saídas são necessárias para nos movermos em direção a um futuro mais equânime. Com esses tópicos em mente, algumas organizações vêm desenvolvendo projetos com foco nas populações indígenas e negras, além de estarem também presentes em espaços de decisões nacionais e internacionais.

CLIQUE AQUI



PROJETO TECNOLOGIA: ROSTOS, VOZES E COR

É desenvolvido pela **Conexão Malunga**, plataforma dedicada à discussão do uso de tecnologias para autonomia, e consiste na **divulgação de vídeos, elaborados por jovens artistas da Bahia e do Sergipe, sobre fundamentos da legislação sobre Internet no Brasil.**

Iº SIMPÓSIO INDÍGENA SOBRE OS USOS DA INTERNET

Foi realizado em 2010, na Universidade de São Paulo. O evento reuniu representantes de 16 povos indígenas e de 13 estados brasileiros com objetivo de fortalecer o protagonismo indígena no campo da política de inclusão digital.

WEBINDÍGENA

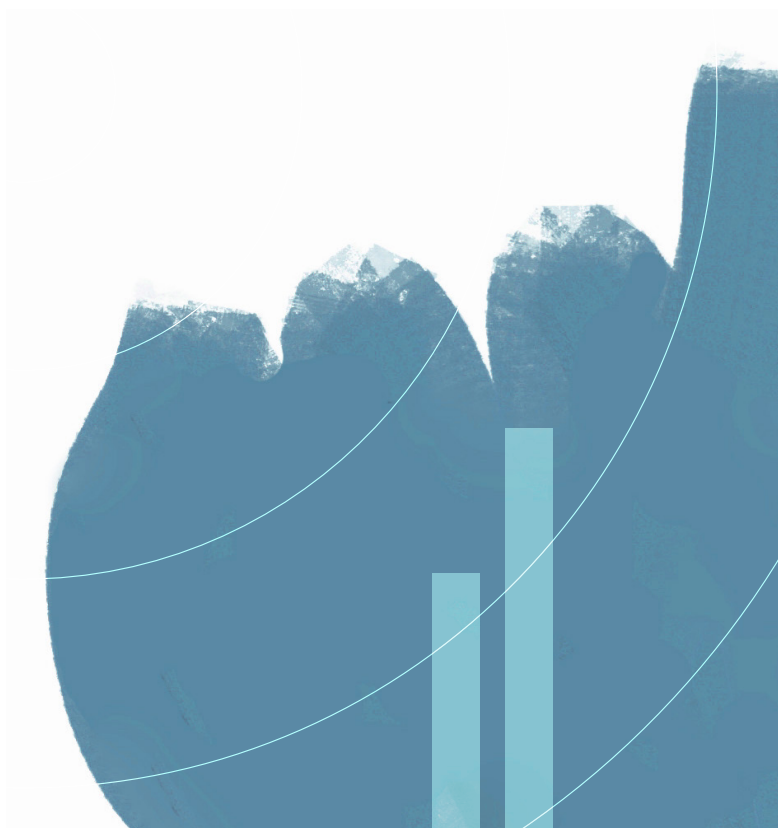
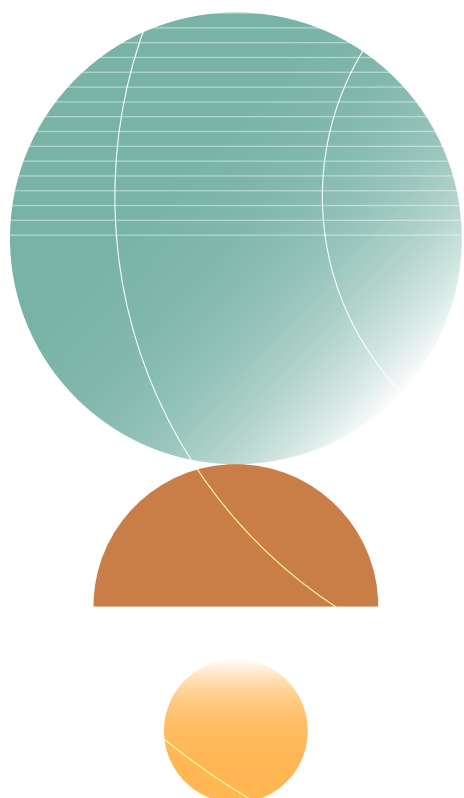
É um projeto de sistematização das ferramentas utilizadas por povos indígenas no contexto *online*. Na página da **PIB**, foi organizada uma lista de sites que são geridos e produzidos por pessoas indígenas.

CONEXÃO MALUNGA

É uma plataforma dedicada à discussão do uso das tecnologias de informação e comunicação para autonomia, com base em **conhecimentos afro-brasileiros.**

PROJETO PRETALAB

É uma plataforma digital que tem por objetivo **reunir mulheres negras pertencentes ou que desejam ser da área de tecnologia** por meio de ciclos formativos, consultorias, estudos, mercado de trabalho e rede de profissionais.



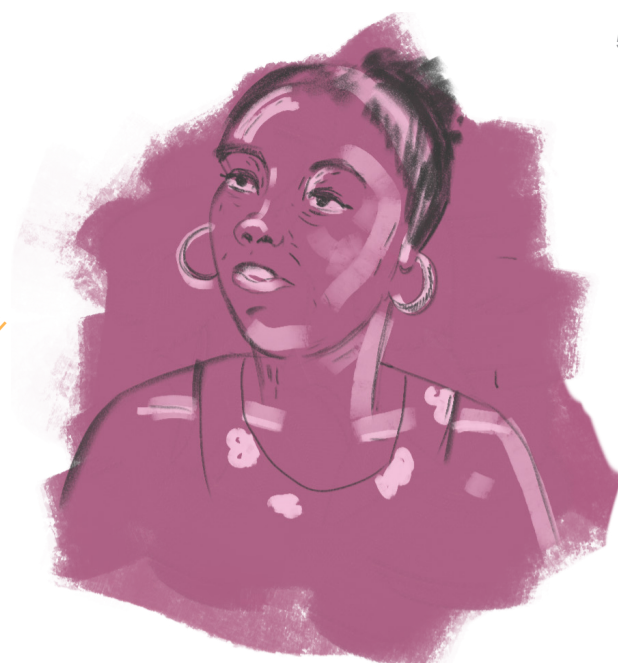
DRIBLAR O EPISTEMICÍDIO



É importante que a gente racialize, aponte a branquitude e tire ela desse lugar de universalidade, seja da produção de conhecimento ou seja de existência. Porque o rompimento com essa universalidade é o que vai dar, para os nossos selos, e para os nossos marcadores sociais, e para as nossas metodologias, o valor de serem válidas também. Algumas alternativas que se fazem é por exemplo a **construção de espaços de memória afetiva**. A gente usa tanto o Google Maps aí, vamos criar um aplicativo. **Um aplicativo que tenha uma referência afetiva de território**. Eu sou uma pessoa que falo muito de território porque acredito que a única transformação social possível é no chão onde a gente pisa e, a partir dele, a gente pensar [em] como a gente faz para ter o impacto na produção da Wikipedia, no conhecimento difundido nas plataformas alternativas. Mas é preciso pisar no chão do território para que a gente tire o conhecimento de lá.

DARA SANT'ANNA

CLIQUE AQUI



Por meio do **letramento racial** é possível fazer com que pessoas negras e indígenas se percebam como **agentes da sua própria história**, busquem seguir e ter como referências pessoas que tenham as mesmas vivências, corpos e história [que elas].

NICÉIA QUINTINO

Diante do epistemicídio, parte significativa das estratégias trazidas pelas(os) participantes se relacionam com a formação e o resgate do protagonismo da população negra e indígena no que diz respeito à produção e circulação do conhecimento. O letramento étnico/racial e digital combinam-se, em estratégia para “driblar” o epistemicídio e reconstruir no imaginário da população brasileira não só as noções do que são as pessoas negras e indígenas, mas também quais as noções de conhecimento que se conectam e se constituem mutuamente.

O número de projetos voltados para esse objetivo na sociedade civil são crescentes. Nos últimos anos, também foi possível observar projetos organizados pelas universidades e Secretarias Municipais e Estaduais. Entretanto, novamente nos colocamos diante de instabilidade política, visto que os projetos, quando realizados pelo estado, são pontuais e passam por constantes mudanças a depender de quem é a gestão. Trazemos algumas das estratégias tomadas por atrizes e atores da sociedade civil e de universidades.



GRUPO DE PESQUISA EM POÉTICAS AFROLATINOAMERICANAS E EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS (YALODÊ-GEPLAFRO)

É um coletivo de pesquisa vinculado ao Instituto de Letras e Linguística da Universidade Federal de Uberlândia (ILEEL/UFU) e dedicado à **promoção de discussões sobre raça, gênero e sexualidades na produção de conhecimento científico e nas poéticas transgressoras**. Para além das discussões teóricas, o grupo desenvolve alguns projetos como: (i) oferecimento de ensino de línguas estrangeiras (“LINGUAFRO - IDIOMAS AFIRMATIVOS”); (ii) oferecimento de bolsas de iniciação científica para estudantes negros da Escola Estadual do Parque São Jorge (“Projeto Afrocientistas”) e (iii) preparação para ingresso aos programas de pós-graduação (“Transnegressão”). A página do Instagram do grupo encontra-se **aqui**.

PRÊMIO EDUCAR

É desenvolvido pela organização não-governamental Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT). Tem como objetivo **potencializar e dar visibilidade às lutas por igualdade racial na Educação Básica** a partir do mapeamento, da identificação, da difusão, do reconhecimento e do apoio de práticas pedagógicas e de gestão escolar relacionadas à temática étnico-racial.

PROJETO SETA

Reúne **diversas organizações da sociedade civil, nacionais e internacionais**, com os objetivos de (i) promover a produção de evidências e pesquisas sobre educação antirracista; (ii) contribuir para o maior diálogo sobre o racismo nas comunidades escolares; (iii) aprimorar o diálogo nacional e a incidência sobre racismo na educação; (iv) mobilizar, formar e apoiar profissionais da educação com materiais educacionais para educação étnico-racial e (v) sensibilizar e formar gestores para a criação e implementação de políticas públicas.

PLATAFORMA ANCESTRALIDADE

Busca **reunir dados e verbetes de maneira colaborativa e contínua sobre ancestralidade negra e indígena**. A plataforma é organizada em três eixos temáticos: 1) arte e cultura; 2) democracia e direitos humanos; 3) ciência e tecnologia. Os verbetes, por sua vez, são divididos em: 1) biografias e trajetórias; 2) termos e conceitos; 3) marcos históricos. A plataforma é uma realização da Fundação Tide Setubal e do Itaú Cultural, em uma parceria com pesquisadoras(es) do **AfroCebrap** (Núcleo de Pesquisa e Formação em Raça, Gênero e Justiça Racial do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento).

GRUPO DE EXTENSÃO “SANZALA DIA NZAMBI” DA ESCOLA DE ARTES, CIÊNCIAS E HUMANIDADES DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (EACH-USP)

Realizou, em 2022, um curso de letramento racial, entre o período de 5 de abril a 26 de junho. A ideia foi **oferecer ideias críticas sobre questões raciais** a partir de três grandes tópicos: (i) panorama das questões raciais no Brasil; (ii) a experiência subjetiva de ser negra(o); (iii) o movimento de estudantes negros e negras nas universidades. O curso foi transmitido por meio de plataformas digitais.

BECO DA CORUJA PRODUÇÕES E INSTITUTO JANELAS DA ARTE

Elaboraram o Projeto Afro em Movimento. O projeto tem por objetivo a **formação e qualificação voltada para empreendedoras(es) negras(os)**. Dentre os 11 cursos que serão oferecidos, um terá como tema o letramento digital.

C/AA - CONSÓRCIO DE ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES AFIRMATIVAS

O Consórcio é uma articulação de núcleos de pesquisa com objetivo de **sistematizar o conhecimento acadêmico, dados e análises sobre a política de cotas no Ensino Superior**.

WARI'U; KATÚ; BENÍCIO PITAGUARY; DECOLONIZE; PAPO DE ÍNDIO

Esses são alguns canais do Youtube que tem como objetivo trazer informações sobre povos indígenas.

REVISTA LEETRA INDÍGENA

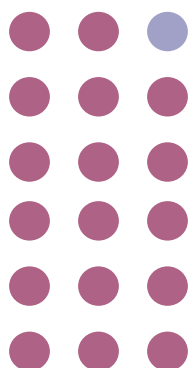
É um projeto coordenado pelo laboratório LEETRA da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) cujo objetivo é a **divulgação de artigos, resenhas, ensaios, relatos, autobiografias, poemas, crônicas ou outras modalidades de textos verbais e não verbais produzidos por indígenas** e também de textos escritos por autores não indígenas desde que o tema aborde descrição de línguas e culturas indígenas, literatura indígena, artes verbais ameríndias, etnomusicologia, etnomatemática, astronomia indígena, história dos movimentos indígenas, resistência, resiliência e territorialidade.

HUTUKARA

É um projeto focado na expansão da radiofonia Yanomami.

PLATAFORMA NIMUENAJÚ

É uma versão *online* do Mapa Etno-Histórico do Brasil e Regiões Adjacentes, criado pelo etnólogo Curt Nimuendajú na primeira metade do século XX. Em ambiente digital, o usuário pode ter acesso ao banco de dados elaborado a partir das informações contidas nos documentos originais e nas versões impressas (mapas e livros).





IMPRENSAS NEGRAS E INDÍGENAS

“

A imprensa negra nos ajuda a compreender nossa história como referência e resistência pela trajetória de disputa de narrativas e a perspectiva de produzir conhecimento.

”

GISELLE DOS ANJOS

“

O movimento indígena pode convidar o movimento negro para construir a luta e criar um espaço de fala. As separações e barreiras às vezes impedem a circulação de informações. Ao me colocar nesses espaços, consigo expandir a visão do que é indígena, porque interagindo com outros não-indígenas posso contar minha história, falar de nossa cultura.

MARIA ANNA RORY

”



“

Tudo aquilo que o movimento negro conquista e faz ressoa nos movimentos indígenas e trans, e vice-versa. Estamos em uma relação de compartilhamento e fortalecimento através da resistência, e por isso é preciso construir mais pontes de diálogo e criar mais potência.

”

LUZ BRITO

Nas últimas décadas, temos assistido ao crescimento de veículos específicos de imprensa negras e indígenas, que se constroem a partir de diferentes perspectivas: gênero, periferia, ocupação de espaços universitários.

GELÉDES INSTITUTO DA MULHER NEGRA

É uma organização da sociedade civil que, desde sua fundação em 1988, desenvolve projetos relacionados à **defesa de mulheres e pessoas negras** por meio de diversas frentes: (i) saúde; (ii) comunicação; (iii) políticas públicas e (iv) direitos humanos.

ALMA PRETA

É uma agência de jornalismo dedicada a informar a sociedade por meio da perspectiva racial negra e periférica.

BLOGUEIRAS NEGRAS

É um projeto que reúne mais de duzentas autoras negras e estimula a **produção de conteúdos sobre racismo, sexismo, transfobia, classismo, gordofobia e lesbofobia** a serem divulgados em veículos de comunicação independentes.

PERIFACONNECTION

É uma plataforma de **disputa de narrativa das periferias**.

CULTNE TV

É uma **plataforma online e gratuita de streaming de cultura negra**. A plataforma reúne conteúdos das mais diversas áreas: cultura, esporte, política, gastronomia, arte, música e literatura. O objetivo principal do projeto CULTNE é fazer com que pessoas negras se sintam representadas em séries, shows, filmes, documentários, entre outros.

RÁDIO YANDÊ

É a primeira rádio indígena *online* do Brasil, cujo objetivo é a **difusão da cultura indígena** e a desconstrução de imagens distorcidas e preconceituosas.

VOZ INDÍGENA

É um programa de rádio divulgado pela rádio da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) que tem por objetivo a **difusão de línguas e culturas indígenas** por meio de entrevistas, músicas, debates e relatos dentro desta temática.

JORNAL PORANTIM

É um **jornal impresso do Conselho Indigenista Missionário**, organismo vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil que atua em defesa do direito dos povos indígenas no Brasil.

THYDEWA

É uma organização não governamental formada por quatro indígenas e não indígenas e dedicada a uma série de atuações, sendo, uma delas, um **blog responsável por divulgar projetos indígenas**.

A DISPUTA POR RECURSOS

“

*Temos que **reformular a escola indígena**, nossos livros didáticos, produzir artigos sobre a violação de direitos e genocídio indígena, e seguir em resistência.*

”

**TONICO BENITES
GUARANI-KAIOWÁ**

“

*Pensar iniciativas que tenham como foco central o equilíbrio entre o objetivo de compartilhar coleções abertas e a **necessidade de priorizar os interesses de comunidades tradicionais e seus patrimônios culturais.***

”

NANASHARA PIAZENTIN

“

*É preciso avançar as tecnologias pensando como elas interferem nos contextos comunitários para produzir transformações importantes para as lutas coletivas. A inclusão acontecendo sob forma de integração, [muitas vezes as] **tecnologias [são usadas] como ferramentas de domesticação e epistemicídio.***

”

TATIANE KLEIN

A disputa por recursos apareceu nas falas das(os) participantes como uma forma possível de enfrentar o lugar comum de consumidor de tecnologias e a passagem para se tornar também alguém que produz a partir de aparatos tecnológicos. Foram citadas diferentes formas de lidar com esse problema, como a produção de manuais que ensinem a instalar provedores comunitários de internet, a organização de trabalhos feitos por pessoas periféricas para que contribuam com conhecimentos sobre os territórios habitados pelos corpos também periféricos, e a organização de estratégias para criar formas que façam sentido, para populações negra e indígena, no que diz respeito a compartilhar conhecimentos tradicionais. Citamos algumas iniciativas que foram citadas para exemplificar o que poderia vir a ser feito:

LABJACA

É um laboratório de **dados e narrativas sobre favelas e periferias** com sede na favela do Jacarezinho, na zona norte do Rio de Janeiro. A sua atuação se dá, sobretudo, nas áreas de comunicação, produção de dados e formação.

ARTIGO 19

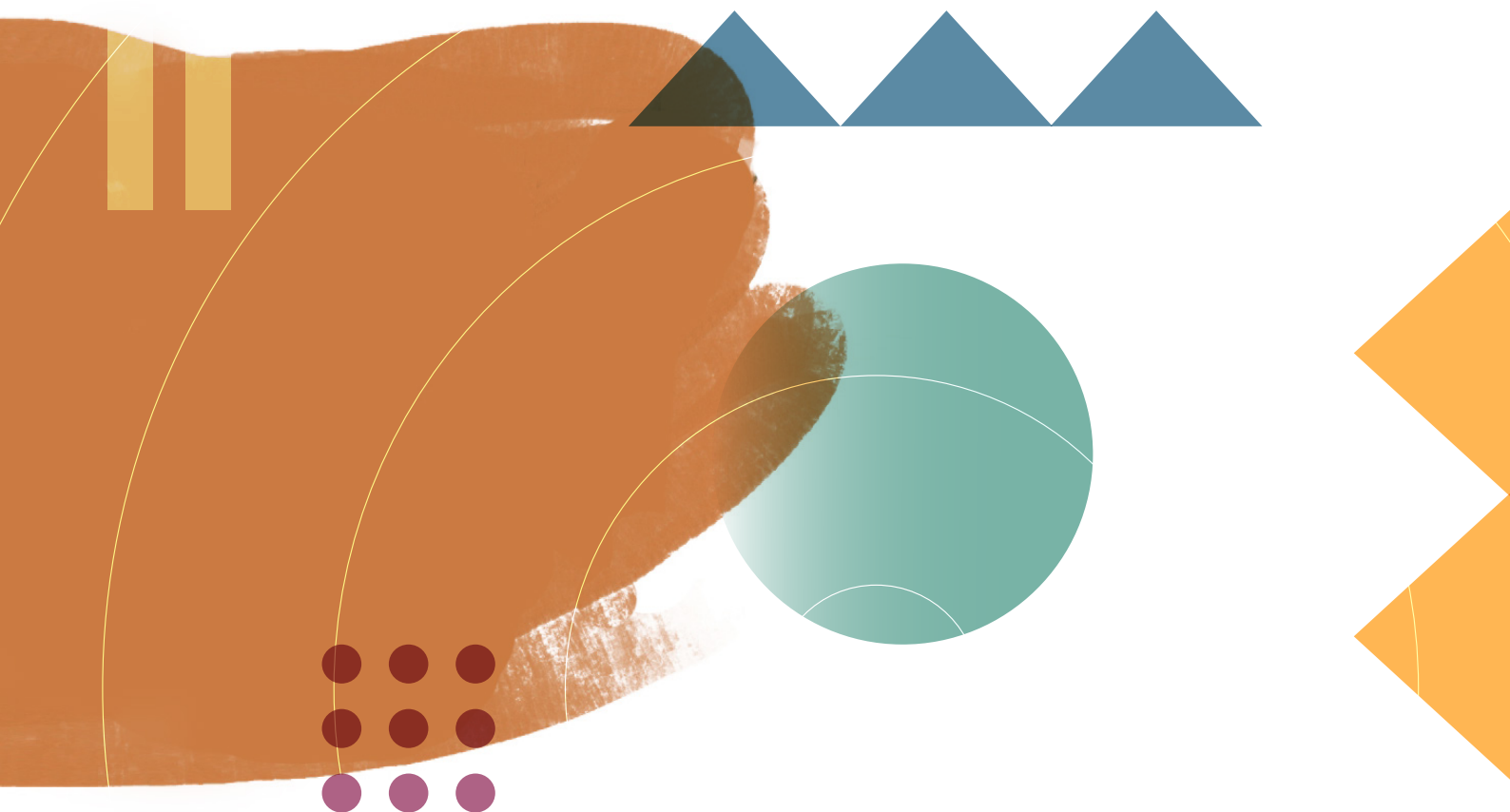
Organização não governamental de direitos humanos, em conjunto com o **Instituto Bem Estar Brasil** e a **Associação Nacional de Inclusão Digital (Anid)**, elaboraram o guia **“Como Montar e Regularizar um Provedor Comunitário”**. No guia, há instruções e informações sobre as etapas que devem ser seguidas para a **instalação de um provedor comunitário de internet** por meio de rádio, cabo ou rede mesh, além de informações sobre a legislação existente, a posição do Judiciário em casos de conflito e os padrões internacionais de direitos humanos relacionados ao acesso à internet.

LOCAL CONTEXTS

Tem como objetivo promover e **legitimar os processos de decisão locais e as estruturas de governança indígenas para o compartilhamento de dados históricos, contemporâneos e futuros do patrimônio cultural indígena**. Nesse sentido, oferece estratégias digitais para que sociedades indígenas possam gerenciar suas propriedades culturais e intelectuais, seus patrimônios culturais, assim como seus dados ambientais e seus recursos genéticos.

INICIATIVA PIPA

Tem como principal missão contribuir para **democratizar o acesso aos investimentos sociais privados**, por organizações de base favelada e periférica.



CONHECIMENTO LIVRE COMO PRÁTICA E ESTRATÉGIA



“

A promoção da igualdade no acesso e nas contribuições de conhecimento é uma questão na estrutura da comunicação, e essa dinâmica impacta a reflexão sobre conhecimento livre, uma vez que os segmentos sociais não têm a mesma igualdade. O antônimo ao conhecimento livre seria o conhecimento de acesso restrito, enjaulado, enclausurado, proibido. Na outra linha, quando pensamos em conhecimentos de povos tradicionais e sua proteção, é pensar que a proteção não está necessariamente contraposta ao livre acesso. É possível combinar conhecimento, ser livre e protegido de usos que desvirtuem sua natureza e finalidade. O problema é cooptar o conhecimento de um povo indígena para transformá-lo em mercadoria.

”

PAULO RENÁ

A presença, nos eventos, não só de atrizes e atores dos movimentos negros e indígenas, mas ativistas na defesa do conhecimento livre fez com que esse modelo de produção e circulação de conhecimento fosse colocado como uma das estratégias possíveis para diminuição das desigualdades. Todavia, o conceito de livre (de quê? Para quem? Por quê?) não é livre de disputas, especialmente a partir da perspectiva da produção e acesso ao conhecimento por parte de populações historicamente marginalizadas.

A Creative Commons e a Wikipédia são reconhecidas no Brasil e no mundo como o conhecimento livre colocado em prática. Buscam apresentar alternativas concretas a formas hegemônicas de apropriação do conhecimento e da cultura, permitindo o compartilhamento e a criação de um conjunto cultural comum e de caráter público. Há uma série de debates em curso sobre como essas iniciativas se relacionam com as diferentes e desiguais formas de produção e circulação do conhecimento, e se os efeitos são iguais para diferentes populações e formas de saber.

“

Não basta colocar os detentores de outros tipos de narrativa em outra posição e valorizar isso, mas levar a sério a estrutura e o modo como o conhecimento desses sujeitos acontece. Há uma grande variação nos modos e protocolos de conhecer.

”

TATIANE KLEIN

CREATIVE COMMONS



A iniciativa [Local Contexts] oferece estratégias para comunidades e instituições por meio de selos de conhecimento tradicional e selo de conhecimento biocultural, sendo um mecanismo bem prático para promover a soberania dos povos indígenas. São inspirados nas licenças de Creative Commons a nível de metadados, os selos conseguem reformular a propriedade intelectual como “culturalmente determinante” e alertam os protocolos sobre como usar os materiais a partir do que cada comunidade determina. Existem diversos selos por exemplo, a determinação sobre quem é o guardião daquele conhecimento, suas fontes e como atribuir o uso; ou o selo de “comunidade” ou “clã”, se é de propriedade de mais de uma comunidade, se há custódia ou controle por parte de cada comunidade; se é aberto ou não para comercialização, entre outros.



NANASHARA PIAZENTIN

A Creative Commons é uma organização não governamental sem fins lucrativos com sede na Califórnia, fundada em 2001, com o objetivo de expandir a quantidade de obras criativas disponíveis através de suas licenças que permitem a cópia e compartilhamento com menos restrições que o tradicional “todos os direitos reservados”⁵⁷. Para esse fim, a organização criou diversas licenças moduláveis, conhecidas como licenças Creative Commons, lançadas pela primeira vez em dezembro de 2002.

O Brasil foi o terceiro país do mundo a se juntar ao projeto Creative Commons, logo após o Japão e a Finlândia⁵⁸. As licenças Creative Commons foram formuladas em português em processo colaborativo, com participação pública por meio de discussões ocorridas por meio da lista CC-BR, criada para fomentar o debate jurídico em torno das licenças do projeto, e com o apoio de juristas atuantes na área de propriedade intelectual. Esse processo contou, inclusive, com rodadas de discussões promovidas pela Associação Brasileira da Propriedade Intelectual (ABPI).

Naquele momento, as licenças Creative Commons tornavam-se uma alternativa importante para as formas predominantes de proteção e exclusão de acesso a conteúdos protegidos por direitos autorais. Com o tempo, as licenças tornaram-se uma espécie de infraestrutura jurídica de muitos projetos, iniciativas e movimentos, como o de Acesso Aberto à produção científica (todos os artigos no **Scielo** são licenciados em Creative Commons), acervos abertos de instituições de memória (ver o **Projeto Tainacan**, uma iniciativa conjunta do governo federal com universidades para dar acesso livre a acervos de instituições brasileiras), e de projetos massivos de compartilhamento e colaboração como a Wikipédia.

WIKIPÉDIA



“

A Wikipédia é uma plataforma importantíssima para democratizar o saber através dos verbetes. Para nós, o povo Puri, até 2015 a informação na internet era de que estávamos extintos desde 1883 e, hoje, todos aqueles que acessam o verbete sobre nós, conseguem ler nosso histórico de sobrevivência e resistência, que somos aproximadamente 700 pessoas com quatro organizações vigentes. Essa plataforma é importante porque é aberta e imediata, sendo o primeiro resultado que aparece no buscador, mas o acesso só pode ser efetivo uma vez que haja melhores recursos como conexão e aparelhos eletrônicos para que as comunidades possam ler, revisar e reescrever suas histórias.

”

RAIAL ORUTU PURI

A Wikipédia é uma enciclopédia multilíngue de licença livre, baseada na web e escrita de maneira colaborativa⁵⁹. Foi lançada em 15 de janeiro de 2001 e tornou-se uma das maiores e mais populares coleções de referência geral na internet. A Wikipédia em português⁶⁰ foi a terceira edição da Wikipédia a ser criada, simultaneamente com outras línguas, e iniciou suas atividades em 11 de maio de 2001. Ela é o vigésimo segundo site mais acessado do Brasil⁶¹ e, em maio de 2022, a Wikipédia lusófona contava com 1.090.735 artigos.

A Wikipédia de língua portuguesa abrange os falantes dos diversos países e territórios lusófonos (Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Macau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste), o que faz com os artigos possam conter pequenas variações⁶². O projeto global da Wikipédia encontra-se sob administração da Fundação Wikimedia, uma organização sem fins lucrativos cuja missão é “empoderar e engajar pessoas pelo mundo para coletar e desenvolver conteúdo educacional sob uma licença livre ou no domínio público, e para disseminá-lo efetivamente e globalmente”⁶³.

Como a Wikipédia foi a plataforma que apresentamos nominalmente na questão norteadora para pensar estratégias, surgiram em falas dos convidados sugestões objetivas de articulação e uso com essa plataforma para diminuição das desigualdades. Organizamos aqui duas principais estratégias colocadas de como a Wikipedia poderia contribuir:

WIKIPÉDIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA



Então,[poderíamos], por exemplo, dialogar com a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil). Para que a OAB promova algum tipo de proteção, para esse tipo de conhecimento, ou **dialogar com escolas. Para que as escolas promovam e fomentem esse tipo de conhecimento.** As universidades possam ter projetos como o Wikiversidade. **Promover o Wikitonas, para os segmentos sociais que já têm acesso, usarem o seu privilégio em favor da divulgação de conhecimento.** As pessoas que têm esse acesso facilitado poderiam também dar essa colaboração. E aí um jeito seria treinar as pessoas por meio de Wikitonas.

PAULO RENÁ



Eu já vi várias vezes, por exemplo, essas maratonas de preenchimento de verbetes que a Wikipédia já promoveu em vários temas. Esses professores, como muitas vezes não estão preparados para essas disciplinas, e existem aqueles sistemas apostilados, pelo menos aqui no estado de São Paulo, eles curtem muito esses projetos que são multidisciplinares e que tragam informação para que eles possam trabalhar com os alunos, né. Então é uma possibilidade. **Acho que é uma oportunidade, por exemplo, da gente pensar nessas maratonas de preenchimento de verbete.** Por que a gente vai trazer tanto conteúdo que está relacionado às produções, [...] isso também seria **um jeito de valorizar ações do próprio território.**

CLIQUE AQUI



JULIANE CINTRA



WIKIPÉDIA EM PROJETOS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



É importante estreitar os laços entre a academia e a sociedade, algo que pode acontecer com o projeto da Wikipédia de forma colaborativa. Na universidade, o papel das atividades de extensão permite concorrer a editais e bolsas que ajudam a resolver algumas das questões materiais de produção de conhecimento. **Quando a ciência é homogênea, ela é menos científica.** No meio desse horror que vivemos, não podemos nos dar o luxo de sermos pessimistas. **O otimismo tem que nos impulsionar e aprofundar as mudanças que as ações afirmativas promovem.**

VERÔNICA TOSTE



Sobre projetos de extensão, nas escolas nós temos a realização de **olimpíadas** de várias disciplinas e esses eventos mobilizam os alunos. **Seria interessante pensar algo do tipo com a Wikipédia.**

NICÉIA QUINTINO



MARATONAS DE EDIÇÃO

Nas propostas de estratégias, em articulação com a Wikipédia, trazidas nas falas, citam, principalmente, as “maratonas de edição”. No contexto brasileiro, essas maratonas são organizadas, frequentemente, por integrantes do **WikiMovimentoBrasil**. Esse movimento é criado e formado por editoras(es) e colaboradoras(es) dos projetos Wikimídia. A organização afirma, em seu site, que o “acesso à informação livre é crucial para o desenvolvimento da sociedade”. Desse modo, algo que foi mencionado por muitos participantes foi que colocar uma grande plataforma, como a Wikipédia, para produção de informações sobre conhecimentos de/para pessoas negras e indígenas se apresenta como um caminho estratégico para a diminuição das desigualdades e, por conseguinte, para o desenvolvimento da sociedade. Assim, as “maratonas de edição” surgem como uma estratégia de articulação entre desigualdade de conhecimento e conhecimento livre e um caminho para o letramento racial/ético e digital que podem resultar na produção de conhecimento a partir da escuta ativa das populações negras e indígenas.



CONSIDERAÇÕES FINAIS - OU INICIAIS

“A educação muda vidas” é uma das máximas que acompanha o crescimento e desenvolvimento de pessoas pertencentes a grupos historicamente subalternizados. Ao ampliarmos a compreensão do que seria a educação, rapidamente nos colocamos diante da noção de conhecimento. Ou, melhor, as noções diversas de conhecimentos, como preferimos pensar aqui, e como foi preferido também pelas pessoas ouvidas na construção desse mapeamento. No plural, porque produzimos a partir de diferentes lugares, linguagens, visões de mundo e corpos.

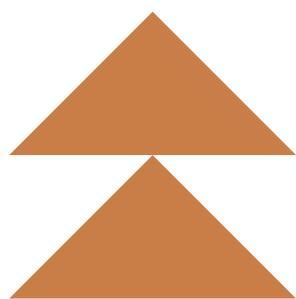
Apesar da diferença constituir e habitar todos os corpos, a busca por uma sociedade que legitime e valide os conhecimentos oriundos de diversas culturas, diversos pensamentos, é algo que não se esgota. Essa busca perpassa todos os lugares que pessoas oriundas de grupos sociais historicamente marginalizados almejam ocupar - ou que efetivamente ocupam. Seja a academia, as revistas científicas, os eventos acadêmicos, as diferentes plataformas de internet, as lives.

Pensar a produção do conhecimento em conexão com as pautas de conhecimento livre surgiu para nós como a possibilidade de criar vínculos entre temas que pouco se cruzam no Brasil, mas que vemos como um cruzamento de enorme potência. Por meio da Lei de Cotas, buscamos aqui, ao escolher esse marco, compreender quais foram as principais transformações, desafios, mas também perspectivas para o futuro que virá. Elencar iniciativas, leis, políticas públicas, imprensas negras e indígenas, dados estatísticos, pareceu-nos uma forma de potencializar o que já estava posto fundamentalmente na fala das e dos participantes das conversas que foram organizadas.

Esperamos que o material não dê respostas, mas traga pistas de por onde podemos percorrer o caminho para uma sociedade equânime, no que diz respeito aos marcadores de raça, etnia, gênero e classe social. Aqui, entendemos que as iniciativas de conhecimento livre, se apropriadas por sociedades historicamente marginalizadas, podem ser um fio condutor para a construção de uma nova forma de se relacionar com as tecnologias de informação. E é esse o nosso desejo!

Assim como é o nosso desejo de que **a Lei de Cotas seja reconhecida**, em seu processo de revisão, como um aparato que permanece sendo necessário para um número maior de pessoas oriundas de raças/etnias historicamente inferiorizadas habitem os espaços de educação formal. Ao mesmo tempo, desejamos que esses espaços se abram e passem a dividir lugar com outras formas de observar, sentir e viver o mundo.

Esperamos que tenha sido uma boa leitura para você; e que nestas páginas tenha encontrado não só conhecimento, mas conhecimento que inspira.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA BRASIL. Restos mortais são achados junto a antiga escola indígena no Canadá.

Disponível em <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2021-06/restos-mortais-sao-achados-junto-antiga-escola-indigena-no-canada>>. Acesso em 29 abr. 2022.

ANGNES, Juliane Sachser; BELTRÃO, Kaizô Iwakami. Educação e povos indígenas: Alguns dados do Censo Escolar (Indígena) no Brasil. In: Arquivos Analíticos de Políticas Educativas Vol. 28, No. 151, 26 out. 2020. Disponível em <https://www.researchgate.net/publication/346402816_Educacao_e_povos_indigenas_Alguns_dados_do_Censo_Escolar_Indigena_no_Brasil>.

ARTIGO 19. Novo guia ensina a montar e regularizar provedor comunitário de internet. Artigo 19, 2017. Disponível em <<https://artigo19.org/2017/01/17/novo-guia-ensina-a-montar-e-regularizar-provedor-comunitario-de-internet/>>. Acesso em 14 abr. 2022.

BBC NEWS. Policial é condenado pela morte de George Floyd; entenda principais pontos do julgamento. BBC News, 2021. Disponível em <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-56811346>>. Acesso em 28 abr. 2022.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, de 30/08/2012, P.1, texto original.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Diário Oficial da União, Brasília, DF, de 11/03/2008, P.1, texto original.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, de 09/01/2003, P.1, texto original.

BRASIL. Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. Diário Oficial da União, Brasília, de 21/07/2010, P. 1.

BRASIL. Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014. Reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União. Diário Oficial da União, Brasília, DF, de 10/06/2014, P.3.

BRASIL. Portaria nº 389, de 9 de maio de 2013. Cria o Programa de Bolsa Permanência e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, de 13/05/2013, Edição 90, Seção 1, P.12.

BRASIL. Portaria nº 1.061, de 30 de outubro de 2013. Institui a Ação de Saberes Indígenas na Escola. Diário Oficial da União, Brasília, DF, de 31/10/2013, Edição 212, Seção 1, P.44.

BRASIL. Portaria nº 1.062, de 30 de outubro de 2013. Institui o Programa Nacional dos Territórios Etnoeducacionais - PNTEE. Diário Oficial da União, Brasília, DF, de 31/10/2013, Edição 212, Seção 1, P. 44.

BRASIL. Resolução nº 1, de 7 de janeiro de 2015. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, de 08/01/2015, Edição 5, Seção 1, P. 11.

BRASIL DE FATO. Vidas negras importam: protestos crescem nos EUA e Rio tem manifestação neste domingo. Brasil de Fato, 2020. Disponível em <<https://www.brasildefato.com.br/2020/05/31/protestos-por-george-floyd-crescem-nos-eua-rio-tera-manifestacao-neste-domingo-31>>.

Acesso em 28 abr. 2022.

CARNEIRO, Sueli. A construção do outro como não-ser como fundamento do ser. 2005, 340 f. Tese (Doutorado em Filosofia da Educação). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CARVALHO, J. A política de cotas no ensino superior: ensaio descritivo e analítico do Mapa das Ações Afirmativas no Brasil. Universidade de Brasília. Instituto de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa, 2016.

COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL. Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros : TIC Domicílios 2020 : edição COVID-19 : metodologia adaptada. São Paulo : Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2021. Disponível em <https://www.cgi.br/media/docs/publicacoes/2/20211124201233/tic_domicilios_2020_livro_eletronico.pdf>.

CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Exposição “Heranças de um Brasil profundo” reúne arte e cultura material de povos indígenas no museu Afro Brasil. Cultura e Economia Criativa, 2020. Disponível em <<https://www.cultura.sp.gov.br/exposicao-herancas-de-um-brasil-profundo-reune-arte-e-cultura-material-de-povos-indigenas-no-museu-afro-brasil/>>.

Acesso em 14 abr. 2022.

DALCASTAGNÈ, Regina. A personagem do romance brasileiro contemporâneo: 1990-2004. Revista Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea, Brasília, n. 26, p. 13-71, jul./dez. 2005. Disponível em <<http://seer.bce.unb.br/index.php/estudos/article/viewFile/2123/1687>>. Acesso em 27 jun. 2011.

DIAS, Gleidson Renato Martins; JUNIOR, Paulo Roberto Faber Tavares. Heteroidentificação e cotas raciais: dúvidas, metodologias e procedimentos. Canoas: IFRS campus Canoas, 2018.

DOMINGUES, P. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. Tempo. v. 12, n. 23, p. 100-122, 2007.

FACINI, Heitor. 50 universidades brasileiras com maior presença indígena. Quero Bolsa, 2020. Disponível em <<https://querobolsa.com.br/revista/50-universidades-brasileiras-com-maior-presenca-indigena>>. Acesso em 14 abr. 2022.

FERES JUNIOR, João; CAMPOS, Luiz Augusto; DAFLON, Verônica; VENTURINI, Anna. Ação afirmativa: conceito, história e debates. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2018.

GOMES, N. L. O movimento negro no Brasil: ausências, emergências e a produção dos saberes. *Política & Sociedade*, 10(18), 133-154. 2011.

GONZALEZ, Lélia. “O movimento negro na última década”. In: ____.; HASENBALG, Carlos. Lugar de negro. Rio de Janeiro: Marco Zero, p. 9-66, 1982.

GOOGLE. Year in Search. Google, 2021. Disponível em <https://about.google/intl/pt-BR_br/stories/year-in-search-2021/trends/missing-indigenous-women/>. Acesso em 14 abr. 2022.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio. “As cotas nas universidades públicas 20 anos depois”. In: Artes, Amélia; Unbehaum, Sandra; Silvério, Valter. Ações afirmativas no Brasil: reflexões e desafios para a pós-graduação. São Paulo: Cortez, 2016, v.2, pp. 93-124.

HONORATO, Ludimila. Aumento de buscas por ‘racismo’ sugere caminho de mudança social. O Estado de S. Paulo, 2020. Disponível em <<https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,aumento-de-buscas-por-racismo-sugere-caminho-de-mudanca-social,70003459173>>. Acesso em 14 abr. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil: 2021 / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro : IBGE, 2021. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf>. Acesso em 05 mai. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Os indígenas no censo demográfico 2010: primeiras considerações com base no quesito cor ou raça. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2012. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/indigenas/indigena_censo2010.pdf>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Síntese de indicadores sociais: o que é?. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/genero/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?=&t=o-que-e>>. Acesso em 29 abr. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Síntese de indicadores sociais : uma análise das condições de vida da população brasileira : 2018 / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro : IBGE, 2018. Disponível em <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101629.pdf>>. Acesso em 29 abr. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Síntese de indicadores sociais : uma análise das condições de vida da população brasileira : 2021 / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro : IBGE, 2021. Disponível em <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101892.pdf>>. Acesso em 29 abr. 2022.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Estatísticas sobre educação escolar indígena no Brasil. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2007. Disponível em <<https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/acervo-linha-editorial/publicacoes-institucionais/estatisticas-e-indicadores-educacionais/estatisticas-sobre-educacao-escolar-indigena-no-brasil>>.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Sinopse Estatística da Educação Superior 2017. Brasília: Inep, 2018. Disponível em <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>>. Acesso em: 14 abr. 2022.

LAURETTI, Patrícia. Unicamp tem primeiro professor indígena. Jornal da Unicamp, 2017. Disponível em <<https://www.unicamp.br/unicamp/ju/noticias/2017/08/29/unicamp-tem-primeiro-professor-indigena>>. Acesso em 27 abr. 2022.

LIMA, M. Ações Afirmativas e juventude negra no Brasil. Cadernos Adenauer. v. 16, n. 1. p. 27-43, 2015.

LIMA, Stephanie; MARTINS, Fernanda K. Conhecimento livre e as barreiras encontradas por intelectuais negros(os) e indígenas. INTERNETLAB, 2022. Disponível em <<https://internetlab.org.br/pt/noticias/conhecimento-livre-e-as-barreiras-encontradas-por-intelectuais-negros-e-indigenas/>>. Acesso em 18 abr. 2022.

LIMA, S. P. “A gente não é só negro!”: Interseccionalidade, experiência e afetos na ação política de negros universitários. 2020. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2020.

LONGO, F.V. et al. Educação escolar indígena e justiça socio-espacial no Brasil: primeiros resultados de pesquisa. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” / Unicamp, TEXTOS NEPO 90, 2020. 33p. Disponível em <https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/textos_nepo/textos_nepo_90.pdf>.

CAMPOS, Luiz Augusto; Lima, Márcia; Gomes, Ingrid. “Os estudos sobre relações raciais no Brasil: uma análise da produção recente (1994-2013)”. In: Miceli, Sergio; Martins, Carlos Benedito (orgs.). Sociologia brasileira hoje II. Cotia: Ateliê Editorial, 2018.

MELLO, Luiz; RIOS, Flávia. Desigualdades raciais na carreira de magistério superior e as cotas para negras e negros nos concursos públicos de universidades federais. UOL, 2020. Disponível em <<http://novosestudos.uol.com.br/desigualdades-raciais-na-carreira-de-magisterio-superior-e-as-cotas-para-negras-e-negros-nos-concursos-publicos-de-universidades-federais/>>. Acesso em 28 fev. 2020.

MERCIER, DANIELA. Jovens reconstruem a memória e o rosto de mulheres negras que tiveram suas histórias apagadas no Brasil. El País, 2020. Disponível em <<https://brasil.elpais.com/brasil/2020-11-20/jovens-reconstruem-a-memoria-e-o-rosto-de-mulheres-negras-que-tiveram-suas-historias-apagadas-no-brasil.html>>. Acesso em 14 abr. 2022.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. História Geral da África. Ministério da Educação, 2018. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/?option=com_content&view=article&id=16146>. Acesso em 14 abr. 2022.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA. Estudantes indígenas ganham as universidades. Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2019. Disponível em <<https://www.justica.gov.br/news/estudantes-indigenas-ganham-as-universidades>>. Acesso em 14 abr. 2022.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES. Pesquisa mostra que 82,7% dos domicílios brasileiros têm acesso à internet. Ministério das Comunicações, 2021. Disponível em <<https://www.gov.br/mcom/pt-br/noticias/2021/abril/pesquisa-mostra-que-82-7-dos-domicilios-brasileiros-tem-acesso-a-internet>>. Acesso em 14 abr. 2022.

MORENO, Ana Carolina. Negros representam apenas 16% dos professores universitários. G1 GLOBO, 2018. Disponível em <<https://g1.globo.com/educacao/guia-de-carreiras/noticia/2018/11/20/negros-representam-apenas-16-dos-professores-universitarios.ghtml>>. Acesso em 14 abr. 2022.

MURÇA, Giovana. 21 dados para entender a luta do movimento negro no Brasil. Quero Bolsa, 2020. Disponível em <<https://querobolsa.com.br/revista/21-dados-para-entender-a-luta-do-movimento-negro-no-brasil>>. Acesso em 14 abr. 2022.

OLIVEIRA, Elida. Acesso de negros a escolas cresceu na última década, mas ensino da cultura e história afro-brasileira ainda é desafio. G1 GLOBO, 2020. Disponível em <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/11/20/aceso-de-negros-a-escolas-cresceu-na-ultima-decada-mas-ensino-da-cultura-e-historia-afro-brasileira-ainda-e-desafio.ghtml>>. Acesso em 14 abr. 2022.

PINACOTECA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Enciclopédia negra. Pinacoteca, 2021. Disponível em <<https://pinacoteca.org.br/programacao/enciclopedia-negra/>>. Acesso em 14 abr. 2022.

PIRES, Breiller. 'Vidas negras importam' chacoalha brasileiros entorpecidos pela rotina de violência racista. El País, 2020. Disponível em <<https://brasil.elpais.com/brasil/2020-06-06/vidas-negras-importam-chacoalha-parcela-de-brasileiros-entorpecida-pela-rotina-de-violencia-racista.html>>. Acesso em 28 abr. 2022.

POLATO, THAÍS. PUC-SP lança Biblioteca Negra e coleção Autorias Negras. Jornal da PUC-SP, 2021. Disponível em <<https://j.pucsp.br/noticia/puc-sp-lanca-biblioteca-negra-e-colecao-autorias-negras>>. Acesso em 14 abr. 2022.

PRETALAB; THOUGHTWORKS. #QuemCodaBR. Disponível em <https://assets-global.website-files.com/5b05e2e1bfcfaa4f92e2ac3a/5d671881e1161a6d2b8eb78b_Pesquisa%20QuemCodaBR.pdf>. Acesso em 14 abr. 2022.

PwC BRASIL. O abismo digital no Brasil. PwC, 2022. Disponível em <<https://www.pwc.com.br/pt/estudos/preocupacoes-ceos/mais-temas/2022/o-abismo-digital-no-brasil.html>>. Acesso em 14 abr. 2022.

REDE NEGRA EM TECNOLOGIA E SOCIEDADE. Prioridades Antirracistas sobre Tecnologia e Sociedade: pesquisa com especialistas negros/os. Relatório. Ação Educativa, 2021. Disponível em <<https://acaoeducativa.org.br/wp-content/uploads/2021/11/Prioridades-Antirracistas.pdf>>.

RIOS, F. Institucionalização do movimento negro no Brasil Contemporâneo. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

RIBEIRO, Bruno Nzinga. Afronta, vai, se movimenta! Uma etnografia da cena preta LGBT da cidade de São Paulo. Dissertação de Mestrado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2021.

ROSÁRIO, Fernanda. Editoras independentes aceleram o crescimento de publicações de pessoas negras. Alma Preta, 2021. Disponível em <<https://almapreta.com/sessao/literatura/editoras-independentes-aceleram-o-crescimento-de-publicacoes-de-pessoas-negras>>. Acesso em 14 abr. 2022.

SALLIT, Mathias. As universidades com maior representatividade de professores negros, segundo MEC. Quero Bolsa, 2019. Disponível em <<https://querobolsa.com.br/revista/professores-negros-universidades-com-maior-representatividade#:~:text=12.742%20s%C3%A3o%20negros%2C%20ou%20seja,docentes%20negros%20atuando%20nessas%20atividades>>. Acesso em 14 abr. 2022.

SARAIVA, Adriana. Abandono escolar é oito vezes maior entre jovens de famílias mais pobres. Agência de notícias IBGE, 2019. Disponível em <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25883-abandono-escolar-e-oito-vezes-maior-entre-jovens-de-familias-mais-pobres>>. Acesso em 14 abr. 2022.

SILVA, Glaicy. Corpo, política e emoção: feminismos, estética e consumo entre mulheres negras. *Horizontes Antropológicos*, 54: 173-201, 2019.

SILVA, Dias Tatiana. Ação afirmativa e população negra na educação superior: acesso e perfil discente. Rio de Janeiro: Texto Para Discussão/ Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2020. Disponível em <https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=35893&Itemid=448>.

SOUZA, Matheus. Indígenas contam sua própria história em nova exposição na USP. *Jornal da USP*, 2019. Disponível em <<https://jornal.usp.br/cultura/indigenas-contam-sua-propria-historia-em-nova-exposicao-na-usp/>>. Acesso em 14 abr. 2022.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. PNAD: levantamento do Todos mostra primeiros impactos da pandemia nas taxas de atendimento escolar. Todos pela educação, 2021. Disponível em <<https://todospelaeducacao.org.br/noticias/pnad-levantamento-do-todos-mostra-primeiros-impactos-da-pandemia-nas-taxas-de-atendimento-escolar/>>. Acesso em 29 abr. 2022.

TOKARNIA, Mariana. Aumenta número de indígenas contratados com carteira assinada. Agência Brasil, 2020. Disponível em <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2020-04/aumenta-numero-de-indigenas-contratados-com-carteira-assinada>>. Acesso em 29 abr. 2022.

VIEIRA, Luiza Padovam. A importância da representatividade negra nas escolas e o longo caminho a ser percorrido. *Quero Bolsa*, 2020. Disponível em <<https://querobolsa.com.br/revista/a-importancia-da-representatividade-negra-nas-escolas-e-o-longo-caminho-a-ser-percorrido>>. Acesso em 14 abr. 2022.

MÍDIAS SOCIAIS DE ALGUMAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS QUE FORAM CITADAS

Articulação Nacional de Negras Jovens Feministas (ANJF)

Facebook: <https://www.facebook.com/negrasjovens/>

Instagram: https://www.instagram.com/anjf_br/?hl=en

Coletivo de Juventude Negra (Enegrecer)

Facebook: <https://www.facebook.com/Enegrecer/>

Instagram: <https://www.instagram.com/coletivoenegrecer/>

Coalizão Negras por Direitos

Site: <https://coalizaonegrapordireitos.org.br/>

Facebook: <https://www.facebook.com/coalizaonegra/>

Instagram: <https://www.instagram.com/coalizaonegrapordireitos/?hl=en>

Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT).

Site: <https://www.ceert.org.br/>

Instagram: <https://www.instagram.com/ceert/?hl=en>

Conexão Malunga

Site: <https://conexaomalunga.org.br/>

Instagram: <https://www.instagram.com/malungaconexao/?hl=en>

Twitter: <https://twitter.com/conexaomalunga>

Ação Educativa

Site: <https://acaoeducativa.org.br/>

Facebook: <https://www.facebook.com/acaoeducativa>

Twitter: <https://twitter.com/acaoeducativa>

Creative Commons Brasil

Site: <https://br.creativecommons.net/>

Encontro Nacional de Estudantes Indígenas

Facebook: <https://www.facebook.com/enei.oficial/>

Labjaca

Site: <https://www.labjaca.com/>

Instagram: <https://www.instagram.com/labjaca/?hl=en>

Facebook: <https://www.facebook.com/LabJaca/>

Movimento de Mulheres Negras pela Casa Laudelina de Campos Mello

Facebook: <https://www.facebook.com/casalaudelinadecamposmello/>

Associação Brasileira de Pesquisadores Negros e Pesquisadoras Negras (ABPN)

Site: <https://www.abpn.org.br/>

Facebook: <https://www.facebook.com/abpn.org.br/>

Aqaltune Lab: Direito, Raça e Tecnologia

Site: <https://aqaltunelab.com.br/>

Instagram: <https://www.instagram.com/aqaltunelab/?hl=en>

Twitter: <https://twitter.com/AqaltuneLab>

ONG Instituto Socioambiental

Site: <https://www.socioambiental.org/pt-br>

NOTAS DE RODAPÉ

¹ Durante o texto iremos utilizar a categoria “negros e negras”, convencionalmente utilizada no Brasil, para designar pessoas autodeclaradas como “pretas” e “pardas”.

² Em seu texto original a Lei indica que, após 10 anos de vigência, seja realizada uma revisão. Por não especificar exatamente os termos desta “revisão”, o cenário atual de conservadorismo no poder legislativo fez surgir um conjunto de propostas de Lei que visam alterações, que chegam a propor o fim das subcotas para pretos, pardos e indígenas e até mesmo o encerramento da ação afirmativa. Por outro lado, há um projeto de Lei (PL 3422/2021) - o único hoje em caráter de urgência - que tem como objetivo, além da manutenção, a criação



de uma bolsa permanência para os estudantes ingressantes via esta política. Disponível em <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2301467>>. Acesso em 27 jun. 2022.

³ No bojo da ampla bibliografia sobre o tema, destacamos: GOMES, 2011;2012; PEREIRA, 2011; DOMINGUES, 2007; GONZALES, 1982.

⁴ Segundo um conjunto amplo da bibliografia sobre o tema, esta Conferência, conhecida como Conferência de Durban, é considerada um marco na luta do movimento negro e indígena no Brasil por ter colocado as pautas e reivindicações destes movimentos em projeção internacional. Além disso, ao se tornar signatário das recomendações desta Conferência, o Brasil reconheceu publicamente a existência de racismo no país, o que foi importante para a aprovação de políticas públicas para essas populações. Para uma maior leitura sobre esses e outros processos concomitantes, ver: LIMA, 2020; RIOS, 2008; 2014; CARVALHO, 2016; LIMA, 2015.

⁵ Alterou a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm>. Acesso em 4 mai. 2022.

⁶ A lei federal nº 11.645, de 11 de março de 2008, alterou a redação do artigo 26-A da Lei nº 9.393, de 20 de dezembro de 1996, que passou a vigorar com o seguinte texto: “Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena”. Link para a lei <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11645.htm>. Acesso em 4 mai. 2022.

⁷ Disponível em <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=14672-apresentacao-territorios-etnoeducacionaisv2-](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=14672-apresentacao-territorios-etnoeducacionaisv2-25-II-2013-pdf&category_slug=novembro-2013-pdf&Itemid=30192)

[25-II-2013-pdf&category_slug=novembro-2013-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=14672-apresentacao-territorios-etnoeducacionaisv2-25-II-2013-pdf&category_slug=novembro-2013-pdf&Itemid=30192)>. Acesso em 4 mai. 2022.

⁸ O Reuni foi criado em 2003 com o objetivo de ampliar o acesso e a permanência no Ensino Superior, adotando uma série de medidas que incluíam a expansão física das universidades, o aumento do número de cursos, turnos e campi. Disponível em <<http://reuni.mec.gov.br/o-que-e-o-reuni>>. Acesso em 4 mai. 2022.

⁹ O Prouni tem como finalidade a concessão de bolsas de estudos integrais e parciais em cursos de graduação em instituições de ensino superior privadas para estudantes com renda per capita máxima de três salários mínimos. Disponível em <<http://prouniportal.mec.gov.br/o-programa>>. Acesso em 7 abr. 2022.

¹⁰ Para mais detalhes e análises sobre, ver: Campos et. al, 2018; Guimarães, 2016; Feres et. al, 2018.

¹¹ Disponível em <<http://novosestudios.uol.com.br/desigualdades-raciais-na-carreira-de-magisterio-superior-e-as-cotas-para-negras-e-negros-nos-concursos-publicos-de-universidades-federais/>>. Acesso em 12 fev. 2022.

¹² Explicamos melhor esse conceito, central para o debate de desigualdade no conhecimento, na seção “Nomear as dificuldades”.

¹³ A imprensa negra e indígena foi colocada pelos convidados como estratégia central para diminuição nas desigualdades de produção e acesso ao conhecimento de pessoas negras e indígenas. Na seção “Um olhar estratégico para o futuro” trazemos algumas destas iniciativas.

¹⁴ Disponível em <<https://memoria.rnp.br/noticias/imprensa/2001/not-imp-010310.html#:~:text=Segundo%20as%20duas%20institui%C3%A7%C3%B5es%2C%20havia,vez%20entre%20novembro%20e%20dezembro>>. Acesso em 4 mai. 2022.

¹⁵ Disponível em <https://cetic.br/media/analises/tic_domicilios_2021_coletiva_imprensa.pdf>. Acesso em 27 jun. 2022.

¹⁶ Em 1988, durante a constituinte, o movimento indígena assegurou o direito constitucional de uma educação diferenciada, específica e bilíngue para as pessoas indígenas.

¹⁷ Dados retirados do estudo “Educação e povos indígenas: Alguns dados do Censo Escolar (Indígena) no Brasil” da Revista “Arquivos Analíticos de Políticas Educativas” da Universidade Estadual do Arizona. Disponível em <https://www.researchgate.net/publication/346402816_Educacao_e_povos_indigenas_Alguns_dados_do_Censo_Escolar_Indigena_no_Brasil>. Acesso em 4 mai. 2022.

¹⁸ O Censo Escolar não faz distinção sobre escolas “normais” e escolas indígenas. Há apenas a possibilidade de se identificar a localização da escola em terra indígena e a oferta de educação escolar indígena no estabelecimento escolar, esteja ele localizado ou não em terra indígena. Tais dados foram retirados de um estudo realizado entre a Unicamp, a Universidade Federal da Grande Dourados e a Universidade de Cardiff e está disponível no seguinte link <https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/textos_nepo/textos_nepo_90.pdf>. Acesso em 4 mai. 2022.

¹⁹ Acesso de negros a escolas cresceu na última década, mas ensino da cultura e história afro-brasileira ainda é desafio. Disponível em <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/11/20/aceso-de-negros-a-escolas-cresceu-na-ultima-decada-mas-ensino-da-cultura-e-historia-afro-brasileira-ainda-e-desafio.ghtml>>. Acesso em 14 abr. 2022.

²⁰ Estudantes indígenas ganham as universidades. Disponível em <<https://www.justica.gov.br/news/estudantes-indigenas-ganham-as-universidades>>. Acesso em 14 abr. 2022.

²¹ Dados obtidos no Censo de Educação Superior de 2017. Disponível em <<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados>>. Ir no ano 2017 → Sinopse Estatística. Pela ABNT: INSTITUTO NACIONAL

DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Sinopse Estatística da Educação Superior 2017. Brasília: Inep, 2018. Disponível em <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>>. Acesso em: 14 abr. 2022.

²² 50 universidades brasileiras com maior presença indígena. Disponível em <<https://querobolsa.com.br/revista/50-universidades-brasileiras-com-maior-presenca-indigena>>. Acesso em 14 abr. 2022.

²³ SALLIT, Mathias. Universidades com maior presença de alunos negros, segundo o MEC. QueroBolsa, 2019. Disponível em <<https://querobolsa.com.br/revista/universidades-com-maior-presenca-de-alunos-negros-no-brasil-segundo-o-mec>>. Acesso em 5 mai. 2022.

²⁴ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil: 2021 / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf>. Acesso em 5 mai. 2022.

²⁵ Disponível em <<https://www.poder360.com.br/brasil/fies-e-desidratado-e-tera-em-2021-menor-numero-de-vagas-em-11-anos/>>. Acesso em 14 abr. 2022.

²⁶ Disponível em <https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/KujrwoTZC2Mb/content/id/30550825>. Acesso em 14 abr. 2022.

²⁷ Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/112990.htm>. Acesso em 14 abr. 2022.

²⁸ Disponível em <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2020-01/instituicoes-oferecem-vagas-para-pessoas-trans-por-meio-do-sisu>>. Acesso em 27 jun. 2022.

²⁹ Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm>. Acesso em 14 abr. 2022.

³⁰ Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm>.

Acesso em 14 abr. 2022.

³¹ Disponível em <https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/KujrwoTZC2Mb/content/id/31176478/doi-2013-10-31-portaria-n-1-062-de-30-de-outubro-de-2013-31176474>.

Acesso em 14 abr. 2022.

³² Disponível em <https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/KujrwoTZC2Mb/content/id/31176465/doi-2013-10-31-portaria-n-1-061-de-30-de-outubro-de-2013-31176461>.

Acesso em 14 abr. 2022.

³³ Disponível em <https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/KujrwoTZC2Mb/content/id/32100518/doi-2015-01-08-resolucao-n-1-de-7-de-janeiro-de-2015-32100495>. Acesso em 14 abr. 2022.

³⁴ História Geral da África. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/?option=com_content&view=article&id=16146>. Acesso em 14 abr. 2022.

³⁵ Jovens reconstroem a memória e o rosto de mulheres negras que tiveram suas histórias apagadas no Brasil. Disponível em <<https://brasil.elpais.com/brasil/2020-11-20/jovens-reconstroem-a-memoria-e-o-rosto-de-mulheres-negras-que-tiveram-suas-historias-apagadas-no-brasil.html>>. Acesso em 14 abr. 2022.

³⁶ Indígenas contam sua própria história em nova exposição na USP. Disponível em <<https://jornal.usp.br/cultura/indigenas-contam-sua-propria-historia-em-nova-exposicao-na-usp/>>. Acesso em 14 abr. 2022.

³⁷ Exposição “Heranças de um Brasil profundo” reúne arte e cultura material de povos indígenas no Museu Afro Brasil. Disponível em <<https://www.cultura.sp.gov.br/exposicao-herancas-de-um-brasil-profundo-reune-arte-e-cultura-material-de-povos-indigenas-no-museu-afro-brasil/>>. Acesso em 14 abr. 2022.

³⁸ Editoras independentes aceleram o crescimento de publicações de pessoas negras. Disponível em <<https://almapreta.com/sessao/literatura/editoras-independentes-aceleram-o-crescimento-de-publicacoes-de-pessoas-negras>>. Acesso em 14 abr. 2022.

³⁹ PUC-SP lança Biblioteca Negra e coleção Autorias Negras. Disponível em <<https://j.pucsp.br/noticia/puc-sp-lanca-biblioteca-negra-e-colecao-autorias-negras>>. Acesso em 14 abr. 2022.

⁴⁰ Disponível em <<https://www.editoramale.com.br/>>. Acesso em 14 abr. 2022.

⁴¹ Disponível em <<https://editoraogums.com/>>. Acesso em 14 abr. 2022.

⁴² Mulheres negras criam editoras para livros de cultura afro-brasileira. Disponível em <<https://mazzaedicoes.com.br/2018/05/05/mulheres-negras-criam-editoras-para-livros-de-cultura-afro-brasileira/>>. Acesso em 14 abr. 2022.

⁴³ Disponível em <<https://www.pachamamaeditora.com.br/>>. Acesso em 14 abr. 2022.

⁴⁴ O Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br) é um centro de produção de dados estatísticos e análises acerca dos impactos sociais das tecnologias digitais. Desde 2005, o Cetic realiza a TIC Domicílios com objetivo de mapear formas de uso e acesso às Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) da população brasileira acima de 10 anos, nos contextos rural e urbano,. Até o momento de finalização deste material, foi liberado apenas um PDF (acho melhor relatório, release, informe ou algo do tipo) à imprensa com os dados da pesquisa de 2021, em que apresentam os dados recolhidos entre outubro de 2021 e março de 2022, com uma amostra de 23.950 domicílios e 21.011 indivíduos respondentes. Disponível em <<https://www.cetic.br/pesquisa/domicilios/>>. Acesso em 29 jun. 2022.

⁴⁵ Os anos de comparação entre os dados, aqui utilizados, foram trazidos a partir do material

oferecido pelo Centro. Alguns dados surgem em comparações a partir de 2015, por exemplo, outros apenas em relação à pesquisa de 2019.

⁴⁶ O abismo digital no Brasil. Disponível em <<https://www.pwc.com.br/pt/estudos/preocupacoes-ceos/mais-temas/2022/o-abismo-digital-no-brasil.html>>. Acesso em 14 abr. 2022.

⁴⁷ Disponível em <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/05/06/com-alta-crescente-de-autodeclarados-pretos-e-pardos-populacao-branca-tem-queda-de-3percent-em-8-anos-diz-ibge.ghtml>>. Acesso em 28 jun. 2022.

⁴⁸ Para ver mais sobre essas análises: Lima, 2020.

⁴⁹ Aumento de buscas por ‘racismo’ sugere caminho de mudança social. Disponível em <<https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,aumento-de-buscas-por-racismo-sugere-caminho-de-mudanca-social,70003459173>>. Acesso em 14 abr. 2022.

⁵⁰ Ver: Ribeiro, 2021; Silva, 2019

⁵¹ Tais dados foram retirados da publicação “Estatísticas sobre educação escolar indígena do Brasil”, elaborada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad / MEC). A publicação baseia-se nos Censos de 1999 e 2005 e está disponível no seguinte link <https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/estatisticas_sobre_ed>. Acesso em 14 abr. 2022.

⁵² INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Síntese de indicadores sociais: o que é?. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/genero/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?=&t=oque-e>>. Acesso em 29 abr. 2022.

⁵³ Relatório disponível em <<https://www.cgi.br/publicacao/pesquisa-sobre-o->

[uso-das-tecnologias-de-informacao-e-comunicacao-nos-domicilios-brasileiros-tic-domicilios-2020/](https://www.cgi.br/publicacao/pesquisa-sobre-o-uso-das-tecnologias-de-informacao-e-comunicacao-nos-domicilios-brasileiros-tic-domicilios-2020/)>. Acesso em 14 abr. 2022.

⁵⁴ Disponível em: Síntese de indicadores sociais : uma análise das condições de vida da população brasileira : 2021 / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101892.pdf>>. Acesso em 29 abr. 2022.

⁵⁵ Disponível em <https://assets-global.website-files.com/5b05e2e1bfcfaa4f92e2ac3a/5d671881e1161a6d2b8eb78b_Pesquisa%20QuemCodaBR.pdf>. Acesso em 29 abr. 2022.

⁵⁶ SILVA, Tarcízio. Linha do Tempo do Racismo Algorítmico. Blog do Tarcízio Silva, 2019. Disponível em <<https://tarciziosilva.com.br/blog/posts/racismo-algoritmico-linha-do-tempo>>. Acesso em 1 de jun. 2022.

⁵⁷ Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Creative_Commons>. Acesso em 3 mai. 2022.

⁵⁸ Disponível em <https://itsrio.org/wp-content/uploads/2017/01/Creative_Commons.pdf>. Acesso em 3 mai. 2022.

⁵⁹ Disponível em <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Wikip%C3%A9dia>>. Acesso em 2 mai. 2022.

⁶⁰ Em 2005, houve uma proposta para dividir a Wikipédia lusófona e criar uma versão em português brasileiro, porém a comunidade ligada à Wikimedia votou e a proposição não foi aceita. A Wikipédia em português brasileiro foi criada em 3 de agosto de 2007 e, posteriormente, foi abandonada por usuárias(os) brasileiras(os).

⁶¹ Disponível em <<https://www.alexa.com/topsites/countries/BR>>. Acesso em 30 abr. 2022.

⁶² É a mesma situação das outras Wikipédias de línguas usadas em diferentes países, como ocorre nas versões das línguas inglesa e espanhola.

⁶³ Disponível em <<https://meta.wikimedia.org/wiki/Mission>>. Acesso em 2 mai. 2022.



1.



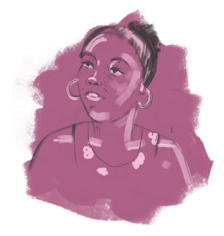
2.



3.



4.



6.



5.



11.

- 1. ALICE DE P. LANA
- 2. ANGELA FIGUEIREDO
- 3. ANNA MARTHA CINTRA ARAÚJO
- 4. CLARICE TAVARES
- 5. DANDARA MARIA BARBOSA



7.



8.

- 6. DARA SANT'ANNA CARVALHO IGNACIO
- 7. ESTER BORGES
- 8. FERNANDA K. MARTINS
- 9. GISELLE CRISTINA DOS ANJOS SANTOS



10.



14.



12.

- 10. GLENDA DANTAS CARDOZO
- 11. JULIANA JODAS



9.

- 12. JULIANE CINTRA DE OLIVEIRA



15.



19.

- 13. LEONARDO FOLETTTO
- 14. LUCIANO ARIABO KEZO
- 15. LUZ GONÇALVES BRITO



16.

- 16. MARIA ANNA RORY

- 17. MARIA ELIS COSTA ALENCAR

- 18. MARIANA DE PAULA SANTOS

- 19. MARIANA VALENTE



13.

- 20. NANASHARA FERREIRA PIAZENTIN GONÇALVES



18.



20.

- 21. NICÉA QUINTINO AMAURO

- 22. PAULO RENÁ DA SILVA SANTARÉM

- 23. RAIAL ORUTU PURI

- 24. REGINA FACCHINI

- 25. STEPHANIE P. LIMA

- 26. TALITA LAZARIN

- 27. TATIANE MÁIRA KLEIN

- 28. TONICO BENITES GUARANI-KAIOWÁ

- 29. VERÔNICA TOSTE DAFLON



17.



21.



22.



26.



25.



23.



27.



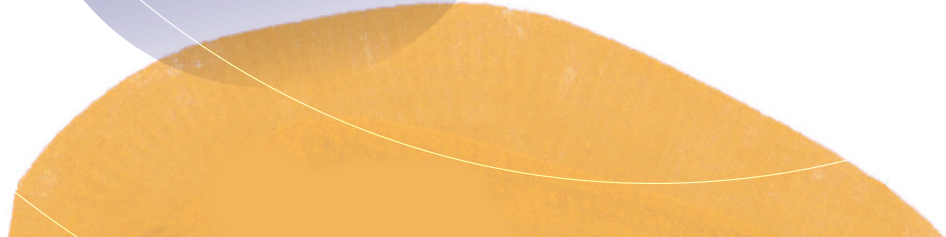
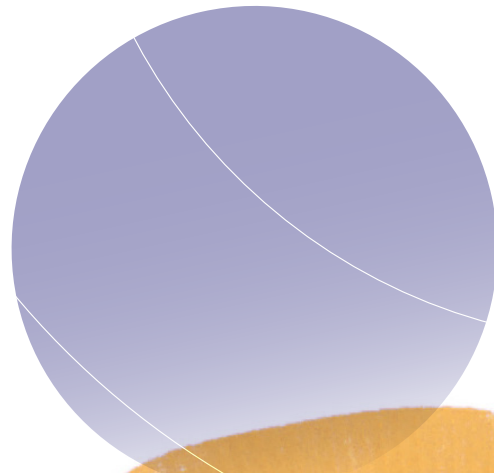
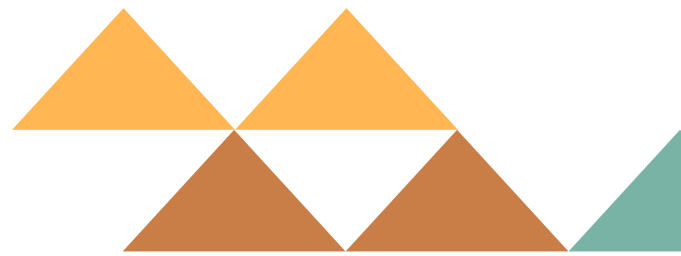
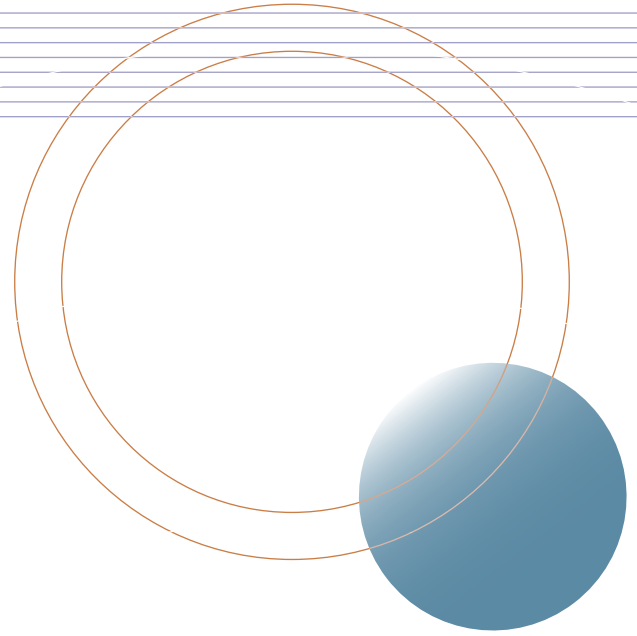
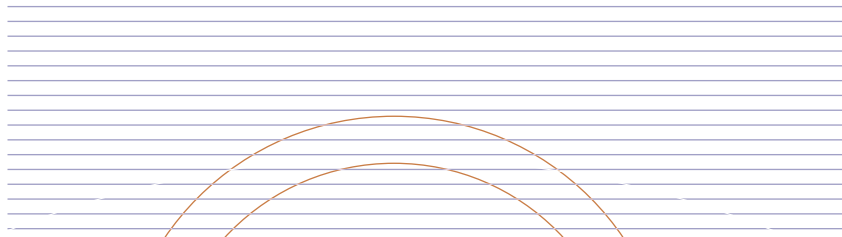
24.



28.



29.



INTERNETLAB